



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

**O PROTAGONISMO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DA
PRAINHA DO CANTO VERDE NA MOBILIZAÇÃO DO
CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:
EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E IMAGÉTICAS**

Raquel Viana Gondim

Fortaleza - Ceará
Março / 2007



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

**O PROTAGONISMO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DA
PRAINHA DO CANTO VERDE NA MOBILIZAÇÃO DO
CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:
EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E IMAGÉTICAS**

Raquel Viana Gondim

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Sílvia Rocha Ipiranga

Fortaleza - Ce
2007

G637p Gondim, Raquel Viana.
O Protagonismo comunitário dos moradores da Prainha do Canto Verde na mobilização do capital social para o desenvolvimento local: evidências empíricas e imagéticas. / Raquel Viana Gondim. – Fortaleza, 2007.
173p.: il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Sílvia Rocha Ipiranga

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

1. Desenvolvimento Local. 2. Capital Social. 3. Protagonismo Comunitário. 4. Fotoetnografia. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

CDD: 338.45

**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**O PROTAGONISMO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DA
PRAINHA DO CANTO VERDE NA MOBILIZAÇÃO DO CAPITAL
SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:
EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E IMAGÉTICAS**

RAQUEL VIANA GONDIM

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de:

Mestre em Administração

E aprovada com conceito satisfatório, nota 9,5, na sua versão final em 14 de Março de 2007, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Administração, área de Concentração: Pequenos e Médios Negócios.

Prof^a. Dr^a. Ana Sílvia Rocha Ipiranga (CMAAd /UECE)

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Neusa Rolita Cavedon
(PPGA/EA/UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Kadma Marques Rodrigues
(UECE)

Ao meu pai Clóvis e minha mãe Nazaré (*in memoriam*),
pelo amor, carinho, apoio e pelo valor que
sempre deram aos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por estar sempre presente.

À Tia Mazé, por todo seu amor, amizade, respeito e fé.

Aos meus irmãos Vânia, George e Delane, por tudo que passamos e pelos anos de admiração.

À minha família, representada por Márcio Filho, Damille, Georjane e Geórgia.

Aos meus amigos que, direta e indiretamente, me acompanharam e me ajudaram sempre, em todos esses anos de amizade, aqui representados por Luciana Guilherme e Gislene Macedo.

À minha orientadora Professora Ana Sílvia Rocha Ipiranga pela paciência, pelas palavras e por acreditar no meu trabalho.

Aos professores do curso de Mestrado Acadêmico em Administração da UECE, em especial, Professor Luís Alcione Albandes Moreira (*in memoriam*).

À Vládía que tantas vezes me socorreu prontamente nas horas de agonia na Secretaria do Mestrado.

Aos meus colegas do curso de Mestrado Acadêmico em Administração da UECE, em especial Elizabeth Castelo Branco e Roberto Jr., por todos sentimentos compartilhados e por tudo que ainda temos que fazer.

Aos meus alunos, colegas e demais amigos professores, companheiros de trabalho.

Ao Robson (*Frog*), primeiro pelo amor, depois pela paciência, companheirismo, e compreensão durante esse percurso.

E um agradecimento muito especial aos moradores da Prainha do Canto Verde, pela acolhida, carinho, colaboração e aprendizado que me proporcionaram a compreender melhor às questões sociais, ambientais, políticas e econômicas do meu Estado. Você são os protagonistas de uma história diferente...

RESUMO

O capital social é compreendido como a ocorrência de ajuda mútua entre os membros da comunidade por razões sociais, de lazer ou econômicas. Por sua vez, o desenvolvimento local supõe que seja importante, além do conhecimento dos recursos e potencialidades humanas do espaço territorial, a interferência no sistema a fim de salientar o desenvolvimento deste conjunto de práticas criadas com objetivo de fortalecer e tornar efetiva a vida em comunidade, melhorando as condições locais. Já o protagonismo comunitário está associado à participação ativa das pessoas de um lugar, através da criação de redes de cooperação entre os diversos atores /agentes, para a mobilização do capital social, com propósito de promover condições favoráveis ao desenvolvimento local. Nessa perspectiva, uma das formas de tecnologia social que proporciona o protagonismo comunitário é a cooperatividade sistêmica que ocorre por meios da cooperação mútua dos atores sociais de uma determinada localidade. A proposta desse trabalho é de perceber a mobilização do capital social através do protagonismo comunitário dos moradores da comunidade Prainha do Canto Verde, em prol desenvolvimento local. Para tanto, foi utilizado a Antropologia Visual como metodologia de trabalho, mais específico, a fotoetnografia como uma linguagem capaz de contribuir mais efetivamente, tornando mais densa a prática da escrita nas interpretações das ações do homem em comunidade. Dessa forma, se construiu uma narrativa imagética do campo pesquisado, baseada em técnicas de pesquisa como a observação participante e entrevistas do tipo semi-estruturada realizadas junto aos moradores da Prainha. Como resultado, foi constatado que há fortes evidências da existência e mobilização do capital social na comunidade. Também foi percebido que a comunidade vive hoje um momento de aprendizado, de ajustes e melhorias. Esta pesquisa levou em conta questões ligadas à teoria, à prática, e à ética nas trocas de conhecimento por meio da linguagem visual.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local, Capital Social, Protagonismo Comunitário, Fotoetnografia.

ABSTRACT

Social Capital is seen as an upshot of mutual help among members of a community as motivated by social, leisure or economic reasons. Local development, in its turn, presupposes that it is important, besides the grasping of knowledge of human resources and potentialities within a given territory, to interfere with the system in order to put in perspective the development of a set of practices which were created in view of strengthening community life and making it more effective, and would improve local conditions. The community acting is associated with the active participation of the people of a place, through the creation of nets of cooperation between the diverse actors, for the mobilization of the social capital stock, with intention to promote conditions favorable to the local development. In this perspective, one of the forms of social technology that it provides community acting is the systemic cooperation that occurs for ways of the mutual cooperation them social actors of one determined locality. This works aims at detecting mobilization of social capital by means of community acting as staged by residents of Prainha do Canto Verde in their efforts to stimulate local development. To this end, Visual Anthropology was used as a methodology tool, that is, photo-ethnography as a more effective language that could make denser the writing practice in the interpretations of man's actions within a community. In this fashion, an image narrative was built encompassing the field of interest according to research techniques such as direct participation and semi-structured script for interviews that were applied to the community's residents. As result, it was evidenced that it has evidences of the existence and mobilization of the social capital in the community. Also it was perceived that the community lives a learning moment today, of adjustments and improvements. This research took into consideration issues that were related to theory, practice and ethics found in knowledge exchanges by means of visual communication.

KEY-WORDS: Local Development, Social Capital, Community Acting, Photoethnography.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fatores da ambiência de cooperatividade.....	44
FIGURA 2 - Modelo tripartite.....	45
FIGURA 3 - Modelos de combinação bipartites.....	46
FIGURA 4 - O processo da cooperatividade sistêmica.....	48
FIGURA5 - Fontes de coleta de dados.....	57
FIGURA 6 - As dimensões de análise da pesquisa.....	61
FIGURA 7 - Localização da Prainha do Canto Verde no Brasil e no Estado do Ceará.....	69
FIGURA 8 - Relações da Comunidade Prainha do Canto Verde e instituições.....	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Síntese das definições de Capital Social.....	33
QUADRO 2 – Cronologia da história da Prainha do Canto Verde (1860 – 2007).....	70
QUADRO 3 – Dimensões do Capital Social.....	102
QUADRO 4 - Dimensões do Protagonismo Comunitário.....	109
QUADRO 5 - Dimensões do Desenvolvimento Local.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

CVD – Canto Verde Digital

CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

COOPECANTUR - Cooperativa de Turismo e Artesanato

CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

DPU – Delegacia do Patrimônio da União

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ICCO - Organização Interclesiásticas para Cooperação ao Desenvolvimento

ONG – Organização não governamental

OSCIP - Organização Civil de Interesse Público

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESC – Serviço Social do Comércio

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SODIS - Solar Water Desinfection

STJ - Superior Tribunal de Justiça

UFC – Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1 Fundamentos Teóricos.....	21
1.1 Desenvolvimento.....	21
1.1.1 Desenvolvimento local.....	25
1.2 Capital Social.....	28
1.2.1 Capital social em James Coleman.....	29
1.2.2 Capital social em Pierre Bourdieu.....	30
1.2.3 Capital social em Francis Fukuyama.....	30
1.2.4 Capital social em Robert Putnan.....	31
1.3 Protagonismo Comunitário.....	34
1.3.1 Teoria do ator racional.....	34
1.3.2 Teoria do senso prático.....	35
1.4 A comunidade protagonista.....	36
1.5 Uma tecnologia social para a mobilização do capital social e construção do protagonismo comunitário.....	39
1.5.1 A cooperatividade sistêmica como TS no exercício do protagonismo comunitário	
1.5.2 O processo da cooperatividade sistêmica.....	43
2. Aspectos metodológicos.....	49
2.1 As raízes antropológicas da pesquisa qualitativa / etnográfica.....	50
2.1.1 A etnografia.....	50
2.2 A antropologia visual na pesquisa em uma ciência social aplicada e a busca de uma linguagem.....	52
2.3 Delineamento da pesquisa.....	54
2.4 A fotografia como método de pesquisa: a fotoetnografia.....	55
2.5 Técnicas de coleta de dados.....	56
2.5.1 Observação participante.....	57
2.5.1.1 Diário de campo.....	59
2.5.2 Entrevista.....	59
2.6 Dimensões que alicerçam o trabalho.....	61
2.7 Tecnologias de pesquisa.....	62
2.7.1 Roteiro da entrevista.....	62
2.7.2 A câmera fotográfica.....	63
2.7.3 Roteiro da montagem das imagens.....	63

2.8 O olhar estrangeiro no campo.....	64
2.9 No campo com as entrevistas: o pré-teste.....	66
2.10 À volta ao campo: os protagonistas comunitários informantes e a coleta de dados final.....	67
3 O ambiente de desenvolvimento da pesquisa: aspectos fundamentais.....	69
3.1 A comunidade da Prainha do Canto Verde.....	69
3.1.1 Questão latifundiária.....	73
3.1.2 Questões acerca do trabalho: as problemáticas ambiental e de saúde.....	74
3.1.3 Organização da comunidade.....	76
4 Evidências empíricas: a análise dos resultados.....	89
4.1 Uma visão panorâmica sobre a Prainha do Canto Verde.....	89
4.2 Campo de pesquisa: a voz da comunidade.....	90
4.2.1 Dimensão Capital Social.....	91
4.2.1.1 Categoria ‘Confiança’.....	91
4.2.1.2 Categoria ‘Cooperativismo / Associativismo’.....	95
4.2.1.3 Categoria ‘Civismo’.....	98
4.2.1.4 Categoria ‘Projetos’.....	100
4.2.2 Dimensão Protagonismo Comunitário.....	103
4.2.2.1 Senso compartilhado de emancipação.....	103
4.2.2.2 Engajamento comunitário.....	105
4.2.2.3 Voluntariado.....	106
4.2.2.4 Participação política.....	107
4.2.3 Dimensão Desenvolvimento Local.....	110
4.2.3.1 Principais resultados.....	110
4.2.3.2 Ações para continuidade.....	112
4.2.3.3 Planejamento para o futuro.....	114
4.3 O protagonismo comunitário da Prainha do Canto Verde na mobilização do capital social orientado para o desenvolvimento local.....	116
5 Evidências imagéticas.....	120
5.1 A Prainha do Canto Verde de ontem	119
5.2 A Prainha do Canto Verde.....	124
5.2.1 A comunidade.....	124
5.2.2 A pesca.....	132
5.2.3 A educação.....	134
5.2.4 Saúde.....	136
5.2.5 Turismo comunitário.....	137

5.2.6 Retratos.....	139
5.2.7 Casas.....	143
5.2.8 Fatos, formas e cores.....	145
Considerações Finais.....	150
Referências Bibliográficas.....	155
Apêndice.....	166
Apêndice 1: Roteiros de entrevista – Moradores da comunidade / Líderes da comunidade..	167
Apêndice 2: Roteiro das Imagens.....	170
Anexo.....	171
Anexo 1: Termo de Confidencialidade.....	172
Anexo 2: Termo de Compromisso.....	173

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo vive sob a lógica capitalista que produz continuamente um cenário de mudanças onde questões de desemprego, de exclusão social, de precarização do trabalho, de taxas de decrescimento fazem parte do cotidiano das pessoas.

Ao mesmo tempo, essas mudanças são refletidas nos processos produtivos e nas suas conseqüências nas diferentes regiões do globo. Os resultados dessas mudanças provocam os desequilíbrios regionais, acentuados pela estruturação da produção mundializada. Desse contexto, emergem temas como desenvolvimento local e sustentável, autogestão e cooperativismo, que são pensados como formas alternativas de trabalho, quando considerados os impasses que o desenvolvimento das diversas regiões do mundo enfrenta no momento atual.

A noção de desenvolvimento esteve associada, desde o término da Segunda Guerra Mundial, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ou ainda a expansão da renda por habitante. Assim, a idéia de desenvolvimento estaria associada exclusivamente aos aspectos econômicos (AMARAL FILHO, 2001).

Em meados da década de 1970, um novo quadro começou a ser desenhado enquanto conseqüência das grandes transformações referenciadas nos processos da globalização e da abertura econômica; de reestruturação do mercado, da crise do planejamento e da intervenção regionais centralizadores; da tecnologia da informação e telecomunicação, entre outros. Neste contexto, parte dos estudiosos passou a considerar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) ou da renda por habitante como um indicador necessário, porém insuficiente para capturar a amplitude do significado e da dimensão do desenvolvimento.

Entre estes autores, Krugman (1991) ressalta que fatores como a história e o protagonismo local e regional são importantes para explicar e apoiar o desenvolvimento. Para Amaral Filho (2001) entende-se esta dinâmica como fruto dos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, no caso o mercado, combinados com a intervenção dos poderes públicos, tendo como base os territórios – estes, impregnados de história, cultura e instituições (AMARAL FILHO, 2001).

A articulação entre o circuito global da economia com a dinâmica local tem sido cada vez mais intensa revelando e de acordo com essas perspectivas, que o crescimento econômico deve complementar-se com vários outros elementos e dimensões. Dessa forma, o desenvolvimento passou a ser percebido como um processo multidimensional, envolvendo uma transformação dos sistemas econômico e social (AMARAL FILHO, 2001).

É nesse contexto que o desenvolvimento local, tema abordado neste estudo, emerge como uma estratégia para um modelo de desenvolvimento de baixo para cima com ênfase na participação da sociedade civil enquanto protagonista do processo de transformações da realidade em que vive (FARIA; TENÓRIO, 2005).

O desenvolvimento está atrelado, portanto, à cultura de um território (região, estado, localidade, comunidade) que por sua vez não está limitado aos fatores sociais e econômicos. Ele também deve abranger as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e o bom uso da natureza (SACHS, 2004). Dessa forma um projeto de desenvolvimento deve ser concebido como um ato de produção da ação social humana compreendido em um espaço territorial localizado, com demandas particulares e limitações dos recursos locais (SANTOS, 2005).

A discussão das dimensões social, cultural e política tornam-se partes fundamentais do processo de desenvolvimento, onde a dimensão territorial está associada a vários aspectos: (1) no reconhecimento da diversidade de recursos disponíveis na localidade; (2) na necessidade de descentralização administrativa; (3) na cultura das pessoas da região; (4) na capacidade das pessoas de se associarem em torno de causas comuns.

A referência as “causa comuns” articula-se a idéia de “comunidade” entendida tanto como uma categoria científico-analítica como uma categoria orientadora da ação e da reflexão sendo que seu conteúdo é extremamente sensível ao contexto social em que se insere, pois está associada ao debate sobre exclusão social e ética do bem viver (SAWAIA, 1996).

O desenvolvimento territorial é considerado um processo endógeno, originado da interação das organizações comunitárias, dos negócios locais (atividades econômicas formais ou informais pertencentes a uma comunidade), das redes de infra-estrutura, dos recursos inseridos naquela localidade e das pessoas que compram e/ou investem. Essa interação deve

ocorrer de uma forma democrática, representativa, transparente onde as pessoas do local transformam-se em protagonistas do desenvolvimento do seu espaço de vida e trabalho, envolvidas nas ações de seus interesses - do pensar nos seus problemas, do planejamento e da tomada de decisão. Para que a participação da população ocorra é necessário o desenvolvimento de mecanismos de gestão propiciados pela articulação entre os governos, instituições locais e sociedade (MORAES, 2003).

Dessa forma, o desenvolvimento local está associado à utilização efetiva dos potenciais das comunidades, associados à identidade social e histórica própria e territorialmente limitada (MORAES, 2003). Ainda pode ser considerado como grau de interação social entre as pessoas e organizações através dos recursos locais disponíveis, dos estabelecimentos das normas e regras, da confiança e da cooperação em torno de causas comuns. Neste sentido, o desenvolvimento local pode ser consequência da capacidade das sociedades locais em conduzir o seu próprio destino na mobilização do capital social para fins comuns.

O capital social tem sido destaque em muitas pesquisas nas ciências sociais, sobretudo na sociologia, na ciência econômica e na ciência política. Ainda que seu conceito esteja se fortalecendo, constata-se que o uso do termo capital social pode ser aplicado a diversos objetos e processos. Entretanto, ressalta-se ainda que existe uma confluência em torno da aceção do termo. Uma das razões disso é de que, em seu conceito, as relações sociais de cooperação entre as pessoas de uma determinada localidade estão relacionadas com o desenvolvimento dessa localidade (SCHMIDT, 2003). Dessa forma, supõe-se que a cooperação orientada para o alcance de objetivos comuns é um fator fundamental na concepção de uma teoria de capital social, tanto no sentido cultural, econômico e político (BAQUERO, 2006).

Essa pesquisa aborda o conceito de capital social através das obras de Pierre Bourdieu (1980), James Coleman (1990), Robert Putnam (1996) e Francis Fukuyama (1996), considerados pioneiros nos estudos do capital social relacionando-o a idéia de desenvolvimento local. O capital social pode ser fortalecido, mantido, mobilizado e renovado por meio das ações oriundas do protagonismo comunitário, compreendido como a capacidade de indivíduos pertencentes a uma mesma realidade social de participar ativamente, por meio

de redes de cooperação entre atores / agentes, na promoção do desenvolvimento da comunidade.

Nesse trabalho, o protagonismo comunitário está fundamentado nas teorias sociais desenvolvidas por Coleman e Bourdieu. Apesar das teorias diferentes perspectivas, se complementam quando convergem para a discussão da ação cooperada entre as pessoas, grupos e instituições sustentada por capitais e recursos limitantes e limitadores de uma realidade territorial.

A ação cooperada necessita, portanto, da interação de pessoas e grupos que tenham liberdade e vontade de se associarem por meio de relações baseadas na ajuda mútua. Uma comunidade que estabelece suas relações de trabalho dentro de uma perspectiva cooperada, o capital social é variável conforme o número de pessoas dispostas a ter uma colaboração ativa, com comunhão de capitais e esforços próprios voltados para causas comuns, ou ainda, em prol do desenvolvimento local (LOPES, 2001).

O ato de cooperar só pode ser viável através do sentimento de confiança, apoio mútuo, pelas redes de envolvimento estabelecidas, pelo senso de pertença a uma comunidade, pela capacidade das pessoas de investir tempo, trabalho e recursos dos quais dispõem para a promoção do bem-estar comum nas atividades coletivas (NEUMANN; NEUMANN, 2004a; BAQUERO, 2006).

Articulando essa discussão, este trabalho propõe uma pesquisa de natureza qualitativa e etnográfica, segundo a abordagem da antropologia visual, na comunidade da Prainha do Canto Verde, do município de Beberibe, situada a 126 km de Fortaleza, no litoral leste do estado do Ceará. O estudo pretende desvelar, através dos depoimentos das pessoas que lá vivem e do registro da imagem fotográfica, as práticas para a mobilização do capital social colocadas em ato pelo protagonismo dos moradores da Prainha do Canto Verde em prol do desenvolvimento local.

Tendo em vista o que foi exposto, esta pesquisa responde a seguinte questão:

Como os moradores da Prainha do Canto Verde, através do protagonismo exercido dentro de uma lógica de sistema cooperativo de trabalho, fortalecem, mobilizam, desenvolvem e põem em prática seu capital social em prol do desenvolvimento local?

Considerando esta questão guia, os seguintes objetivos foram focalizados:

Objetivo geral

Desvelar o protagonismo dos moradores da comunidade Prainha do Canto Verde nas práticas cooperativas exercidas e na mobilização do capital social em prol do desenvolvimento local.

Objetivos específicos

- Compreender o processo de mobilização e renovação do capital social na comunidade da Prainha do Canto Verde;
- Descrever as práticas cooperativas exercidas pelos moradores da Prainha do Canto Verde;
- Analisar as implicações das práticas cooperativas na promoção do protagonismo comunitário;
- Analisar o papel do protagonismo comunitário em prol do desenvolvimento local da Prainha do Canto Verde.

A partir desses objetivos, optou-se nesta pesquisa por trabalhar com os seguintes pressupostos:

- O desenvolvimento local como resultado da mobilização do capital social exige uma cooperação permanente entre os atores sociais locais para criar e manter um ambiente social, cultural e econômico saudável;
- O capital social favorece o desenvolvimento, mas não é condição suficiente para que ele ocorra (MORAES, 2003);
- O desenvolvimento local está relacionado ao protagonismo das pessoas de uma comunidade através do grau de associações que permitam o surgimento de redes de solidariedade, de relações de confiança, reciprocidade, cooperação entre os indivíduos da comunidade (RIEDL; VOGT, 2003).

Para alcançar os objetivos propostos e conforme anteriormente colocado, o presente estudo baseia-se em uma pesquisa de natureza qualitativa e etnográfica segundo a abordagem da antropologia visual.

Para Ribeiro (2005) a antropologia visual é uma área interdisciplinar situando-se na confluência da procura de um método, das novas correntes epistemológicas da antropologia e dos desafios das novas tecnologias digitais e aponta para uma maior aproximação entre antropologia visual e a antropologia. Frente a um determinado fato social, o que interessa à antropologia é apreender os seus sentidos ou significação, desvendar a sua complexidade conceitual e entender como os próprios atores interpretam e problematizam as suas práticas e valores. Na tradição da antropologia visual, as tecnologias de representação (fotografia, cinema, audiovisual e hipermídias) tornaram-se instrumentos e objeto de pesquisa. É precisamente nessa dimensão representacional e comunicativa que o elemento imagético, tanto estático (fotografia) quanto dinâmico (filme, audiovisual), ou a sua combinação nos suportes multimídia, a partir do desenvolvimento das tecnologias digitais, constituem recursos descritivos de inegável valor para a reflexão antropológica (RIBEIRO, 2004).

Nessa pesquisa, as imagens fotográficas foram utilizadas como registro e instrumento de coleta de dados conjuntamente com as demais técnicas da pesquisa antropológica facilitando tanto a elaboração do roteiro de entrevista (APÊNDICE 1), como na construção do roteiro das imagens (APÊNDICE 2) base para a composição da narrativa imagética.

Para Godolphim (1995) a fotografia enquanto um elemento do fazer etnográfico contempla a narrativa imagética além das “falas”, das descrições contextuais e tantos outros recortes dos dados de campo que contribuem para legitimar as interpretações efetuadas. Neste sentido, a fotografia, ao captar múltiplos planos da realidade visível, é apropriada para expressar articulações espaciais através da composição de elementos imagéticos. Segundo Achutti (2004), a fotografia é uma linguagem com características próprias e como tal deve ser considerada. Neste sentido, a combinação da fotografia com a etnografia, ou simplesmente a fotoetnografia, pode substituir a prática da escrita.

Para Godolphim (1995) essa combinação seria possível devido:

- 1) a fotografia ser uma técnica de documentação, como o ‘diário de campo’ ou o gravador;
- 2) a ocorrência da devolução do material fotográfico, a fotografia ser um elemento de interação com as pessoas pesquisadas, possibilitando-as de refletir sobre a sua realidade,

abrindo um campo de diálogo entre pesquisador e sujeito de pesquisa, “de expressão da memória e das reflexões dos informantes sobre as imagens devolvidas” (GODOLPHIM, 1995, p. 167);

3) a fotografia ser um elemento do fazer etnográfico, devido a sua possibilidade de ir além do texto escrito, representante de uma interpretação da situação social estudada.

Por fim, a fotografia contempla a composição da narrativa imagética, pois permite relembrar a situação do campo de estudo, tal como ela se apresentou, auxiliando na interpretação (GODOLPHIM, 1995; CAVEDON; CABALLERO; SANTOS, 2006; IPIRANGA *et al*, 2006).

Para apresentar a articulação dos fundamentos teóricos, a metodologia de trabalho que deram suporte a essa investigação, assim como os resultados da interpretação limitados pelas singularidades propostas dessa pesquisa, o trabalho foi estruturado em seis partes, distribuídas da seguinte forma:

1ª parte: a estrutura teórica apresenta os conceitos necessários que servem de sustentação para compreensão do tema em questão.

2ª parte: apresenta a metodologia utilizada para o levantamento dos dados e a forma de execução da pesquisa. É realizada a descrição do uso da imagem fotográfica dentro de uma abordagem da Antropologia Visual posta em prática na pesquisa em ciências sociais aplicadas.

3ª parte: são apresentados dados relacionados à evolução histórica do ambiente em estudo, no caso, a comunidade da Prainha do Canto Verde, com uma descrição da origem do povo, as principais entidades que a constituem, os aspectos econômicos, culturais e políticos-sociais

4ª parte: apresenta a análise dos conceitos de capital social, protagonismo comunitário através das práticas do corporativismo / associativismo e o desenvolvimento local da Prainha do Canto Verde, reveladas em uma descrição que é perpassada pelas vozes locais e pelas imagens relacionadas ao cotidiano dos seus moradores.

5ª parte: é feita a apresentação da narrativa imagética. As imagens fotográficas seguem uma montagem que possibilita uma apreensão sobre a comunidade e suas práticas que a linguagem escrita limita.

6ª parte: são expostas as considerações finais, as limitações, assim como as possibilidades de extensão da pesquisa.

1 Fundamentos Teóricos

Nesta etapa do trabalho é realizada a exposição dos conceitos relacionados aos assuntos concernentes ao estudo, necessários à compreensão do problema. Primeiramente são abordados os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento local, discorrendo sobre os modelos adotados, as novas perspectivas e a necessidade da adoção de novas práticas, baseados, entre outros autores, em Furtado (1998), Ratner (1999), Franco (2000), Sen (2000), Amaral Filho (2001), Barbieri e Lange (2001), Souza (2006), Milani (2005), Moraes (2006) e Thomas (2006). Em seguida, o tema capital social é desenvolvido com base em Coleman (1990), Bourdieu (1972, 1980, 1994), Fukuyama (1996) e Putnam (1996). Nesta pesquisa foi adotada, no que se refere ao papel do capital social no desenvolvimento local, característica de confiança, grau de coesão social e associativismo, civismo e nível de pleitos, conforme proposto por Putnam (1996). Por fim, explora-se o tema protagonismo comunitário, com base nas linhas de pensamento de Coleman (1990), Bourdieu (1972, 1980, 1994), Guareschi (1996), Sawaia (1996), Bauman (2003), Neumann e Neumann (2004a), enfocando o conceito de cooperatividade sistêmica como uma tecnologia social (TS) que possibilita o fortalecimento do capital social orientado para o desenvolvimento local.

1.1 Desenvolvimento

O termo desenvolvimento é muitas vezes abordado na literatura como um processo associado “à idéia de transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e, dessa forma, mais apropriadas à geração de riqueza” (BARBIERI; LAGE, 2001). Por tal motivo, o termo freqüentemente apresenta-se vinculado com crescimento do econômico, ou com o crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto), ou da industrialização. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento esteve associada, desde o término da Segunda Guerra Mundial, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ou ainda a expansão da renda por habitante. Assim, a idéia de desenvolvimento estaria associada exclusivamente aos aspectos econômicos (AMARAL FILHO, 2001).

A partir da década de 1970, parte dos estudiosos passou a considerar o crescimento do PIB ou da renda por habitante como um indicador necessário, porém insuficiente para capturar a amplitude do significado e da dimensão do desenvolvimento. Para Franco (2000) o crescimento econômico é necessário, mas não é suficiente para gerar

desenvolvimento. Sen (2000) corrobora com esse pensamento ao afirmar que o desenvolvimento deve ser pensado além do crescimento econômico e está diretamente relacionado com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. De acordo com essa perspectiva, o crescimento da capacidade produtiva deve complementar-se com vários outros elementos e dimensões. Assim, o desenvolvimento passou a ser percebido como um processo multidimensional, envolvendo uma transformação dos sistemas econômico e social (AMARAL FILHO, 2001).

O economista Amartya Sen (2000), ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, ao comentar essas diferentes perspectivas, ressalta que o crescimento econômico aumenta o número de ricos, bem como o de pobres, mantendo, e até aprofundando, o fosso da desigualdade, não produzindo desse modo, desenvolvimento humano nem social. Em 1970, Sen (2000) propôs o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), oferecendo um contraponto ao PIB que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH além de computar o PIB, considera também dois outros elementos: a longevidade e a educação.

A ressalva de Sen (2000) sobre o crescimento econômico separado do desenvolvimento humano pode ser contextualizada no atual projeto de desenvolvimento do Brasil que acentua o processo histórico de exclusão social. O desenvolvimento praticado nos planos governamentais brasileiros, voltado ao crescimento econômico e à incorporação do progresso tecnológico, ocorre “em detrimento de outras questões, tais como, a erradicação da pobreza e dos desequilíbrios regionais” (BARBIERI; LAGE, 2001, p.1). Como afirma Thomas (2006), o Brasil, que já apresentou uma das mais altas taxas de crescimento econômico na metade do século XX, exibiu, nas duas últimas décadas, um desempenho econômico débil devido, entre outros fatores, a sua própria diversidade e as enormes disparidades internas. O Brasil, segundo Barbieri e Lage (2001), apresenta-se como um exemplo de ambigüidade ao conviver com profundas desigualdades sociais e promoção de crescimento econômico, industrialização e modernização.

Quanto a essa questão Ratner (1999) afirma que,

[...] há uma necessidade urgente de construir alternativas ao modelo de desenvolvimento corrente, insustentável do ponto de vista ético e humano. Cabe à sociedade – o sistema maior – o controle do subsistema – a economia – e não vice-versa (RATTNER, 1999, p. 24).

Nessa perspectiva, a sociedade passa a ser sujeito de suas práticas sociais. Segundo Franco (2000), uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicos seus potenciais recursos. Sen (2000) corrobora essa afirmativa quando evidencia que o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer de forma ponderada sua condição de cidadão. O desenvolvimento deve ser compreendido em termos do fortalecimento das capacidades das pessoas de levarem o tipo de vida que valorizam. O desafio a ser cumprido está relacionado à transformação das estratégias orientadas pelo crescimento econômico em estratégias centradas em escala e âmbito, para o bem estar do ser humano. E isto inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura (SEN, 2000).

Conforme Furtado (1998), a ciência da Economia tem como principal foco a melhoria de condições de vida do ser humano. Segundo essa abordagem, a Economia se preocupa com a riqueza por ela também representar um conjunto de elementos que possuem a capacidade de melhorar as condições de vida do planeta. Dessa maneira, Souza (2006, p.128) considera que o desenvolvimento “é um processo cujo resultado é elevação do bem-estar geral de todos os seres humanos, obtida com responsabilidade ética e moral perante toda natureza”.

Furtado (2004) diferencia os conceitos de crescimento e desenvolvimento ao afirmar que o *crescimento* econômico conhecido vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. O *desenvolvimento* se caracteriza pelo projeto social subjacente priorizando, além dos recursos para investir, a efetiva melhoria das condições de vida da população foco; neste processo, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Sendo assim, a concepção essencial do desenvolvimento refere-se à idéia de que o crescimento econômico seria consequência do social refletida na interação entre os seres humanos através da educação, do trabalho, em padrões de organização e administração diferentes.

O Estado, as instituições e a sociedade, em geral, possuem uma responsabilidade diante da organização das pessoas e do fortalecimento das capacidades humanas. Ressalta-se que essa responsabilidade não está relacionada ao papel de executor de programas e aos projetos sociais por encomenda. A perspectiva é que essas entidades assumam o papel de

sustentação de iniciativas em que a liberdade se encontre como uma questão central em relação aos fins e meios do desenvolvimento, já que:

[...] a liberdade não pode produzir uma visão do desenvolvimento que se traduza prontamente em alguma “fórmula” simples de acumulação de capital, abertura de mercados, planejamento econômico eficiente (embora cada uma dessas características específicas se insira no quadro mais amplo). O princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado é a abrangente preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se concretize (SEN, 2000, p. 336).

Sen (2000) resume suas idéias sobre o desenvolvimento como as possibilidades de “poder contar com a ajuda dos amigos”, ou seja, a cooperação e a solidariedade entre os membros da sociedade, transformando o crescimento econômico, destruidor das relações sociais, em processo de formação de capital social ou em “desenvolvimento como liberdade”. O autor evidencia ainda que os valores éticos dos empresários e dos governantes constituem parte relevante dos recursos produtivos, pois orientam para investimentos produtivos em vez de especulativos e inovações tecnológicas que contribuam para a inclusão social.

Em meados da década de 1970, um novo quadro foi sendo desenhado enquanto conseqüência das grandes transformações referenciadas nos processos da globalização e da abertura econômica; de reestruturação do mercado, da crise de planejamento e intervenção regionais centralizadores; da tecnologia de informação e telecomunicação, entre outros. Diante desse novo quadro, Krugman (1991), coloca que fatores como a história e o protagonismo local e regional são importantes para explicar e apoiar o desenvolvimento regional e local. Entende-se essa dinâmica como fruto dos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, no caso o mercado, combinados com a intervenção dos poderes públicos, tendo como base os territórios – esses, impregnados de história, cultura e instituições (AMARAL FILHO, 2001).

A articulação entre o circuito global da economia com a dinâmica local tem sido cada vez mais intensa. É nesse contexto que o desenvolvimento local, abordado neste estudo, emerge como uma estratégia para um modelo de desenvolvimento de baixo para cima (ANDION, 2003; ARAÚJO et al., 2006), um desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado (SACHS, 2004) com ênfase na participação da sociedade civil como sujeita ativa do processo de transformações da realidade em que vive (FARIA; TENÓRIO, 2005).

1.1.1 Desenvolvimento local

Conforme colocado, a abordagem de desenvolvimento, foco desse estudo, é decorrente das ações sociais humanas organizadas ocorridas em um espaço físico flexível ou territorializadas, isto é, quando a efetivação econômica de uma atividade depende de uma localização. Para Santos (2005) o local é o território apropriado pelos atores sociais que o utilizam como base, suporte, para interagirem numa dinâmica política-econômica mais ampla.

Assim sendo, o desenvolvimento é um fenômeno relacionado a uma localização espacial. Um processo que se realiza entre pessoas e o ambiente em condições específicas, inerentes ao território. Tudo é essencialmente local (SOUZA, 2006). Para Manfredini e Lopes (2005) o enfoque do local dentro do conceito de desenvolvimento é justificado “pelas diversidades existentes, que estabelecem condições diferentes, e, por isso, precisam soluções específicas e adequadas”. Ainda para os autores, novas formas e instrumentos são necessários e devem ser pensados para possibilitar o relacionamento das pessoas da localidade, assim como, capacitá-los à auto-gestão dos processos de desenvolvimento, em conjunto.

O uso da expressão desenvolvimento local, ou regional, é proveniente de duas mudanças. A primeira está relacionada com a estratégia de “ação local”, criada por instituições públicas e privadas, organizações governamentais e não governamentais - ONG's, como ato defensivo frente aos processos excludentes do desenvolvimento. A segunda, associada aos processos de descentralização administrativa (ação técnica oriunda de uma decisão política) – e à participação popular (ação política com vistas a uma ação econômica) (MORAES, 2003; SOUZA, 2006). Evidencia-se que as mudanças ocorridas, ao longo do tempo, do conceito de desenvolvimento local convergem para a recuperação da importância do ator e da ação social nos processos de transformação de um território compreendido “como um sistema de interdependências que as estratégias de atores individuais e coletivos contribuem para organizar e valorizar” (FERRAZ, 2001, p.1). Da mesma forma ressalta-se a importância das instituições representantes do sistema político e administrativo que trabalham com o intuito de viabilizar processos de transformação das sociedades locais.

Segundo Milani (2005), o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não são exclusivamente regulados pelo sistema de mercado. O autor define desenvolvimento local como sendo um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas

e sociais integrantes de um projeto de transformação consciente da realidade de uma região como acepção de desenvolvimento local. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento local está relacionado a formas de ação com competências em reconhecer a complexidade que se apresenta em situações novas. Por sua vez, essas situações demandam, na maioria das vezes, “respostas inéditas em relação à capacidade de proposição e de ação em todos os níveis, em uma dinâmica horizontal de negociação e encontro” (FERRAZ, 2001, p.1). Assim, o desenvolvimento envolve “escolhas e decisões que só podem ser feitas a partir da articulação entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais (estado, mercado e sociedade civil organizada)” (ANDION, 2003, p. 1046).

Em Manfredini e Lopes (2005) o desenvolvimento local enfoca a articulação de vários atores sociais, culturais, políticos, econômicos, públicos ou privados, existentes em uma localidade, independente de seu tamanho, que trabalham em conjunto na perspectiva de construção de um planejamento que oriente suas ações em longo prazo. Para Araújo et al. (2006), o desenvolvimento local funciona como uma estratégia alternativa, em que temas como identidades sócio-culturais e ambientes locais, iniciativas de economia solidária, ação comunitária, participação e sociabilidade são valorizadas. Conforme Souza (2006, p. 135), desenvolvimento local “indica um conjunto variado de políticas e ações que permitem evidenciar questões relacionadas com sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento e dos seus atores e espaços de gestão”. Irving (2002) define desenvolvimento local como sendo

[...] aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento, criar emprego, renda, riqueza e, sobretudo melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social da comunidade local (IRVING, 2002 p.69).

Desenvolvimento local está associado a um conjunto variado de políticas e ações que permitem evidenciar questões relacionadas com sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento e dos seus atores e espaços de gestão. Essa perspectiva supõe, além do conhecimento dos recursos e potencialidades humanas do espaço territorial, a interferência no sistema a fim de salientar o desenvolvimento deste (SOUZA, 2006). Além disso, envolve maneiras de sustentá-lo, tornando-o duradouro. Desse modo, o desenvolvimento deve ser concebido em vista dos seguintes fatores: a compreensão conjunta do processo nas dimensões

econômicas, sociais, políticas e ambientais; a visão de longo prazo; a descentralização política e participação social (CASAROTO FILHO; PIRES, 2001).

O desenvolvimento local pode também ser definido como uma forma e um processo de cooperação social entre os segmentos de uma comunidade que têm interesses e preocupações comuns dada à mesma posição que ocupam no processo de produção das condições materiais da existência humana e social (SOUZA, 1996). Ainda segundo Souza (1996), a participação social, ante as implicações contraditórias da realidade social, supõe um conjunto de ações coletivas articuladas em função de objetivos claros definidos pelos diversos atores / agentes participantes de uma comunidade. Nesse sentido, Amaral Filho (1995) definiu as características básicas do desenvolvimento local da seguinte forma: (1) definição das estratégias a partir das pessoas da comunidade / local; (2) configuração de uma nova estrutura partindo dos recursos naturais existentes e das habilidades intelectuais de seus moradores; (3) coerência e aderência interna do perfil e estrutura do sistema produtivo local, além da autonomia e (4) harmonia com o movimento mundial dos fatores como a educação, saúde e segurança alimentar; ciência e tecnologia; informação e conhecimento; instituições e meio ambiente.

No âmbito da proposta do desenvolvimento local, os participantes de uma comunidade ocupam posições relativas na mobilização de recursos e na elaboração de projetos sendo estes responsáveis por sua gestão e desenvolvimento. A participação dos membros da comunidade configura-se, portanto, como primordial para o desenvolvimento local e nessa acepção, a idéia de ‘capital social’, enquanto expectativa generalizada de cooperação (BERETTA; CURINI, 2003), emerge como uma importante dimensão, influenciando na realização de projetos de desenvolvimento alicerçados em recursos naturais e valores culturais da comunidade.

Diante do exposto, reconhece-se que cada localidade tem sua própria necessidade e demanda. Os indivíduos que nela atuam elaboram respostas particulares e diferentes em termos de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local. Para Milani (2005), o desenvolvimento local é resultante das relações de interdependência entre os segmentos que constitui a sociedade – político, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural, e os indivíduos em diferentes escalas econômicas e políticas. O desenvolvimento local pode

também ser avaliado como fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre os indivíduos.

Através dessa perspectiva sobre o desenvolvimento local, passa-se a discorrer sobre o capital social, juntamente com sua função de analisar os fatores associados ao desenvolvimento.

1.2 Capital Social

A expressão capital social foi utilizada pela primeira vez pelo educador Lyda Judson Hanifan, em 1916, quando abordou a relação entre a crescente pobreza e o decréscimo da sociabilidade nos centros comunitários de escolas rurais. Nas suas conclusões, quanto mais ajuda mútua ocorresse entre os membros da comunidade por razões sociais, de lazer ou econômicas, mais a comunidade se beneficiaria na produção do seu bem-estar (ARAÚJO, 2003).

O conceito de capital social, ao longo do século XX, sofreu alterações epistemológicas. No entanto, as múltiplas definições elaboradas convergem para o uso do conceito como “instrumento de intervenção, de predição e de previsão social” (ARAÚJO, 2003, p. 27). Assim sendo, as idéias de alguns autores acerca do tema são apresentadas com o propósito de compor um painel que fundamenta o presente trabalho.

O Banco Mundial utiliza-se do conceito de capital social para avaliação de projetos de desenvolvimento. Para ele, essa forma de capital define a capacidade de uma sociedade de efetivar laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com objetivo à produção de bens coletivos. A instituição considera ainda mais três formas de capital: o natural, relacionado aos recursos naturais de que é dotado um país; o capital financeiro, aquele oriundo da produção da sociedade como a infra-estrutura, bens de capital, imobiliários etc; e o capital humano conceituado pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo (ARAÚJO, 2003).

Dentro da proposta do desenvolvimento local, as pessoas pertencentes a uma localidade ocupam funções relativas à elaboração e implementação do projeto, sendo também responsáveis por sua gestão. A participação dos membros da comunidade, assim como das

instituições nela inserida, é primordial para o desenvolvimento local. Dessa abordagem, a idéia de capital social emerge como elemento importante para assegurar o sentido de comunidade presente nos projetos de desenvolvimento alicerçados em seus recursos naturais e valores culturais.

1.2.1 Capital social em James Coleman

A definição de capital social em Coleman (1990) refere-se à sua função. Tal função está relacionada a duas perspectivas. A primeira aborda as relações existentes entre os indivíduos em uma estrutura social, dentre as quais destacam-se “o cumprimento das obrigações e expectativas e das normas e sanções efetivas que restringem ou encorajam certos tipos de comportamento no ambiente de relações entre as pessoas” (CABREIRA, 2002, p. 39). A segunda diz respeito à utilização dos recursos pertencentes à estrutura para consecução dos interesses coletivos.

Dessa forma, o conceito de capital social desenvolvido por Coleman (1990) se apresenta como sendo um

[...] conjunto de relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles, e a existência do capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que se encontram imersos em tais relações (COLEMAN, 1990, p. 300-304).

A abordagem de Coleman está associada a uma escolha racional, em que o capital social é um recurso pertencente a uma determinada estrutura. Na sua concepção, o capital social assegura os desenvolvimentos econômicos, físicos e humanos, com condições de atrair recursos para o bem-estar de uma coletividade.

A definição de Coleman relaciona-se as “conexões de indivíduos”, do conceito em Bourdieu. Essas conexões referem-se ao acesso que o participante, individualmente, pode vir a ter aos recursos pertencentes ao grupo do qual é associado. Para o primeiro autor, o capital social está associado a um estoque de recursos que serve de base para ações coletivas em busca de interesses comuns.

1.2.2 Capital social em Pierre Bourdieu

A definição de capital social, em Bourdieu, é apresentada da seguinte forma:

[...] é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (...) O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital econômico, cultural ou simbólico que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1980, p. 67).

Há uma contraposição dos autores em relação ao capital social. Para Bourdieu é algo que o indivíduo possui. Já em Coleman, capital social origina-se das relações sociais promotoras da maximização do uso de recursos econômicos e humanos. Apesar da divergência, encontra-se presente nas duas abordagens a idéia que a permanência do capital social em uma coletividade depende da contínua atividade das relações sociais a ele relacionadas (AQUINO, 2000). Desse modo, “[...] o capital social compõe-se de relações sociais institucionalizadas, ou seja, daquelas relações que apresentam “acúmulo de práticas sociais e culturalmente incorporadas na história das relações da sociedade ou de seus segmentos” (MORAES, 2003 p.127).

1.2.3 Capital social em Francis Fukuyama

Fukuyama (1996) aborda o tema através de uma perspectiva social, qualificado pela confiança e cooperação manifesta nas ações em grupo. O conceito de capital social para esse autor refere-se à capacidade das pessoas de trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil para a prossecução de causas comuns. A capacidade dos participantes das diversas comunidades de se associarem é algo, segundo o autor, que depende do grau de partilha de normas e valores no seio de comunidades e da capacidade destas para subordinarem os interesses individuais aos interesses coletivos dos grupos.

Nesse contexto ressalta-se o conceito de confiança que pode ser definido a partir de suas relações com o conceito de capital social. A confiança pode ser compreendida, “como

uma relação entre pessoas, grupos, ou entre grupos e atores sociais, em que as partes se aproximam, compartilham suas capacidades e esforços e passam a se tratar como iguais” (JARA, 2001, p. 108). O capital social existente em uma comunidade depende do grau de confiança e cooperação dos participantes da comunidade entre si.

Fukuyama (1996) ressalta que a relação entre confiança e desenvolvimento é central nas discussões acerca do capital social, já que o “[...] bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, são condicionadas” pelo “nível de confiança inerente à sociedade em causa” (FUKUYAMA, 1996, p. 16).

Ao se referirem à experiência do ‘contexto relacional’ Brusco e Solinas (1999) acentuam que a participação: a) realiza-se essencialmente através da confiança e somente depois através das regras; b) baseia-se mais nos processos informais e menos naqueles formais.

Segundo Brusco e Solinas (1999) em uma comunidade aquilo que rege práticas difusas de cooperação e possibilita a participação é um *corpus* complexo de regras – um código de confiança - que conforma os comportamentos dos atores / agentes. Esse código de confiança, intensamente discutido por Fukuyama (1996), envolve tanto as questões relacionadas à vida nos lugares de trabalho como, de forma mais geral, às condições externas, a vida associada.

O desenvolvimento desse ‘código de confiança’ que conforma o comportamento dos atores / agentes comunitários termina por influenciar o processo de coletivização das ações fazendo-se necessária à constituição de uma coordenação das diversas ações facilitando, enfim, as sinergias e garantindo o alcance dos objetivos desejados (BRUSCO; SOLINAS, 1999).

1.2.4 Capital social em Robert Putnan

Assim como Fukuyama, Putnan (1996) atribui que a confiança é fundamental na compreensão do conceito de capital social. Putnam (1996) considera que os estoques de capital social, que incluem itens que constituem um bem público como confiança, normas, sistemas de participação e cadeias de relações sociais “que facilitam a cooperação para o

benefício mútuo” (CABREIRA, 2002, p. 39), tendem a ser cumulativo e a reforçar-se mutuamente. Percebe-se o capital social como um atributo da estrutura social, não uma propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Esses estoques de capital social colaboram na construção de uma ‘comunidade cívica’ por buscar alcançar equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo. Segundo o autor, essa comunidade:

[...] se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais e não como patronos e cliente ou como governantes e requerentes. A participação numa comunidade cívica pressupõe espírito público do que da atitude mais voltada para vantagens partilhadas. Os cidadãos não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal. Eles são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Eles são prestativos respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. Ela não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus componentes (PUTNAM, 1996, p. 102).

Na afirmação de Putnam (1996) está presente a idéia de que o desenvolvimento de uma comunidade está condicionado ao contexto social e histórico do grupo que a compõe. Em seus argumentos, Putnam (1996) advoga que, baixos níveis de capital social indicam baixos níveis de desenvolvimento social.

Ainda ressalta que o “[...] capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177).

O aumento de capital social está relacionado ao aumento da possibilidade e capacidade dos indivíduos de influir nas decisões públicas. Lotta e Martins (2004) destacam que na obra de Putnam,

[...] as localidades com históricos de práticas associativistas, com normas transparentes e redes de solidariedade (horizontal) devem apresentar níveis elevados de engajamento cívico e organização comunitária que contribuem para um alto desempenho econômico, garantem níveis altos de bem-estar entres seus cidadãos, produzindo estabilidade econômica (LOTTA; MARTINS, 2004, p. 3).

Desse modo, pode-se afirmar que existe uma relação direta entre as prosperidades econômicas, sociais e políticas de uma sociedade e os níveis de associativismo, confiança, cooperação social, civismo e participação (CABREIRA, 2002; LOTTA; MARTINS, 2004). O Quadro 1 apresenta uma síntese das definições de capital social em Coleman (1990), Bourdieu (1980), Fukuyama (1996) e Putnam (1996), com destaque nas variáveis, ênfase e benefícios associados a cada uma das definições.

QUADRO 1
Síntese das Definições de Capital Social

Autor	Conceito	Variáveis	Ênfase	Benefícios
James Coleman	O capital social está relacionado aos aspectos de uma determinada estrutura social que possibilita certas ações comuns dos atores sociais dentro desta estrutura.	Sistemas de apoio familiar. Organizações horizontais e verticais.	Teoria da escolha racional com foco nas trocas sociais como resultado das ações dos indivíduos.	Sentimento de pertença dos participantes; responsabilidades assumidas no grupo.
Pierre Bourdieu	A idéia do capital social está relacionada aos estoques de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer a uma rede de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.	A durabilidade e o tamanho do estoque posto à disposição, em determinadas circunstâncias. As ações decorrentes das atuações das pessoas dadas às possibilidades da estrutura	O capital pode ser projetado a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que considerados sociais e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem.	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.
Francis Fukuyama	Perspectiva social caracterizando-o pela confiança e cooperação por parte de uma sociedade.	Confiança, cooperação e reciprocidade.	Capacidade das pessoas de trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil para a prossecução de causas comuns.	Do individual ao coletivo
Robert Putnam	Aspectos da organização destacados: redes, normas, confiança que facilitam a coordenação e a cooperação.	Intensidade da vida associativa; confiança nas instituições públicas.	A dimensão política sobreposta à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A performance institucional está condicionada pela comunidade cívica. O capital social é cumulativo.	Individual e coletivo

Fonte: MILANI, 2005 – adaptado pela autora.

Da análise dessa afirmação estão presentes os moradores da Prainha do Canto Verde, que no processo de desenvolvimento local, priorizam a participação de todos da comunidade, legítimos representantes do capital social e cultural por essência.

1.3 Protagonismo Comunitário

Para abordar esse tema, primeiramente são apresentados dois caminhos teóricos que fundamentam a ação do ator social. Depois, é contextualizado o protagonismo de uma comunidade.

O primeiro caminho teórico baseia-se na teoria social desenvolvida por Coleman [1923, 1995]. O segundo versa a respeito do pensamento de Bourdieu [1930, 2002] que desenvolveu uma teoria da ação prática baseada no estruturalismo, desenvolvido na França por Lévi-Strauss (1950), e da fenomenologia, dominante na Escola de Chicago (1930) (AQUINO, 2000). Apesar das diferenças, acredita-se que as teorias desenvolvidas pelos autores são válidas e complementares para explicar fenômenos sociais.

1.3.1 Teoria do ator racional

Na teoria social em Coleman, conhecida como teoria do ator racional, três elementos básicos são necessários para construir sistemas sociais: os atores e seus interesses, os recursos necessários para satisfazer esses interesses e o controle sobre os recursos (AQUINO, 2000). Coleman adota, na construção de sua teoria a posição de individualismo metodológico de Weber em que “o comportamento individual nos casos em que o agente, ao agir, leva em consideração sua interação com outros indivíduos” (AQUINO, 2000, p. 19). Ao assumir essa posição, Coleman rejeita as explicações funcionalistas por pressupor como dadas à integração e organização do sistema social. O individualismo metodológico em Coleman serve “para fundamentar uma intervenção consciente na realidade com vistas a mudar o comportamento social” (COLEMAN, 1990, p. 3-4).

Aquino (2000) afirma que para Coleman uma teoria social deve estar composta por três momentos: 1) nível micro onde ocorre a compreensão das ações sociais praticadas por indivíduos; 2) um momento de transição onde eventos individuais podem implicar mudanças sociais, chamada de transição do nível micro para o macro; 3) transição do nível macro para o micro em que ocorrem as influências dos aspectos da sociedade sobre os indivíduos.

No primeiro nível, o foco está em compreender o comportamento do sistema social por meio do conhecimento do comportamento dos indivíduos. Apesar da opção de

Coleman pelo individualismo metodológico, o autor reconhece como insuficiente a explicação somente no nível micro, ou das ações individuais. Ele considera que os eventos de nível macro (sociedade) tenham poder coercitivo sobre os indivíduos, tomando como exemplo as normas sociais. Ao questionar sobre essa questão, aborda o problema de produção de bens coletivos: “como as normas podem emergir e ser mantidas entre um conjunto de indivíduos racionais” (COLEMAN, 1990, p. 242). Nas transições de níveis micro para macro, ou ainda, da ação do indivíduo para a sociedade, o individualismo metodológico provoca uma outra questão: a transição de um nível para outro é resultado das relações existentes entre os indivíduos que produzem fenômenos sociais (AQUINO, 2000).

Vale ressaltar que na a teoria do ator racional uma característica fundamental é o pressuposto de que os indivíduos agem racionalmente para atingir seus fins através da maximização da utilidade. Coleman defende a obtenção dos máximos resultados a custos mínimos no sentido de satisfação material e pessoal. Apesar desse pressuposto, a racionalidade na teoria de Coleman está limitada à escolha dos meios, permitindo que a existência da irracionalidade na busca dos fins pelos atores racionais (AQUINO, 2000).

1.3.2 Teoria do senso prático

Bourdieu constrói sua teoria na crítica ao estruturalismo. Para o autor, a compreensão da realidade social está além do conhecimento das estruturas sociais como condutoras das ações individuais. Exige-se também o conhecimento da própria ação individual. Ao contrário de Coleman, Bourdieu não considera os indivíduos como atores racionais. Para ele os indivíduos são

[...] sujeitos são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (BOURDIEU, 1996, p. 42).

Bourdieu (1972), se opondo ao conceito de estrutura, apresenta o conceito de *habitus* como sendo

[...] estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (Bourdieu, 1972, p. 61).

Dentro da teoria de senso prático, o *habitus* é adquirido em um grupo quando os indivíduos constituintes do grupo vivenciam as mesmas experiências, na mesma ordem. Na medida em que compreensões e ações de um membro do grupo são apreendidas pela coletividade em que ele pertence, os seus *habitus* agem sobre seus comportamentos. Desse modo, as práticas destes indivíduos não estão regidas por normas pertencentes a uma coletividade. A ação prática do indivíduo é, para Bourdieu (1972), o resultado da relação dialética entre uma situação e um *habitus*. Dentro desse enfoque o indivíduo só sente a necessidade de ter consciência de seu *habitus* se sua ação prática não resulta em resultados favoráveis. Nesse ponto, o indivíduo analisa a não adequação da ação, faz correções, cria e adota um novo comportamento (AQUINO, 2000).

A teoria do ator racional de Coleman concentra-se em explicar como são racionais as ações dos indivíduos em diversas situações. Também emerge das explicações dessa teoria a crença de uma “coexistência pacífica entre homem e sociedade, como dois sistemas de ação que se intersectam” (COLEMAN, 1990, p. 5).

Para Bourdieu, a ação prática do indivíduo não resulta de um cálculo de maximização de utilidade. A ação é oriunda das demandas da vida prática, praticada de acordo com o *habitus* do indivíduo. Como afirma Aquino (2000), Bourdieu percebe a racionalidade, mas não a associa aos sujeitos.

1.4 A comunidade protagonista

A idéia de “comunidade” tem presença intermitente na história das idéias. Para Sawaia (1996) a idéia de comunidade aparece e desaparece das reflexões sobre o homem e sociedade em consonância às especificidades do contexto histórico e esse movimento explicita a dimensão política do conceito, objetivado no confronto entre valores coletivistas e valores individuais.

Contudo, foi na sociologia alemã no final do século XIX, que comunidade elevou-se à categoria analítica central do pensamento social a partir dos estudos de Ferdinand Tonnies, ao ser estabelecida a antítese de “comunidade” (*gemeinschaft*) e “sociedade” (*gesellschaft*), como expressão do contraste entre valores comunitários e não comunitários, respectivamente (SAWAIA, 1996).

Bauman (2003) evidencia que para Tonnies o que distingue a comunidade da sociedade é um “entendimento compartilhado por todos os seus membros”. Para o autor é um entendimento ao estilo comunitário, que não precisa ser procurado e ou construído, já “está lá”, pronto para ser usado. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o “ponto de partida” de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante – a vontade real e própria daqueles que se unem” e é graças a esse entendimento que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que a separam” (BAUMAN, 2003 p. 15).

A idéia de comunidade (*gemeinschaft*) está baseada em três eixos: o sangue, o lugar e o espírito ou o parentesco, a vizinhança e a amizade. Todos os sentimentos nobres como o amor, a lealdade, a honra, a amizade são emoções de comunidade, sendo que na idéia de sociedade (*gesellschaft*), os homens não estão vinculados, mas divididos. Ela aparece na atividade aquisitiva e na ciência racional e sua base é o mercado, a troca e o dinheiro (SAWAIA, 1996).

Sawaia (1996) ressalta que mais que uma categoria científico-analítica, comunidade é uma categoria orientadora da ação e da reflexão e seu conteúdo, extremamente sensível ao contexto social em que se insere, pois está associada ao debate sobre exclusão social e ética do bem viver.

Para Guareschi (1996) as relações comunitárias são relações igualitárias, que se dão entre pessoas que possuem iguais direitos e deveres. Essas relações implicam que todos possam ter vez e voz, que todos sejam reconhecidos em suas singularidades, em que as diferenças sejam respeitadas. O autor enfatiza que as relações comunitárias implicam, também, a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam amadas, estimadas e benquistas.

Segundo Neumann e Neumann (2004a), uma comunidade pode ser definida como um grupo de pessoas que compartilham de uma característica comum, uma comum unidade, que as aproximam e pela qual são identificadas. A comum unidade ressaltada pelos autores está associada a um território, região, características, origens, cultura, crenças, interesses e causas partilhados.

Nesse âmbito o desenvolvimento da capacidade comunitária dos protagonistas de uma comunidade está associado, além do fortalecimento do senso de identidade local, à habilidade destes, ou de outros atores e agentes sociais locais, de promover o processo de transformação social, através da identificação de prioridades e oportunidades, do equilíbrio das divergências e da mobilização dos talentos e recursos locais (NEUMANN; NEUMANN, 2004a; MANFREDINI; LOPES, 2005). Nesse sentido e segundo a proposta do desenvolvimento local, os participantes de uma comunidade ocupam posições relativas na mobilização de recursos e na elaboração de projetos sendo estes responsáveis por sua gestão.

A palavra “protagonista” significa, o primeiro lutador, ou *proto agonistes* em grego, ser o primeiro agente de transformação, segundo Neumann e Neumann (2004a). Os autores fazem ainda a diferença entre o protagonista social e o empreendedor social, ao afirmarem que todos os empreendedores sociais são naturalmente protagonistas sociais, sem que o oposto seja necessariamente verdadeiro. Ainda para os autores, o protagonista social toma para si a responsabilidade de agir para transformar uma determinada realidade, enquanto que ser empreendedor social é uma prática desse protagonismo que tem como propósito a indução da mudança social (NEUMANN; NEUMANN, 2004a).

Dessa forma, o protagonismo comunitário está relacionado à participação ativa das pessoas de um lugar, através da criação de redes de cooperação entre os diversos atores /agentes, para a mobilização do capital social, com propósito de promover, por fim, condições favoráveis ao desenvolvimento local. Isso implica pensar que esse desenvolvimento dá-se pela democratização da vida social através da gestão compartilhada, da democratização do poder local exercida nos mecanismos e canais de participação social, no reforço e na ampliação das organizações sociais, na promoção de parcerias e na existência de um sistema de informações aberto e descentralizado (JARA, 2001).

A participação dos membros da comunidade figura-se, portanto, como primordial para o desenvolvimento local e nessa acepção, a idéia de ‘capital social’, enquanto expectativa generalizada de cooperação (BERETTA; CURINI, 2003), emerge como uma importante dimensão influenciando na realização de projetos de desenvolvimento alicerçados nos recursos naturais e valores culturais da comunidade.

Nessa perspectiva, a comunidade protagonista apresenta-se como dimensão temporal e espacial da cidadania, na era da globalização, portanto, espaços relacionais de objetivação da sociedade democrática, plural e igualitária (SAWAIA, 1996).

1.5 Uma tecnologia social para a mobilização do capital social e construção do protagonismo comunitário

Segundo a Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (2004) a tradução possível para as Tecnologias Sociais (TS) é vista como um desafio igualmente teórico e prático.

Para além de um conceito, as TS significam empreendimentos, organizações associativas, redes e iniciativas de cooperação. Também significam negócios, que geram emprego e renda, e antes de tudo o reconhecimento de que a fusão do saber popular com o conhecimento especializado proporciona ferramentas poderosas para a inclusão social e o progresso humano. Assim, entendida como um processo de inovação a ser levado a cabo, coletiva e participativamente, pelos atores interessados na construção de um cenário desejável, a TS se aproxima de algo que se denominou de ‘inovação social’ (DAGNINO; GOMES, 2000).

O conceito de inovação social, entendido ali a partir do conceito de inovação – concebido como o conjunto de atividades que pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho, e que tem como objetivo a disponibilidade por uma unidade produtiva de um novo bem ou serviço para a sociedade –, é hoje recorrente no meio acadêmico e cada vez mais presente no ambiente das políticas públicas. Esse conceito engloba, portanto, desde o desenvolvimento de uma máquina (*hardware*) até um sistema de processamento de

informação (*software*) ou de uma tecnologia de gestão – organização ou governo – de instituições públicas e privadas (*orgware*).

O conceito de ‘inovação social’ é utilizado por Dagnino e Gomes (2000) para fazer referência ao conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais. Sem ser excluyente em relação ao anterior, refere-se a um distinto código de valores, estilo de desenvolvimento, ‘projeto nacional’ e objetivos de tipo social, político, econômico e ambiental. Como o anterior, o conceito de inovação social engloba três tipos de inovação: *hardware*, *software* e *orgware*¹.

1.5.1 A cooperatividade sistêmica como TS no exercício do protagonismo comunitário

O cooperativismo é uma doutrina baseada na cooperação que opera na sociedade como um sistema reformista com objetivos de obter resultados favoráveis, fruto de um trabalho coletivo que abrange o lado social (SILVA NETO et al., 2000). O trabalho cooperativo constitui de um agrupamento de pessoas em torno de objetivos comuns com a capacidade de compartilhar experiências e recursos disponíveis, além de “produzir e reproduzir relações úteis e duráveis entre si e com outros atores, que contribuam para alcançar os objetivos compartilhados” (JUNQUEIRA; TREZ, 2005). Através desse agrupamento solidário é que se garante a concentração do capital social, para obter lucros materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 1998).

Segundo Irigaray e Rocha-Pinto (2006), as cooperativas surgem por meio da necessidade das pessoas de se associarem em torno de alternativas de trabalho. Ainda, segundo os autores, numa cooperativa, os princípios de funcionamento são democráticos e de solidariedade, onde os cooperados têm o direito de eleger seus dirigentes entre os associados formando assim, um grupo aceito e não imposto. Além disso, cada cooperado tem também o direito de expressar sua opinião sobre assuntos relacionados aos interesses coletivos do local. Assim, cada associado se expressa através do seu voto em assembléias constituídas (JUNQUEIRA; TREZ, 2005).

Já a cooperatividade sistêmica está relacionada ao “grau mais elevado e a dimensão mais abrangente de aplicação da capacidade de cooperar em processos de

desenvolvimento” (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002, p. 6). Ela pode ocorrer quando os atores sociais componentes de uma determinada localidade cooperam entre si, gerando benefícios para si, para todas as partes que forma esse todo e para o meio onde estão inseridos (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002).

O exercício da cooperatividade sistêmica vai além da instituição formalizada, legal de uma cooperativa. Ele está na essência dos processos que geram um desenvolvimento incluyente, integrador e duradouro para o local. Desse modo, assim como as cooperativas, grupos voltados à prática da cooperatividade sistêmica podem ser organizados nos mais diferentes setores da economia, no campo e na cidade. Pode-se afirmar que em torno de qualquer problema econômico ou social é possível constituir uma unidade de trabalho cooperativo. Como instrumentos de geração de emprego e renda, estas unidades podem atuar desde os processos de produção, industrialização, comercialização, crédito e prestação de serviços (ANDRIOLI, 2002; MONTEIRO; MONTEIRO, 2002).

Na organização cooperativa de pessoas historicamente excluídas ou à margem do acesso ao conhecimento é necessário um amplo trabalho de formação que inclua sensibilização e motivação, preparação técnica, estudo da história do cooperativismo e seus problemas. A passagem do estágio de excluído para construtor e participante de uma cooperativa demanda um conjunto de rupturas na forma tradicional de concepção do trabalho. A autogestão, o planejamento da produção, a construção da relação com o mercado, são algumas das necessidades que se impõem ao processo cooperativo e, portanto, exigem conhecimento qualificado por parte dos participantes. O processo de formação e capacitação dos participantes é importante para a eficácia da ação cooperativa e se constitui em necessidade permanente aos grupos interessados na geração de trabalho e renda (ANDRIOLI, 2002).

Atores sociais que trabalham dentro de um fazer cooperativo têm como característica a auto-gestão, que propicia um processo de educação dos participantes. O exercício da participação e da convivência constrói novas relações entre as pessoas, o que, também, se reproduz para a sociedade. As rupturas nas relações de produção entre os cooperados, decorrentes da organização coletiva, refletem no seu processo de consciência, contribuindo para a formação de lideranças e na promoção da cidadania (ANDRIOLI, 2002; ROCHA, 2003). Desse modo, a prática de uma cooperação em sistemas resulta em

[...] ganhos sociais como a capacidade de viver em comunidade; ganhos econômicos como o acesso a novos mercados, redução de custos, aumento de poder de barganha em compras e vendas; políticos, como a melhoria da governabilidade; culturais, como a melhoria da qualidade da educação; e ambientais como a preservação do meio ambiente (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002, p. 8).

A cooperatividade sistêmica já está presente em várias formas de iniciativas no território brasileiro. Apesar dessa realidade, ressalta-se que a implementação desta prática sofre resistências em determinados locais provenientes da herança histórica do colonialismo e da escravidão que produziu determinados fatores na cultura brasileira, como o assistencialismo, o paternalismo e o imediatismo, presentes em vários setores da sociedade. Esses fatores ainda contribuem para o desenvolvimento da baixa auto-estima, do conformismo, da apatia, além da formação da postura da esperteza, do individualismo e da centralização do poder dos brasileiros (HOLANDA, 1995; MONTEIRO; MONTEIRO, 2002).

Portanto, as pessoas que não têm a prática do protagonismo na construção do seu destino, ficam habituadas a querer resultados imediatos vindos da esfera pública (governantes), privada (patrões) ou da sociedade civil. Em contrapartida, ressalta-se que diante da grande diversidade ética, cultural e religiosa, o povo brasileiro demonstra-se apto para o desenvolvimento de uma prática de cooperação devido a determinadas características constitutivas de sua cultura como a flexibilidade, adaptação, a criatividade, a facilidade da comunicação, a cordialidade que favorecem a cooperatividade (HOLANDA, 1995; MONTEIRO; MONTEIRO, 2002).

A proposta da cooperatividade sistêmica objetiva o rompimento com os processos políticos, econômicos e sociais que fomentam um desenvolvimento baseado no crescimento econômico de poucos, em detrimento da qualidade de vida de todos, na destruição irreversível do meio ambiente, subtraindo a dignidade de muitos indivíduos (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002).

Na essência, todas as pessoas de uma região (localidade / comunidade) são estimuladas a pensar em soluções para os problemas que afetam a si, a sua família, ao local onde vivem. São também convidadas a agir em prol de tornar reais as soluções encontradas. À

medida que participam, percebem que estão em um ambiente onde são ouvidas e respeitadas, em que a cooperação tem um sentido direto em suas vidas. Nesse contexto fica facilitado o desenvolvimento de uma consciência coletiva crítica da realidade social. A partir dessa consciência, pode-se originar a vontade deste coletivo em organizar para transformar, o que contribui para o aumento do capital social de uma comunidade (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002; NEUMANN; NEUMANN, 2004b).

Nessa perspectiva, a implantação de uma prática de cooperação passa por uma mudança cultural dependente de uma vontade política, de estratégias e ações através da delegação de responsabilidades para todos, assim como de iniciativas orientadas por lideranças do Estado, do mercado e da sociedade civil (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002). Dentro desse enfoque, a cooperatividade sistêmica pode ser considerada uma tecnologia social utilizada como uma forma de buscar soluções para problemas locais, através da organização e mobilização de uma comunidade para que a mesma possa discutir, compreender sua realidade e, que a partir dessa, consiga levantar seus saberes, talentos e recursos disponíveis.

1.5.2 O processo da cooperatividade sistêmica

O processo da cooperatividade sistêmica ocorre em uma ambiência, criada a partir de dez fatores que se relacionam e se integram. É preciso que seja desenvolvida uma (1) percepção sistêmica acerca do objeto da cooperação. Trata-se de entender como os atores de uma localidade, seus recursos, assim como as suas limitações interagem com outros sistemas. Imbuídas nesta compreensão, os atores devem (2) compartilhar propósitos, visão do futuro, valores e crenças comuns. Assim torna-se mais fácil à orientação à ação, a mobilização de recursos e esforços, da mesma maneira que possibilita configurar o campo onde estratégias cooperativas possam ser pensadas para posteriormente serem implementadas (MONTEIRO; MONTEIRO, 2004).

É fundamental que os atores envolvidos no propósito de cooperatividade tenham o (3) reconhecimento da interdependência de todas as partes constituintes do sistema. Dessa forma, possibilita reconhecer que o (4) potencial de subsídios de cada ator complementa outros. Isso faz com que a (5) diferença entre os atores seja identificada como um fator de enriquecimento, promotora da aprendizagem coletiva, assim como do respeito às identidades

de cada um dos participantes. A cooperação também requer (6) atores autônomos, capazes de se reconhecer como co-responsáveis pelo desenvolvimento do sistema (região/ local/ comunidade). A preservação da autonomia ocorre através do (7) estabelecimento de relações horizontais (não hierárquicas), independente dos graus diversos de poder que os atores possam ter fora do processo de cooperatividade (MONTEIRO; MONTEIRO, 2004).

Os locais de cooperação são espaços democráticos em que as diversidades são reconhecidas. Dessa forma, no espaço de cooperação entre os atores podem ser construídas a (8) colaboração, a cumplicidade e a confiança mútua. Ressalta-se ainda que neste espaço de pluralidades são também campos de conflitos. Por tal motivo, (9) modos de regulação são requeridos para que permaneça garantida a livre expressão para o estabelecimento de consensos imprescindíveis à realização do propósito da cooperação. Através do estabelecimento da confiança, é possível que seus componentes, em ação conjunta, elaborem e implementem estratégias cooperativas sistêmicas com vistas em atingir (10) objetivos convergentes, ou a construção do capital social (FUKUYAMA, 1996; PUTNAM, 1996; MONTEIRO; MONTEIRO, 2004; NEUMANN; NEUMANN, 2004b).

A FIG.1 apresenta um esquema representativo de como esses dez fatores se relacionam e interagem na constituição da ambiência de um sistema cooperativo.

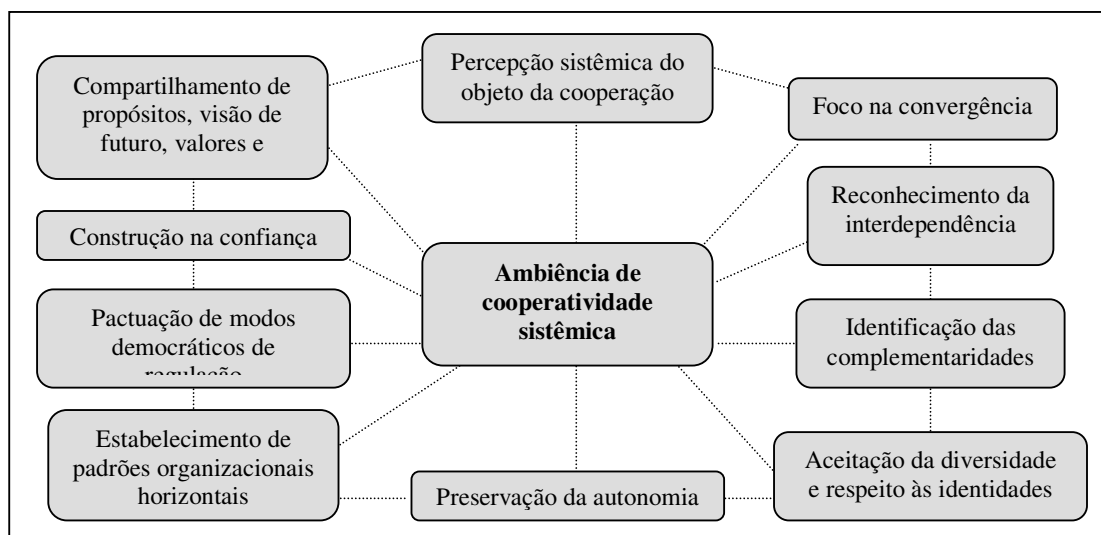


FIGURA 1 – Fatores da ambiência de cooperatividade

Fonte: MONTEIRO; MONTEIRO, 2004.

Após a construção da ambiência, os participantes do sistema (região / local / comunidade) podem elaborar e implementar estratégia, entendida como a “melhor utilização de recursos diversos de vários atores agentes cooperantes para atingir objetivos convergentes” (MONTEIRO, 2003, p. 39). A seguir, apresentam-se estratégias cooperativas de acordo com a seleção de Monteiro (2003) que optou por uma abordagem onde os processos de desenvolvimentos ocorrem pela ótica da cooperatividade sistêmica. Por razões didáticas o referido autor agrupou-as em modelos denominados tripartites, bipartites e unipartites.

As estratégias cooperativas tripartites (FIG. 2) são aquelas que envolvem as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Os participantes das três esferas entram em um processo constante e consonante de “identificação de objetivos comuns e diferenciados, com a negociação de interesses conflitantes e compartilhamento de responsabilidades para realizar o que lhes é convergente” (MONTEIRO, 2003, p. 41). Com esses esforços comuns, tornam-se capazes de construir ações includentes, integradoras e promotoras da sustentabilidade do desenvolvimento sustentado (SACHS, 2004). As estruturas de organizações mais utilizadas neste tipo de estratégia são os pactos, fóruns e conselhos, formais ou informais, institucionalizados ou virtuais. O campo de aplicação mais freqüente é o espaço público (MONTEIRO, 2003) representado pela interseção das esferas do Estado, mercado e sociedade civil, conforma área marcada na FIG. 2.

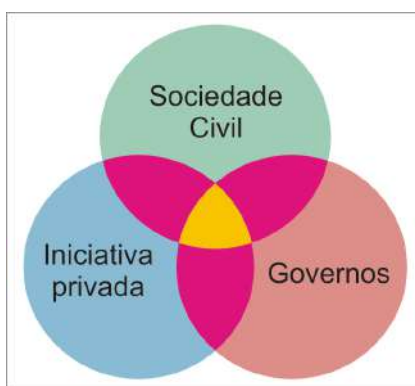


FIGURA 2: Modelo tripartite
Fonte: Monteiro, 2003.

As estratégias bipartites estão relacionadas à cooperação entre das duas esferas. Estas esferas podem ser combinadas da seguinte maneira, conforme FIG. 3.



FIGURA 3: Modelos de combinação bipartites

Fonte: Monteiro, 2003.

Segundo Monteiro (2003), conselhos temáticos, orçamento participativo, mutirões para construção de moradias populares, organização civil de interesse público (OSCIP) são exemplos de iniciativas da sociedade civil junto a representantes de vários níveis governamentais no atendimento de objetivos comuns. Na instância de cooperação estratégica entre a sociedade civil e a iniciativa privada (mercado), destacam-se as organizações não-governamentais (ONG) e as fundações de direito privado. As estratégias relacionadas à cooperação entre governo e iniciativa privada que podem ser destacadas são os arranjos produtivos locais; assim, como a adensamento e integração de cadeias produtivas. Os modelos bipartites apresentados possuem em comum a utilização das seguintes estratégias cooperativas: “co-responsabilidade na definição de políticas e na aplicação de recursos governamentais; celebração de termos de compromisso, de parcerias de convênios e contratos para execução de ações de natureza pública” (MONTEIRO, 2003, p. 44).

As estratégias que ocorrem entre atores de uma mesma esfera - Estado, mercado ou sociedade civil, são denominadas de unipartites. Alianças e as redes de empresas são formações frequentes relacionadas à esfera da iniciativa privada. Os modelos de cooperação desse tipo vão desde a união de grandes empresas até nas parcerias entre pequenas e médias empresas, em resistência a concorrências com os maiores.

Nesse contexto, pode ser percebido que as empresas estão dispostas ao exercício da cooperação, mesmo que esta disposição possa estar relacionada à concorrência, às imposições creditícias, fiscais e burocráticas do mercado (MONTEIRO, 2003). O fato é que a iniciativa privada adota, em suas relações de âmbito interno e externo, estratégias de caráter cooperativo em amplitude que pode abranger funcionários, clientes, fornecedores, concorrentes, além das organizações governamentais e do terceiro setor relacionadas a suas atividades.

Ações que têm como aspecto mais relevante à mobilização em rede de cidadãos de uma mesma localidade em torno de um propósito comum é um exemplo de estratégia unipartite associada à sociedade civil (MONTEIRO, 2003). União de esforços humanos contra adversidades ambientais, soluções locais com utilização tanto de talentos como de recursos próprios (NEUMANN; NEUMANN, 2004b) são modelos deste tipo de configuração.

As estratégias cooperativas associadas à esfera governamental podem estar relacionadas ao uso de compartilhamento de bens e serviços produzidos por atores oriundos de várias representatividades de governo – município, estado e união. Os consórcios intermunicipais são o modelo deste tipo de estratégia, onde possibilitam que cidadãos oriundos dos vários municípios participantes do consórcio tenham acesso a produtos, como também a serviços produzidos “em cooperação pelos agentes que participam do consórcio, integrantes do setor público desses vários municípios” (MONTEIRO, 2003; MONTEIRO; MOTEIRO, 2004).

Todas essas estratégias e modelos de combinação quando aplicadas a um sistema (região / localidade / comunidade) entram em uma dinâmica em prol (1) do alcance de soluções para problemas comuns, assim como (2) da ratificação da autonomia dos atores participantes, ou, em última instância do protagonismo comunitário, (3) do fortalecimento do capital social. Todos esses elementos podem ser considerados como vantagens cooperativas sistêmicas orientadas para o desenvolvimento regional, local ou comunitário.

Dessa forma o processo da cooperatividade sistêmica (FIG. 4) ocorre com a construção da ambiência que possibilita a interação continuada entre os atores para as elaborações e implementações das estratégias concernentes à cooperação, promotoras do desenvolvimento regional /local /comunitário, assim como facilita o alcance de vantagens cooperativas.



FIGURA 4: O processo da cooperatividade sistêmica
 Fonte: MONTEIRO, 2003.

Os assuntos expostos nesse levantamento bibliográfico compõem as três dimensões de análise dessa pesquisa: (a) o capital social, (b) o protagonismo comunitário e (c) o desenvolvimento local. Cada uma das dimensões foi subdividida em categorias de trabalhos com o propósito de propiciar melhor análise. A dimensão capital social foi dividida em quatro categorias: confiança; cooperativismo / associativismo; civismo e projetos. A dimensão protagonismo comunitário também foi dividida em quatro categorias: senso compartilhado de emancipação; engajamento comunitário; voluntariado e participação política. A dimensão do desenvolvimento local apresenta três categorias de análise: principais resultados; ações para continuidade do desenvolvimento local e planejamento para o futuro. Tais dimensões, abordadas mais adiante, foram subsídios para se fazer a pesquisa de campo, na qual se almeja desvendar e compreender o protagonismo comunitário dos moradores da Prainha do Canto Verde na mobilização do capital social orientado para o desenvolvimento local.

2 Aspectos metodológicos

Nesta parte do trabalho são tratados aspectos relativos ao método e delineamento de pesquisa, visando a descortinar através da compreensão de elementos imagéticos, no caso, fotografia, tirados do cotidiano e das práticas dos moradores da comunidade da Prainha do Canto Verde, o protagonismo destas pessoas na mobilização capital social para a construção do desenvolvimento local.

O estudo sobre a comunidade da Prainha do Canto Verde foi realizado dentro de uma perspectiva qualitativa por essa referir-se a um processo histórico sobre um determinado evento circunstanciado no lugar onde as coisas acontecem. A pesquisa qualitativa trata de coisas não mensuráveis que surgem da relação do pesquisador com o pesquisado (ALBANDES-MOREIRA, 2005). Cada método está relacionado com uma compreensão específica de seu objeto. Considerando isso, os métodos qualitativos são dependentes do processo de pesquisa e do assunto em estudo. Eles estão incorporados ao processo de pesquisa, sendo bem compreendidos e descritos através de uma perspectiva do processo (FLICK, 2004, p. 18).

A partir desse enfoque, o presente trabalho propõe uma interlocução ‘visual’ com os moradores (o outro, sujeito de pesquisa) da Prainha do Canto Verde não só para compreender suas práticas no desenvolvimento, implementação, execução e gestão das atividades sociais, econômicas, ambientais e culturais para o desenvolvimento local, assim como contribuir para a interpretação dessa dinâmica no contexto local.

Para este estudo foi feita uma opção pela abordagem da antropologia visual como enfoque metodológico, considerando que o elemento imagético, permite ao pesquisador, através do enquadramento de imagens por meio da memória espacial e associação de imagens, penetrar em uma teia de significados invisíveis que ultrapassam as diretrizes das duas dimensões (MOREIRA LEITE, 1998). Desse modo, a antropologia entra no campo da pesquisa para subsidiar as questões levantadas nas interpretações sobre as imagens capturadas da vida das pessoas em seus ambientes, o que caracteriza uma fotoetnografia, uma investigação do tipo etnográfica. Segundo Triviños (1987), uma investigação etnográfica é uma forma específica da pesquisa qualitativa.

2.1 As raízes antropológicas da pesquisa qualitativa / etnográfica

Segundo Geertz (2001) há uma dificuldade de descrever a Antropologia como uma iniciativa coerente. Isso é decorrente do fato dessa ciência consistir

“[...] numa coletânea de ciências muito diversamente concebidas - arqueologia, lingüística, antropologia física e antropologia cultural (ou social) - e unidas de maneira bastante accidental, por versarem todas elas, de um modo ou de outro, sobre ‘o homem e suas obras’”(GEERTZ, 2001, p. 87).

De acordo com as experiências, o autor aponta que o conteúdo da Antropologia é o estudo das culturas de outros povos, incluindo também a de quem realiza o estudo, o que levanta outras questões. Isso “implica em descrever quem eles pensam quem são, o que pensam que estão fazendo, e com que finalidade pensam que o estão fazendo” (GEERTZ, 2001, p. 26). O ato de descrever deve ser denso o suficiente para poder ser transmitida a outrem a lógica particular de outros povos, de forma a tornar legível ou inteligível, os ‘saberes locais’ (GEERTZ, 2001) resultantes da diversidade da experiência humana (GODOLPHIM, 1995).

Diante a um fato social, a Antropologia se interessa em apreender os seus sentidos, desvendar sua complexidade conceitual e entender como os atores sociais interpretam e problematizam as suas práticas e valores (PARÉS, 2000;2001). A pesquisa qualitativa surgiu de maneira mais ou menos natural nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos em seus estudos sobre a vida nas comunidades. Devido à natureza interpretativa do propósito dessa ciência, os pesquisadores antropólogos perceberam que muitas informações acerca da vida dos povos não podem ser expressas e entendidas somente através de quantificações. É devido à tradição antropológica que faz com que a pesquisa de natureza qualitativa seja conhecida por investigação etnográfica (TRIVIÑOS, 1987).

2.1.1 A etnografia

Segundo Achutti (2004), o estudo etnográfico está relacionado a uma pesquisa interpretativa voltada a “uma composição que mostre a singularidade cultural de um determinado grupo social ou de subgrupos que vivem em sociedades diversas” (ACHUTTI, 2004, p. 93). Dessa forma, reconhece-se que existe um mundo cultural a ser conhecido. Isso

pode significar que nessa atividade de conhecer há, pelo menos, a presença de duas realidades culturais: a que se deseja conhecer e a própria do pesquisador (TRIVIÑOS, 1987). Decorrente disso, emerge uma série de implicações metodológicas. Uma delas sinaliza que as conclusões de uma pesquisa etnográfica estão baseadas nas descrições do real cultural, donde são retirados os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade. Neste contexto, o pesquisador deve ir ao campo com uma bagagem teórica para, junto aos sujeitos de pesquisa, “viver a realidade da comunidade, utilizando-se da técnica da observação participante” (CAVEDON, 2001), visto que o pesquisador não deve ficar de fora da realidade que estuda, dos fenômenos aos quais se propõe em captar seus significados e compreendê-los (COLLIER JR; COLLIER, 1986; TRIVIÑOS, 1987). O diário de campo apresenta-se como um instrumento essencial para o etnógrafo na observação participante, pois nele é que são registradas as observações realizadas, as rotinas e as impressões do pesquisador (MALINOWSKI, 1978; CAVEDON, 2001). Cavedon (2000, p.4) ainda observa que nesse instrumento devem ser ainda registradas as frustrações e alegrias originadas da interação social, “pois é necessário ter consciência desses sentimentos ao redigir a etnografia, evitando-se, assim, posições etnocêntricas”.

A pesquisa etnográfica reconhecida “como uma forma específica de investigação qualitativa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 121), está relacionada com o conhecimento e as práticas dos participantes, onde considera a comunicação do pesquisador com o campo como parte explícita da produção de conhecimento (FLICK, 2004). Deste modo, a pesquisa qualitativa, especificamente a etnográfica, pode ser considerada como uma forma de

[...] ver as coisas através do olhar do outro, via descrição, o detalhe, o conjunto de detalhes do que aconteceu, com um olhar contextualista que busca o todo. É um processo, elemento longitudinal que se vale de uma estratégia de flexibilidade e construção via interpretação e de um refinamento progressivo de pressupostos teóricos e conceituais (ALBANDES-MOREIRA, 2005).

Nesta perspectiva, o processo de fazer a imersão na comunidade a ser pesquisada, a fim de compreendê-la, exige que o pesquisador saiba o momento de perguntar e “o momento de calar, respeitar o ‘outro’, acompanhar o tempo dos informantes” (CAVEDON, 2001). Ressalta-se que é importante para o etnógrafo um treinamento das suas emoções. Estas devem ser vivenciadas com naturalidade (CAVEDON, 2001), no entanto, o pesquisador deve

ter o cuidado de não perder seu foco, no sentido de ser capaz “a apreender o objeto de estudo, naquilo que ele tem de particular e relevante” (NEVES, 1986, p. 94).

Na realização do trabalho de campo pode-se fazer uso, ou mesmo combinar, técnicas de pesquisa, com finalidade de melhorar o estudo etnográfico. O uso de ferramentas, como o gravador, a câmera fotográfica, a câmera de vídeo, gerou novas formas de coleta e descrição de dados, utilizadas de acordo com as necessidades de cada pesquisa (ACHUTTI, 2004). O presente estudo fez uso de gravador, câmera fotográfica e bloco de notas da pesquisadora para construção da descrição etnográfica.

2.2 A antropologia visual na pesquisa em uma ciência social aplicada e a busca de uma linguagem

Desde os primeiros trabalhos de campo da Antropologia, as imagens fazem parte da trajetória da pesquisa, como uma forma de registro de sua passagem pelo campo (GODOLPHIM, 1995). A antropologia evoluiu, desenvolvendo-se paralelamente às tecnologias – da fotografia ao cinema e mais recentemente aos novos meios digitais, “revelando as mudanças dos processos históricos, sociais e políticos que os formatam” (RIBEIRO, 2005b). As imagens entram em consonância com a antropologia quando ordenam culturalmente dados, fragmentos da realidade, capturados de uma observação. Desta forma as imagens contribuem para a ampliação da percepção e compreensão do pesquisador no seu campo. Por meio da descrição por palavras do fato social, as imagens passam a dialogar com realidade (CAVEDON; CABALLERO; SANTOS, 2006). Esse tema constitui o campo de interesse da antropologia visual.

A antropologia visual é uma área de conhecimento interdisciplinar que possibilita o uso de saberes e tecnologias, incluindo equipamentos digitais, de registros de imagem e som (RIBEIRO, 2005a). Por essa ótica, os elementos imagéticos da Antropologia Visual, tanto estático (fotografia) quanto animado (filme, vídeo, audiovisual), constituem recursos descritivos para reflexão antropológica (PARÉS, 2000/2001; CAVEDON, 2001; IPIRANGA et al., 2006).

Desde a década de 1970, a Antropologia Visual desenvolve um trabalho teórico e reflexivo que determina e analisa as propriedades dos sistemas visuais e suas estratégias

discursivas, assim como as condições de suas interpretações relacionando-as com as complexidades dos processos políticos e sociais dos quais estão inseridas (PARÉS, 2000/2001). Da década de 1980 até os dias correntes, um número cada vez maior de pesquisadores provenientes de diferentes áreas das ciências sociais utiliza, como metodologia de trabalho, a antropologia visual, no campo particular, o recurso imagético, ora como tema, como fonte documental, como instrumento, ora como produto de pesquisa.

Para Feldman-Bianco (1998, p. 11) este crescente interesse está associado “à falência de paradigmas positivistas e à importância da mídia na vida cotidiana”. Hoje, a dimensão imagética nas Ciências Sociais influencia nas novas abordagens que transforma a prática da pesquisa. A utilização de linguagens visuais acentua a necessidade de se redefinir as relações entre pesquisadores e seus sujeitos e ajuda a dirimir oposições reducionistas entre subjetividade e objetividade na pesquisa. Desta forma, esta pesquisa, relacionada a estudos organizacionais, optou por trazer o elemento imagético como instrumento que possibilita tanto a ampliação da realidade do campo de estudo, como na interpretação do fato representado, já que o registro visual é um recorte subjetivo dessa realidade (PARÉS, 2000/2001).

Vale salientar, nessa discussão, que toda pesquisa traz consigo desafios metodológicos (MOREIRA LEITE, 1998). Dentro dessa perspectiva, a escolha quanto à linguagem do trabalho teve que ser realizada. Nas pesquisas relacionadas às Ciências Sociais Aplicadas, no caso específico, na Administração, há o predomínio do texto escrito, “eventualmente complementado por fotografias” (CAVEDON; CABALLERO; SANTOS, 2006). Entrementes se considera que as contribuições cognitivas e educacionais oriundas do texto visual são inviáveis de serem expressos através de descrições, já que o texto escrito limita a possibilidade de apreensão das emoções, assim como a significação presente no universo empírico (MOREIRA LEITE, 1998;CAVEDON; CABALLERO; SANTOS, 2006).

Diante dessa ambigüidade, esta pesquisa se propôs a trabalhar com antropologia visual nos estudos organizacionais, para tornar mais vasto o campo observado, pois as imagens são polissêmicas (BARTHES, 1990), “tendo subjacente a seus significantes uma cadeia flutuante de significados, dos quais o leitor pode escolher uns e ignorar outros” (MOREIRA LEITE, 1998, p. 42). Assim, o uso de imagens é pertinente na pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, pois as imagens estão ligadas a uma realidade primeira, gerada

em um determinado lugar e em um determinado tempo (KOSSOY, 2002). Estas mantêm não só um diálogo com a realidade, assim como com a representação dessa realidade, já que as mesmas apresentam-se como observações estéticas e documentais da realidade (CAVEDON, CABALLERO, SANTOS, 2006). A imagem fotográfica é sempre uma representação a partir do real intermediada por quem a produz, de acordo com sua forma de compreender aquele real, sua ideologia (KOSSOY, 2002). O texto escrito, por sua vez, não é desconsiderado já que as imagens visuais precisam das palavras para se transmitir, pois é através dela que é revelado a significação do olhar do pesquisador. Assim como a imagem, a palavra também tem natureza polissêmica. Desta forma a combinação de imagem e palavra também é polissêmica, ao mesmo tempo em que é complementar (MOREIRA LEITE, 1998; KOSSOY, 2002), adequada a este trabalho.

2.3 Delineamento da pesquisa

Esta pesquisa é do tipo exploratória porque envolveu levantamento bibliográfico e documental com vistas à formulação do problema de pesquisa. Conforme Gil (1999), a pesquisa desse tipo é desenvolvida na perspectiva de proporcionar uma visão ampla acerca do assunto. Andrade (2002) ressalta finalidades primordiais ao se referir à pesquisa do tipo exploratória. No contexto deste estudo estas finalidades estão relacionadas à possibilidade de proporcionar maiores informações sobre o assunto a ser investigado, e facilitar quanto à delimitação do tema da pesquisa, na orientação para descobrir um novo tipo de enfoque acerca do assunto.

Por ser necessária a imersão do pesquisador na comunidade da Prainha do Canto Verde para que ele identifique, relate, compare relações existentes entre as variáveis estudadas, esta pesquisa também é classificada como descritiva. Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa, quer seja do tipo fenomenológica ou histórico-estrutural, é essencialmente descritiva. As descrições dos fenômenos estão imbuídas de significados que o ambiente lhes legitima, produto de uma visão subjetiva, isto é, as interpretações emergem como a totalidade de uma análise baseada na percepção de um fenômeno. Os resultados dessas descrições podem ser expressos em retratos (ou descrições), em narrativas, com fotografias, filme, vídeo, registro em áudio etc. As descrições do tipo histórico-estrutural, dialética esforçam-se em capturar não só a aparência do fenômeno, mas a sua essência. Ainda

buscam as causas da existência do fenômeno, assim como procuram explicar a origem, suas relações, suas mudanças e as conseqüências que terão nas vidas das pessoas.

Andrade (2002) ressalta que a preocupação de uma pesquisa qualitativa está em observar os fatos, fazer seus registros, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem que ocorram interferências nos fatos sociais por parte do pesquisador. Desta forma, evita-se manipulações nos fenômenos do mundo físico e humano, deixando-os íntegros para os estudos.

2.4 A fotografia como método de pesquisa: a fotoetnografia

Dentro do delineamento exploratório e descritivo desta pesquisa etnográfica, enfoca-se o uso da imagem estática, a fotografia, como método de trabalho. O uso da imagem, em específico, a imagem fotográfica em investigações etnográficas servia como um recurso retórico que legitimava a veracidade do texto escrito (BITTENCOURT, 1998; KOSSOY, 2002; ACHUTTI, 2004). A verdade atribuída à imagem fotográfica é resultante de uma interpretação culturalmente orientada, onde a suposta universalidade na relação entre a fotografia e a realidade é questionável, já “que dados de outros universos culturais indicam a possibilidade do não reconhecimento da imagem fotográfica como análoga ao real” (BITTENCOURT, 1998, p. 199).

Fotografias apresentam o cenário onde as atividades diárias, os atores sociais e o contexto sociocultural são articulados e vividos. Também retratam a história visual de uma sociedade, registram situações, olhares, sentimentos, expressões corporais, faciais, movimentos, pessoas, trabalho, rituais, significado de relações espaciais entre as pessoas, padrões de comportamento através do tempo, além de aprofundarem a compreensão da cultura material, a iconografia e as mudanças ao longo do tempo de uma comunidade (BITTENCOURT, 1998).

Neste trabalho, as fotografias serviram para documentar e elaborar uma narrativa imagética da mobilização do capital social para o desenvolvimento da Prainha do Canto Verde, já que é pretensão desse trabalho apresentar, através de uma narrativa imagética, “descrições discursivas de realidades (dis)cursivas” (GODOLPHIM, 1995, p. 167). Segundo Achutti (2004), a fotografia é uma linguagem com características próprias e como tal deve ser

considerada. Nesse sentido, a combinação da fotografia com a etnografia, ou simplesmente a fotoetnografia, substitui a prática da escrita. Para Godolphim (1995) essa combinação seria possível devido:

- 1) à fotografia ser uma técnica de documentação, como o ‘diário de campo’ ou o gravador;
- 2) à ocorrência da devolução do material fotográfico, a fotografia ser um elemento de interação com as pessoas pesquisadas, possibilitando-as de refletir sobre a sua realidade, abrindo um campo de diálogo entre pesquisador e sujeito de pesquisa, “de expressão da memória e das reflexões dos informantes sobre as imagens devolvidas” (GODOLPHIM, 1995, p. 167);
- 3) à fotografia ser um elemento do fazer etnográfico, devido à sua possibilidade de ir além do texto escrito, representante de uma interpretação da situação social estudada.

Desse modo, o texto escrito pode ser substituído pelo imagético. A fotografia contempla a narrativa imagética, pois permite lembrar a situação do campo de estudo, tal como ela se apresentou, auxiliando na interpretação (GODOLPHIM, 1995; CAVEDON; CABALLERO; SANTOS, 2006).

Nesta pesquisa, o uso de imagens foi utilizado como uma técnica de coleta de dados, ao mesmo tempo em que contribuiu na interpretação das ações dos atores frente à mobilização do capital social orientado para o desenvolvimento da comunidade da Prainha do Canto Verde, facilitando tanto a elaboração de perguntas constituintes dos roteiros de entrevista (APÊNDICE 1), como a construção do roteiro das imagens (APÊNDICE 2) que serviu na estrutura da narrativa imagética.

2.5 Técnicas de coleta de dados

Como todo trabalho científico, este é baseado em um levantamento de dados realizado por etapas. Na etapa de coleta de evidências utilizam-se, cinco fontes distintas de coleta, conforme FIG. 5. Primeiramente, faz-se necessária uma pesquisa bibliográfica. Essa

possibilita explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos e/ou em registros no ‘diário de campo’(cf. MALINOWSKI, 1978). O intuito é conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas existentes do passado sobre o assunto estudado (BEUREN, 2003).

Em seguida, realizam-se observações diretas dos eventos para que sejam obtidas informações. Por último, são feitos contatos, dentro do ambiente natural em que está o outro (sujeitos de pesquisa) que pode fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis por meio de entrevistas e observação participante.

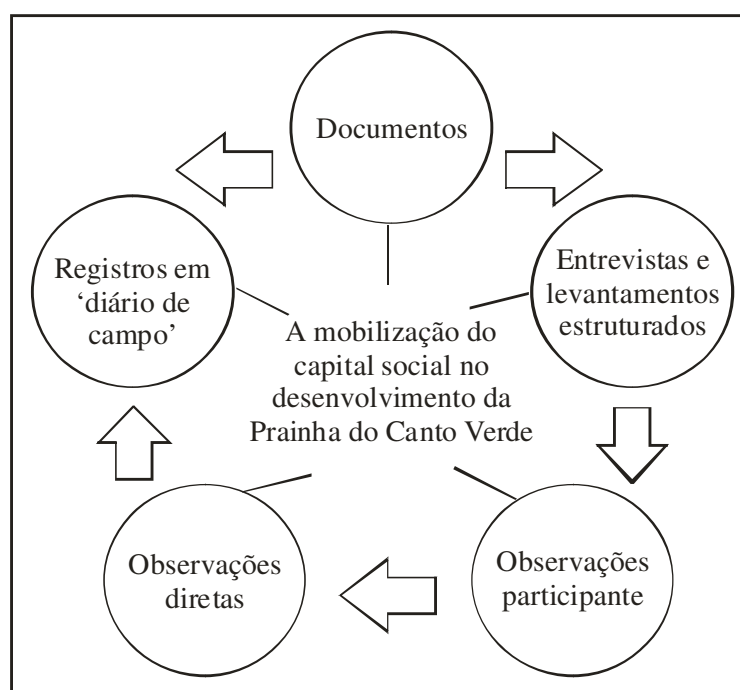


FIGURA 5: Fontes de coleta de dados
Fonte: elaborado pela autora

2.5.1 Observação participante

A observação participante é considerada uma técnica de coleta de dados no trabalho de campo. A descoberta e o uso desta técnica são atribuídos a Malinowski (1884-1942) que modificou radicalmente a maneira de proceder a técnica de observação direta. O que antes era realizado através de visitas curtas aos locais pesquisados, foi substituído por convivência diária, que possibilita ao observador a apreensão de uma ‘totalidade integrada’ de significados da realidade (MALINOWSKI, 1978).

De acordo com Geertz (2001) no processo de

[...] descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo, e com que finalidade pensam que o estão fazendo, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significados em meio aos quais elas levam suas vidas (GEERTZ, 2001, p. 26).

Isso significa dizer que o pesquisador, na impossibilidade de sentir ou pensar como os sujeitos pesquisados, deve aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente (GEERTZ, 2001, p. 26).

Assim, a participação do pesquisador como etnógrafo pressupõe o envolvimento deste na vida da comunidade de estudo, “com todas as suas coisas essenciais e acidentais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 121). Além disso, o mesmo autor afirma que uma pesquisa descritiva exige do pesquisador uma delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que o orientem na coleta e na interpretação dos dados. Diante disso, uma das técnicas de coleta de dados deste trabalho é a observação participante, em que o pesquisador torna-se participante no fato social em estudo (BABBIE, 2003). Geralmente a observação participante é empregada em estudos exploratórios sobre o campo (BABBIE, 2003; BONI; QUARESMA, 2005), o que está de acordo com a caracterização da natureza desta pesquisa. A observação participante ajuda o pesquisador “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS; MARCONI, 1996, p.79). O objetivo deste tipo de pesquisa é atingir uma profundidade de conhecimento detalhado no evento social em andamento.

Ao mesmo tempo, essa técnica difere de outras de natureza qualitativa por ser assistemática, já que o pesquisador encontra dificuldades em manter procedimentos específicos para direcionar a observação de pesquisa, na busca de recolher e registrar os fatos da realidade. Assim, o observador deve ser treinado para desenvolver sua sensibilidade a fim de poder identificar o que é digno de ser observado (HAGUETTE, 1997). O interesse centra-se, em especial, na observação dos sinais de comunicação não-verbal, como expressões faciais, gestos e posturas; e verbal, como atitudes, anedotas sobre o tema e apartes.

Por ser impossível documentar toda a complexidade que envolve um fato social, é preciso que sejam feitas seleções de acordo com linha de pensamento desenvolvida na

pesquisa (BABBIE, 2003; BONI; QUARESMA, 2005). Desta forma, a ação do pesquisador como etnógrafo é disciplinada, orientada por princípios e estratégias gerais. Ainda assim, pode ocorrer ‘viesses inconscientes’ (BABBIE, 2003), devido “à sua atividade está marcada por seus traços culturais peculiares, e sua interpretação e busca de significados da realidade que investiga não pode fugir às suas próprias concepções do homem no mundo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 121).

2.5.1.1 Diário de campo

O diário de campo do pesquisador constitui em uma ferramenta fundamental no trabalho etnográfico. Essa ferramenta foi usada por Malinowski em sua ‘observação participante’, consagrada na obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (MALINOWSKI, 1978). Na pesquisa em questão, no diário de campo foram registradas as impressões, indagações, o dia-a-dia da comunidade. Esses registros foram agrupados em seqüência, segundo o plano teórico da pesquisa. Através desses grupos de registros, o pesquisador pode se guiar na criação e composição do texto etnográfico.

2.5.2 Entrevista

A história oral é compreendida como sendo um método de pesquisa que beneficia a realização de entrevistas com pessoas que participam de , ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc à luz de depoimentos destas pessoas (ALBERTI, 1989, p.1-2). Pertinente a este trabalho que tem interesse nas informações fornecidas nas narrativas das pessoas que vivem / viveram, presenciam / presenciaram o desenvolvimento a Prainha do Canto Verde, dentro do contexto histórico e cultural dado.

Neste estudo, a técnica utilizada é a entrevista de história de vida que versa na recuperação da trajetória do sujeito da pesquisa através do aprofundamento dos temas ou assuntos que têm relevância. Essa técnica tem como ponto principal permitir que o sujeito da pesquisa retome sua vivência de forma retrospectiva (ALBERTI, 1989; BONI; QUARESMA, 2005). Será empregado o método biográfico já que entrevista ocorrerá a partir da vivência e da experiência – da biografia – do entrevistado (ALBERTI, 1989, p. 19-20).

Dentro do ambiente natural da pesquisa são coletados os dados ou informações não encontradas em pesquisa bibliográfica e observação. Dessa maneira, outra forma de coleta de dados que será utilizada neste estudo é a entrevista. Haguette (1997, p.86) define a entrevista como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. É através dela que dados objetivos e subjetivos podem ser coletados. Os objetivos podem ser obtidos por fontes secundárias como censo, estatísticas etc. Os subjetivos, dados de maior interesse neste trabalho, só podem emergir na entrevista, na interlocução com o outro (ALBANDES-MOREIRA, 2005; BONI; QUARESMA, 2005).

Dentre as formas de entrevista utilizadas nas Ciências Sociais, para o estudo foi adotado a entrevista semi-estrutura. Esse tipo de entrevista combina perguntas abertas e fechadas, em que o outro tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (BONI; QUARESMA, 2005). Em geral, a entrevista semi-estruturada parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses pertinentes à pesquisa. Por sua vez, desses questionamentos podem emergir outras possibilidades interrogativas à medida que se recebem as respostas dos sujeitos da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). O sujeito de pesquisa, no caso específico, o morador da comunidade da Prainha do Canto Verde, “seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo da pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As informações foram levantadas a partir da aplicação de entrevista semi-estruturada por meio de roteiros (APÊNDICE 1). Os roteiros consideraram as categorias ou indicadores de capital social, seguindo os estudos realizados por Putnam (1996), além das categorias relacionadas ao protagonismo comunitário (NEUMANN; NEUMANN, 2004a), assim como as categorias relacionadas à percepção, pelos moradores, do desenvolvimento local. Esclarece-se que as perguntas que compõem o roteiro de entrevistas nesta pesquisa, não nasceram *a priori*. Elas são resultados tanto das teorias estruturantes da ação do pesquisador / etnógrafo, como das informações que o mesmo recolheu sobre o fenômeno social de interesse. Ressalta-se que os contatos que o pesquisador realizou na escolha das pessoas entrevistadas também foram importantes para elaboração do roteiro de entrevista (TRIVIÑOS, 1987).

Na prática, o processo da entrevista nesta pesquisa foi trabalhado com diferentes grupos de pessoas. Primeiramente foram realizadas entrevistas individuais com pessoas de

diferentes setores da comunidade. Em seguida, foram realizadas entrevistas com grupos representativos de sujeitos de cada setor. De acordo com as orientações de Triviños (1987), estas etapas se desenvolveram em processo de retroalimentação. Isso significa que determinados pontos conflitantes ou divergentes que emergiram nas entrevistas individuais serviram de base para a constituição de novas perguntas para a entrevista no grupo representativo.

2.6 Dimensões que alicerçam o trabalho

Como informado anteriormente, o presente trabalho tem como questão maior a verificação do protagonismo comunitários dos moradores da Prainha do Canto Verde da mobilização do capital social orientada para o desenvolvimento local. Examinando a questão, verificou-se então a necessidade de uma clara configuração de três dimensões de análise: (a) capital social; (b) resultados e ações futuras do protagonismo comunitário frente ao (c) desenvolvimento local. Conforme ilustra a FIG. 6, tanto a dimensão do capital social como a do protagonismo comunitário são abordadas através de quatro categorias. A última dimensão, a do desenvolvimento local é realizada através de três categorias. Assim, a pesquisa foi norteada por essas três dimensões tanto na elaboração do roteiro de entrevistas, como no roteiro da narrativa imagética relacionada à apresentação e discussão dos resultados.



FIGURA 6: As dimensões de análise da pesquisa

Fonte: CABREIRA, 2002 - adaptado pela autora.

Além dessas três dimensões, os roteiros de entrevista e da narrativa foram elaborados de tal forma que pudesse dar espaço para algumas reflexões a partir das quais percepções fossem visualizadas. São elas:

- Percepção da vida na comunidade: como é percebidos a participação nas decisões, o trabalho cooperado, a visão de futuro, o tratamento de situações adversas e o planejamento de ações futuras, ou seja, as informações que podem indicar a formação ou não de interações para soluções coletivas ou que tenham repercussão no coletivo;

- Percepção do trabalho cooperativo: senso compartilhado de emancipação, sentido do trabalho do outro e reflexo na comunidade, reforço comunitário na solução de problemas comuns;

- Percepção em relação às condições sociais: como são tratadas pela comunidade as questões relacionadas à pesca, meio ambiente, educação, saúde, turismo comunitário, agro-ecologia, infra-estrutura e segurança;

- Percepção com relação às questões políticas: como são tratados pela comunidade, de um modo geral, os processos de sucessão na associação dos pescadores, na cooperativa, as decisões que impactam na comunidade, o grau de interesse dos cidadãos.

2.7 Tecnologias de pesquisa

2.7.1 Roteiro da entrevista.

O roteiro da entrevista é um instrumento concreto de pesquisa (ALBANDES-MOREIRA, 2005) que serve de orientação para o entrevistador. O roteiro da entrevista desta pesquisa é apresentado no APÊNDICE 1. Ele está dividido em dois blocos de perguntas: primeiro, direcionado aos moradores da comunidade – pescadores, artesões, etc; segundo, centra-se nos líderes locais. As primeiras perguntas destinam-se à qualificação dos sujeitos da pesquisa. As demais são perguntas do tipo questão-estímulo, pergunta ampla, necessariamente focal que sustenta a entrevista com o intuito de

(1) obter o máximo de informação multidisciplinar (de cunho sociológico, psicológico, político e assim por diante) relevante e necessária à pesquisa sem transformar a entrevista em um interrogatório, e (2) repetindo-a, transformada e atualizada, ao longo da entrevista, prover condições de exame do tema em termos de práticas e de experiências subjetivas, de afetos e conhecimentos, de teorias e práticas as mais próximas da realidade de uma relação entre iguais (ALBANDES-MOREIRA; BATISTA-DOS-SANTOS, 2004, p. 4).

De posse do roteiro, o pesquisador deve ter pleno domínio do seu conteúdo na realização da entrevista. O papel do pesquisador é seguir as questões previamente definidas, em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal, mas atento aos momentos dessa conversa. O pesquisador deve ter competência para direcionar a discussão para o assunto que o interessa, fazer perguntas adicionais para esclarecer questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o sujeito da pesquisa apresente dificuldades com o tema (ALBANDES-MOREIRA, 2005; BONI; QUARESMA, 2005).

2.7.2 A câmera fotográfica

Segundo Collier Jr. e Collier (1986), o uso de câmera fotográfica como instrumento na captura de dados amplia as possibilidades de análise, já que a ação de anotar, por meio de um aparelho, determinados fatos, fenômenos colabora “como fator de controle para a observação visual direta” (IPIRANGA; *et al*, 2006, p. 4).

Cavedon (2005) adverte que na utilização da técnica fotográfica com o método etnográfico é preciso considerar a fotografia que exige o conhecimento associado ao tipo de câmera, filmes, lentes, filtros etc. As imagens utilizadas nessa pesquisa foram tiradas por uma câmera digital Sony Cyber-shot, modelo DSC-V1. As fotografias foram retiradas no tamanho estabelecido de 1.2 M (1280x960), que garantiu uma boa resolução na impressão das imagens no tamanho de um postal.

2.7.3 Roteiro da montagem das imagens

Para construir a narrativa imagética deste trabalho optou-se pela elaboração de um roteiro das imagens segundo as dimensões que alicerçaram a pesquisa (ver FIG. 6), conforme descritas no item seguinte. Esse roteiro serviu de orientação na construção de sentidos do

conjunto de imagens fotográficas de forma que as relações entre elas, ou o seu todo, produzisse a significação desejada (GODOLPHIM, 1995).

As imagens foram obtidas da observação do pesquisador na imersão em campo. Mesmo que o ato de observar, como discutido anteriormente, é assistemático, o roteiro serviu como um guia na captura das possibilidades da realidade visível do cotidiano da comunidade da Prainha do Canto Verde. Nesse caso, o recurso do “olhar do estrangeiro” (PEIXOTO, 1988) daquele que não é do lugar, que acabou de chegar, não está descontextualizado no ato da apreensão da imagem.

2.8 O olhar estrangeiro no campo

No primeiro contato no campo, circulei sobretudo na área onde havia a concentração do comércio da comunidade. A Prainha do Canto Verde, cercada por dunas móveis que já cobriram o solo original, chamado pelos nativos de “barro vermelho”, é cortada por uma estrada asfaltada, a principal via de acesso, onde são encontrados os principais estabelecimentos comerciais como a padaria, a sorveteria, o ponto de motos-taxista, mercadinhos, a ‘Bodega’ e as pousadas. Instituições de outra natureza também estão distribuídas nos 500 metros de estrada. Entre elas destacam-se o estaleiro-escola de catamarã, a escola de *kite surf*, a escola de ensino fundamental, o posto de saúde e a associação dos pescadores.

Uma das primeiras impressões causadas foi que a comunidade não apresentou nenhum tipo de estranhamento, nem com as perguntas que eram feitas, nem com os registros fotográficos que estavam sendo realizados com o uso de um equipamento digital. Depois percebi o motivo quando ocorreu o encontro com René Schärer, um suíço casado com D. Marly, uma nativa da região. René, que pertence à comunidade desde 1992, é um dos líderes que tem como uma das suas preocupações, fazer um inventário dos estudos realizados na Prainha. Ele apresentou um catálogo de 29 trabalhos acadêmicos, nacionais e internacionais, de diferentes áreas de conhecimento – enfermagem, educação, meio ambiente, geografia, engenharia de produção, engenharia de pesca, psicologia, turismo e economia. Além de uma lista com mais de 20 publicações que vai desde artigos a programas e projetos. Dessa forma, minha presença ali se justificava, para os moradores. Viam em meu interesse e dedicação a capturar as imagens como algo que não invadia, quase corriqueira no cotidiano. Devido ao

fato da comunidade está acostumada com a presença de pesquisadores – muito até posavam para as fotos - acredito que isso serviu como fator de facilitação na construção dos meus laços com as pessoas.

As imagens utilizadas neste estudo foram retiradas em três momentos de imersão no campo. Na primeira visita à comunidade da Prainha do Canto Verde foram retiradas fotografias com o intuito de se fazer um inventário visual, um levantamento panorâmico dos locais de trabalho – mar, praia, comércio, pousadas, associação dos pescadores, escolas, posto de saúde. Na segunda ‘viagem’ imagética, o olhar sofreu uma metamorfose acerca das ações das pessoas, dos seus hábitos, objetos produzidos, até mesmo dos locais antes já registrados, o que permitiu o resgate de novos significados dos detalhes e das coisas do local. Na terceira , já existia uma certa familiaridade com as pessoas, do mesmo modo com o local. As pessoas, de diferentes profissões, faixa etária, papel na comunidade, já conheciam a pesquisadora e a razão de sua mobilidade na comunidade. Diante disso, mostraram-se ora solidárias, ajudando evidenciar os significados da realidade pelo sujeito cognoscível, ora orgulhosas por serem retratadas. Muitas vezes, sobretudo quando a proximidade permitia, elas pediam para ver as fotografias. Também pediam que as mesmas fossem enviadas para elas. Isso foi possível devido a dois fatores: as imagens eram digitais; a escola da comunidade tem uma ilha digital, com acesso à internet.

Nos três momentos, o roteiro imagético se mostrou eficiente na orientação pela busca das dimensões do capital social, protagonismo comunitário e do desenvolvimento local. As fotografias foram obtidas durante os meses de setembro–outubro–novembro de 2006, em condições naturais, durante o período diurno, com iluminação do próprio ambiente.

É válido registrar que foi impossível, nos registros das imagens, adotar um olhar distante, imparcial no encontro com o campo, nas relações com as pessoas e os lugares da comunidade. É conveniente ainda acrescentar que “a emoção, antes de constituir-se um entrave à execução da pesquisa, contribui com o processo de desconstrução necessário para a realização do estudo” (CAVEDON; FACHIN, 2000). Como reforça Kossoy (2002), é pela sensibilidade, pelo constante esforço de compreensão dos documentos e do conhecimento multidisciplinar do momento retratado que se pode ir além do registro fotográfico, transpor o outro lado da imagem.

2.9 No campo com as entrevistas: o pré-teste

Com a finalidade de validar os instrumentos de coleta, tanto os imagéticos como os escritos, foi realizado um pré-teste no campo. As entrevistas do pré-teste foram realizadas durante quatro dias na comunidade da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe com oito moradores: duas mulheres (uma tutora voluntária da Ilha Digital, uma dona de barraca de praia) e seis homens (um guia turístico que é também pescador; três líderes, onde dois deles também são pescadores; um professor de carpintaria que é também construtor de catamarãs e surfista; o gestor do projeto agro-ecologia que foi um pescador).

As entrevistas eram negociadas em relação ao dia, local e hora. Antes à aplicação da entrevista, os propósitos da pesquisa eram apresentados, assim como o roteiro da entrevista. Também ocorria uma explanação das principais intenções em obter informações e percepções da comunidade sobre o objeto do estudo, quais sejam – os fatores que englobam capital social (confiança, cooperatividade, civismo e projetos), o protagonismo comunitário (senso compartilhado de emancipação, engajamento comunitário, voluntariado e participação política) e a implicação desses elementos em relação ao desenvolvimento local (resultados, ações para continuidade, planejamento para o futuro). Essa etapa de sensibilização e exploração sobre o trabalho foi considerada essencial para melhor percepção e colaboração dos entrevistados. De modo geral, as pessoas consideraram-se importantes e úteis por saber que estavam contribuindo no levantamento de elementos para uma pesquisa e, de certa forma, divulgando um modo de vida daquela comunidade.

As entrevistas transcorreram em média num período de 2 horas cada. No início de cada entrevista, era novamente apresentado um breve roteiro, além de ser negociada com o entrevistado a gravação ou não da entrevista. Todos demonstraram sentir-se à vontade, necessitando, algumas vezes, ser limitados ou re-direcionados para o foco de interesse. Todos os entrevistados concordaram com o uso do gravador. Vale ressaltar que a mesma familiaridade demonstrada com o uso do equipamento digital nas fotografias ocorreu também com o uso do gravador nas entrevistas.

O roteiro de entrevistas não só se revelou como um instrumento válido na orientação da pesquisadora, como também um caminho para os entrevistados, pois, após as explicações, os mesmos demonstraram tranquilidade e prontidão para o início das atividades.

Ressalta-se novamente que a participação e postura dos entrevistados foram de interesse e colaboração. Quanto ao conteúdo, os entrevistados trouxeram na sua fala experiências, percepções, sentimentos e exemplos ricos para análise e que vieram a subsidiar, juntamente com outras evidências, a resposta à questão de pesquisa.

Após a realização dessas etapas partiu-se para a análise dos dados, imagens, vozes, buscando identificar expressões e idéias chave relacionadas às categorias de análise, quais sejam capital social, protagonismo comunitário e desenvolvimento local. Esse material foi relacionado em variadas montagens com o propósito de ser elaborada a narrativa imagética.

2.10 À volta ao campo: os protagonistas comunitários informantes e a coleta de dados final

O retorno ao campo ocorreu cerca de 30 dias após as entrevistas do pré-teste. Os entrevistados desta pesquisa são os moradores da Prainha do Canto Verde que vivem / viveram, presenciam / presenciaram ou que estão cientes das ocorrências ou situações ligadas ao tema a ser estudado e que podem fornecer depoimentos significativos. Para este estudo, foram identificados quatro grupos com os quais foram coletadas evidências e/ou realizadas entrevistas, selecionados em função de representatividade, convivência e conhecimento da trajetória da comunidade e dos saberes / fazeres locais.

Os grupos foram divididos da seguinte forma: (i) líderes, pessoas envolvidas diretamente com o planejamento e/ou execução dos projetos; (ii) os pescadores, homens e mulheres que dependem exclusivamente da pesca artesanal; (iii) os educadores, pessoas envolvidas com a arte, artesanato, uso de tecnologias, carpintaria etc, envolvidas com os processos de aprendizagem formal (grade curricular específica); e (iv) as organizações, micro e pequenas empresas e instituições ligadas à comunidade.

Durante a aplicação das entrevistas verificou-se dificuldades de alinhar dias e horários em que o pesquisador estava no local, além das demandas inerentes às atividades da comunidade como a chegada de turistas, saída e chegada das jangadas, reuniões na associação, quase sempre restritas às pessoas da comunidade. A fase das entrevistas ocorreu

entre os meses de dezembro e janeiro de 2007. Neste período foram realizadas 15 entrevistas. Os atores sociais estão identificados a seguir:

- **A.A.:** 30 anos, sexo masculino, ensino médio completo, presidente da COOPECANTUR.
- **A.F.:** 42 anos, sexo feminino, ensino fundamental completo, artesã e dona de pousada comunitária.
- **C.F.:** 36 anos, sexo feminino, ensino médio, serviços gerais, membro do Conselho de Saúde.
- **D.V.:** 48 anos, sexo feminino, ensino fundamental completo, mulher de pescador, associada e participante do Conselho de Turismo (COOPECANTUR).
- **I.F.:** 39 anos, sexo feminino, ensino médio completo, atendente de enfermagem, membro do Conselho de Saúde.
- **J.A.:** 32 anos, sexo masculino, ensino médio, pescador, representante dos pescadores, tanto em nível estadual, através do Fórum de Pescadores e Pescadoras do Litoral do Ceará, como também MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores do Brasil.
- **J.F.:** 46 anos, sexo masculino cursou até a oitava série, dono de pousada comunitária.
- **J.F.L.:** 62 anos, sexo masculino, ex-pescador, um pioneiro no movimento pela posse da terra.
- **L.F.:** 31 anos, sexo masculino, ensino médio completo, presidente da Associação dos Moradores.
- **L.G.:** 39 anos, sexo feminino, cursou até o segundo ano do ensino médio, dona de um pequeno negócio na comunidade.
- **M.F.:** 42 anos, sexo feminino, ensino médio completo, participa do Conselho de Educação.
- **M.H.:** 54 anos, sexo feminino, cursou até a 5ª série, mulher de pescador, trabalha como merendeira na escola.
- **M.L.:** 52 anos, sexo feminino, ensino fundamental, artesã (labirinteira.).
- **M.S.:** 38 anos, sexo feminino, presidente da BODEGA, artesã.
- **R.S.:** 65 anos, sexo masculino, assessor de projetos, representante do Instituto Terramar, AVINA e ASHOKA.

O item seguinte descreve o ambiente da Prainha do Canto Verde, de acordo com o que as vozes revelaram nas entrevista, assim como as percepções da pesquisadora das imagens capturadas da realidade dessa comunidade.

3 O ambiente de desenvolvimento da pesquisa: aspectos fundamentais

Para a compreensão do ambiente da pesquisa e suas particularidades, será caracterizada a comunidade da Prainha do Canto Verde, através dos aspectos sócio-econômico, histórico, não só a organização social na luta latifundiária, dos problemas ambientais, assim como na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

3.1 A comunidade da Prainha do Canto Verde

O município de Beberibe está situado no litoral leste do Estado do Ceará e sua sede fica a 82 km de Fortaleza, capital do Estado, pela CE-040. A Prainha do Canto Verde pertence ao distrito de Paripueira, no município de Beberibe, ficando a 120 km de Fortaleza (FIG. 7), em área de faixa litorânea de elevado valor econômico para o Estado, e localizados os principais destinos turísticos do litoral cearense, como Porto das Dunas (Aquiraz), onde se localiza o Parque Aquático do Beach Park, Praia das Fontes, Morro Branco (Beberibe) e Canoa Quebrada (Aracati) (ALMEIDA, 2002). A população é composta de cerca de 196 famílias, com 1.200 habitantes estabelecidos em uma área de 749 hectares com praia de aproximadamente 5 Km de extensão, tendo seus limites ao norte pela comunidade de Ariós e ao sul por Paraíso (ALMEIDA, 2002; MENDONÇA, 2004; SCHÄRER, 2005a).

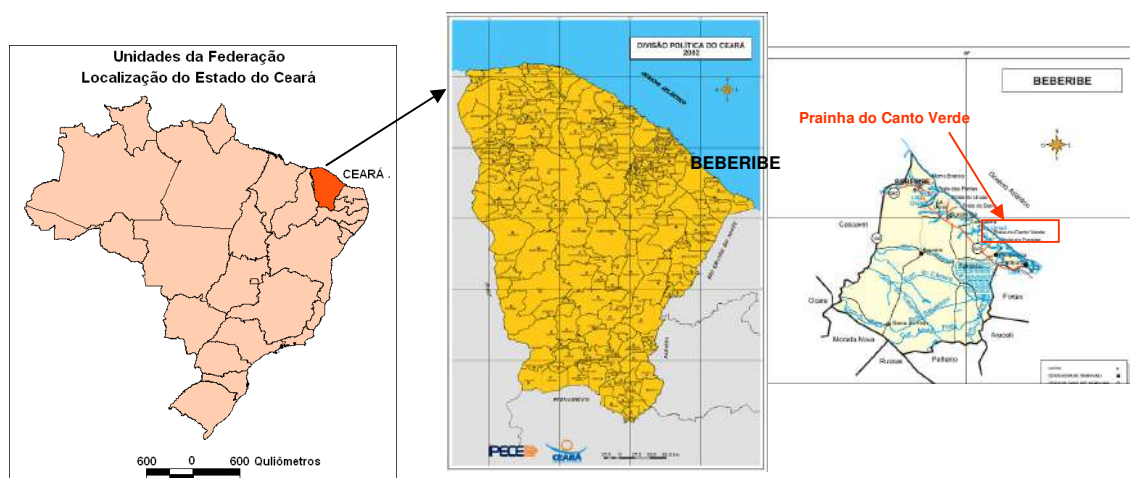


FIGURA 7: Localização da Prainha do Canto Verde no Brasil e no Estado do Ceará
Fonte: MENDONÇA, 2003.

Os primeiros registros de povoamento tiveram início no século XIX. Em uma das versões quanto à origem da comunidade, a família do pescador Raimundo Canto Verde teria chegado àquelas terras na década de 1850 após ter sido libertado da escravidão. Em 1858

existem registros de que uma pequena escola foi criada na região. O sobrenome do pescador acabou dando nome ao lugar.

Todos na região, de alguma forma, são parentes. As pessoas da comunidade não têm unidade quanto à origem da comunidade. Eles tanto mencionaram o Raimundo Canto Verde (registro oficial) como também falaram do Sr. Fernandes (avô e bisavô de muitos nativos) como fundadores. Geograficamente, o primeiro deles chegou onde era o “Barro Vermelho”, antigo lugar onde a comunidade estava instalada, destruído pelo transbordamento de uma lagoa; o outro se instalou onde hoje é a Prainha, “que antes era tudo mato e areia”. A atividade econômica principal da comunidade é a pesca artesanal. Associados à atividade pesqueira estão todos os hábitos e costumes dos moradores, além de outras atividades econômicas que são suporte a sustentabilidade local (ALMEIDA, 2002; GERAQUE, 2005).

Mendonça (2004) em sua pesquisa de mestrado sobre a Prainha do Canto Verde compôs um quadro com a cronologia dos fatos históricos, que construíram a realidade da Prainha do Canto Verde. No QUADRO 2, a cronologia levantada pela autora é apresentada, seguida das atualizações da história da Prainha do Canto Verde entre 1860 a 2007.

QUADRO 2 **Cronologia da história da Prainha do Canto Verde (1860 – 2007)**

Ano	Acontecimento
1860 - 1870	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De acordo com relato oral dos moradores mais velhos, as primeiras pessoas chegaram à localidade procurando a sobrevivência na pesca. ▪ Joaquim “Cabloco” Fernandes do Nascimento e Maria da Conceição “Filismina” chegam à localidade e constroem um barraco para morar.
1928	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É realizado o “Raid” da jangada Sete de Setembro até Pará (Belém). A primeira notícia documentada sobre a comunidade: Fortaleza, Jornal O Povo e Belém, Jornal do Norte (7 de setembro).
1974	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As fortes chuvas fazem transbordar a lagoa do Jardim na Prainha do Canto Verde, causando a destruição de várias casas de taipa. Inicia-se, então, a mudança da população para o Bairro Vermelho.
1976	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Começa o ataque do grileiro Antonio Sales Magalhães, levando ao usucapião e à venda das terras para a imobiliária Henrique Jorge.
1979	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O grileiro, Antonio Sales, entra com ação de usucapião na Comarca de Beberibe para regularizar 749,44 hectares de terra (26 de abril). ▪ Os moradores somente tomam conhecimento do usucapião depois do prazo legal.
1980	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É fundada a Escola Bom Jesus dos Navegantes.
1981 - 1984	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As irmãs Vilani e Inês do Campestre da Penha articularam as primeiras reuniões sobre religião e educação na comunidade. ▪ Os moradores entram em contato com CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, fundada pelo Cardeal D. Aloísio Lohscheider, e Caritas para ajudá-los na luta da terra.
1984	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Embora seja o imóvel usucapiado confinante como terreno da União Federal (terra da marinha), o juiz da Comarca de Beberibe julgou ação favorável ao Sr Antonio Sales Magalhães

	<p>(24 de janeiro).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos assumiu a defesa dos moradores ameaçados de expulsão.
1985	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização do seminário Rural da Arquidiocese de Fortaleza (10 a 14 de setembro).
1987	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Primeira visita de René Schärer, à Prainha do Canto Verde.
1988	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A empresa imobiliária Henrique Jorge apresenta o projeto “Porto da Jangadas”, que dividia a Prainha do Canto Verde em 4.547 lotes, em uma área de 321 hectares.
1989	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituição da Associação dos Moradores com a ajuda do CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (16 de abril). ▪ Advogados da CDPDH promovem competente ação rescisória nº 661/89 (3 de agosto).
1991	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inicia apoio de empresários (amigos) suíços do Renée à comunidade (Amigos da Prainha do Canto Verde). ▪ Começa Projeto de desenvolvimento comunitário desenvolvido pela Fundação dos Amigos da Prainha do Canto Verde (dezembro).
1992	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Chega e fixa moradia na Prainha do Canto Verde, René Scharer, ex-executivo da Swissair (maio). ▪ Mais de 15 capangas chegam na escuridão da noite e derrubam o alicerce e paredes da creche em construção, queimando as madeiras para construção. O dono da Imobiliária cumpre a ameaça já prometida.
1993	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Foram cedidas bolsas de estudos do 2º grau, em Fortaleza, para 13 alunos pela Fundação de Amigos da Prainha do Canto Verde. ▪ Inauguração do Entreposto de Pesca Comunitário (abril). ▪ Inicia-se o primeiro experimento em educação a partir da estruturação da Creche infantil (Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes) ▪ Acontece o S.O.S. Sobrevivência, viagem de protesto na jangada comunitária até o Rio de Janeiro contra a pesca predatória, a especulação imobiliária, o turismo selvagem e a falta de apoio governamental. Participaram 4 pescadores e 2 mulheres da comunidade. Duração: 74 dias (4 de abril)
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do Conselho de Saúde Comunitário e início do Projeto de Mortalidade Infantil Zero. ▪ Surge o Instituto Terramar, entidade sem fins lucrativos que tem como papel principal promover, organizar e incentivar o desenvolvimento integrado junto às populações costeiras cearenses, procurando a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento de sua autonomia. ▪ Sua origem foi resultado do Protesto S.O.S. sobrevivência (14 de julho). ▪ Começa, informalmente, a visita de turistas, hospedando se em casa de pescadores. Os primeiros turistas são amigos que apóiam os projetos desenvolvidos e pessoas ligadas a ONG’s. ▪ Inicia-se a discussão sobre turismo na comunidade.
1994	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nasce o Conselho de Educação. ▪ Criação do Conselho da terra. ▪ Criação do Conselho da pesca. ▪ Aplicação de questionário sobre a importância e impactos do turismo, pelos alunos bolsistas, com moradores da Prainha do Canto Verde, Canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes (julho).
1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inicia-se o Projeto Criança construindo. Projeto de educação que visa à realização de um conjunto de ações para a promoção da melhoria da escola pública da comunidade. ▪ A comunidade consegue a primeira concessão de terra da União na luta pela terra. A DPU – Delegacia do Patrimônio da União reconhece o direito do pescador Manoel Turico de construir sua casa de alvenaria a 60 m da praia (15 de fevereiro). ▪ No aniversário do movimento SOS Sobrevivência, mais de 500 pescadores e mulheres fazem um protesto na frente da sede do Governo de Estado do Ceará, pedindo providências no combate à pesca predatória. Assim nasce o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste contra a pesca predatória (04 de abril). ▪ Capangas utilizam de violência destruindo alicerces de casa, colocando fogo em barracas de 2 famílias (25 de maio). ▪ O ataque vira manchete de jornal e a Polícia Federal abre inquérito contra o Sr. Henrique Jorge. ▪ Realização do Encontro do Fórum do Litoral e Fórum de Pescadores do Litoral Leste.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Movimento social de luta pela participação dos pescadores no ordenamento da pesca, desenvolvimento do turismo e do gerenciamento costeiro. Num mutirão de 72 horas, muitos voluntários ajudam na construção das duas casas que o ataque da Imobiliária quis evitar. (14 a 16 de julho) . ▪ Mortalidade infantil zero: desde 1995 a comunidade apresenta índices baixíssimos de mortalidade infantil. ▪ Criação de grupo de trabalho para estudar e debater diferentes propostas para o desenvolvimento do turismo, e que resultou da primeira proposta de um projeto de turismo comunitário do Ceará. ▪ Começam as reuniões do grupo de trabalho para criação do regulamento da terra.
1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Surge o primeiro regulamento da pesca. ▪ A Assembléia Geral da Associação dos Moradores aprova o regulamento sobre o Uso e Ocupação da Terra proposta pelo grupo de trabalho (Abril 1996).
1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do Conselho de Turismo. ▪ Elaboração da Missão do Projeto de turismo da Prainha do Canto Verde. ▪ René Schärer recebe o “Prêmio Criança 1997” da Fundação Abrinq em São Paulo, em mérito ao trabalho em defesa dos direitos da criança (Educação e Saúde).
1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização do Seminário de Eco-turismo Comunitário (29 e 30 de outubro). ▪ Chega energia elétrica na Prainha através de um projeto da Associação dos Moradores/Governo do Estado/Banco Mundial (Projeto São José).
1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sr. Henrique Jorge entra em acordo com as famílias prejudicadas com o ataque de 1995, pagando os danos materiais (junho). ▪ Realização do primeiro curso de liderança do litoral leste.
2000	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recebimento do prêmio TODO!99 pelo projeto de Turismo socialmente responsável durante a Feira Internacional de Turismo em Berlim (março). ▪ Sr. Henrique Jorge volta à comunidade, contrata trabalhadores para plantar salsa e fixar as dunas, mas os ventos, as dunas móveis e a natureza não deixam (abril). ▪ A Câmara Municipal de Beberibe aprova a nova Lei Municipal sobre uso e ocupação de solo (outubro). ▪ Amigos da Prainha do Canto Verde (Associação filantrópica de apoio financeiro aos projetos da Prainha) é oficialmente constituída (outubro). ▪ A imobiliária mais uma vez impede a construção da moradia de um nativo e começa a cercar a área. Os moradores procuram proteção na justiça (novembro). ▪ Recebimento do Prêmio TOURA D'OR 2000 (Concurso que promove filmes de turismo socialmente responsável) para o melhor filme documentário sobre turismo comunitário. Filme realizado por uma produtora suíça. ▪ Realização do segundo curso de liderança do litoral leste do Ceará. ▪ Realização de uma série de cursos de capacitação da Incubadora de Cooperativas Populares da UFC – Universidade Federal do Ceará, sobre Associativismo / Cooperativismo.
2001	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A comunidade está cercada e é intimidada pelos capangas de Henrique Jorge. Os moradores entram com mais uma causa na justiça (janeiro). ▪ Chega a estrada de asfalto por conta do projeto FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo do Governo Federal). ▪ O Conselho de Turismo inicia o processo de transformação em cooperativa (COOPECANTUR - Cooperativa de Turismo e Artesanato) (janeiro). ▪ Um mutirão de mulheres, homens, crianças e adolescentes da Prainha e de comunidades vizinhas derrubam a cerca construída pela imobiliária (fevereiro). ▪ Oito desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará, em unanimidade, condenam a compra da terra como puro ato de grilagem, depuradora e imoral. Concede vitória à população. ▪ O juiz estadual não tinha competência para julgar usucapião que envolve terra da União (30 de abril). ▪ Inicia-se o projeto de turismo comunitário em Ponta Grossa (Icapui) com apoio financeiro dos Amigos da Prainha do Canto Verde (setembro). ▪ Os réus entram com embargo declaratório contra a sentença (31 de agosto). ▪ Por ordem judicial a imobiliária fica proibida de mexer em qualquer estaca, cerca ou construção na área de conflito (dezembro). ▪ A comunidade solicita ao CNPT-IBAMA a criação de uma Reserva Extrativista Marinha, para melhorar a gestão da pesca e em defesa contra a pesca predatória

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (setembro). ▪ Realização do terceiro curso de liderança do litoral leste do Ceará.
2002	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desembargadores rejeitam os argumentos dos advogados dos réus sobre falhas processuais no julgamento da ação rescisória (1 de fevereiro). ▪ Os réus recorrem em última instância ao Tribunal Superior Federal em Brasília (25 de fevereiro). ▪ É criada a Escola dos Povos do Mar, para trabalhar conteúdos relativos à pesca e assuntos diversos em que o calendário combinasse com a atividade pesqueira. ▪ Início da discussão sobre Turismo Comunitário em Tatajuba e Balbino. ▪ René Schärer ganha o 1º lugar no Concurso de Estudos de Caso sobre Turismo Sustentável oferecido pelo SENAC.
2003	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização, na Prainha do Canto Verde, de oficinas preparatórias para o I Seminário Internacional de Turismo Sustentável: Turismo Comunitário no Interior do Município de Beberibe, Ceará e Oficina para Comunidade com Ecoturismo na América Latina (6 a 11 de maio). ▪ Realização do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável em Fortaleza Realização da UECE-NETUR, Instituto Terramar e CEFET / Patrocínio: Fundação Suíça para Solidariedade do Turismo, Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (12 a 15 de maio). ▪ Reunião para eleição da nova diretoria da COOPECANTUR (28 de julho). ▪ Realização do Seminário Planejamento até 2007. Reunião para revisão do Projeto Turístico Comunitário (21 a 23 de agosto). ▪ Novo conflito: capangas derrubam cerca de vazantes na Prainha do Canto Verde (21 agosto). ▪ Moradores e participantes do Seminário de Planejamento levantam a cerca da vazante derrubada há dois dias (23 agosto). ▪ O Projeto de Turismo ganha mais um prêmio - Turismo para o Futuro da British Airways (British Airways Tourism for Tomorrow Awards). ▪ O processo RESP 589970 é registrado no STJ e designa o Ministro Antônio Pádua de Riberio como relator do processo (22 outubro) e vai para o Ministério Público Federal para emissão de parecer (21 novembro).
2004	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ely Fernandes de Lima representa a comunidade no debate sobre Turismo Comunitário no Fórum Social Mundial em Mumbai, Índia (janeiro). ▪ A comunidade continua aguardando a decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre a questão da posse da terra.
2005	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estaleiro-escola: construção dos catamarãs. ▪ Telecentro Canto Verde Digital – um espaço ligado à Escola para o ensino de informática e para o acesso à Internet, aberto à comunidade .
2006	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Superior Tribunal de Justiça decidiu que os moradores da Prainha do Canto Verde possuem o direito definitivo de continuar morando no local. O julgamento foi a última instância da briga judicial entre as duas partes, não cabendo mais recursos ▪ INCRA e IBAMA iniciam processos para o estabelecimento da Reserva Extrativista Marinha e Terrestre;
2007	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização da consulta pública sobre a Reserva Extrativista Marinha e Terrestre com a presença da maioria dos moradores da Prainha. ▪ Encaminhamento do resultado da consulta para Brasília.

Fonte: MENDONÇA, 2004 com atualização de acordo com a autora.

3.1.1 Questão latifundiária

No início dos anos de 1970, as terras da comunidade foram invadidas por um especulador imobiliário que fez o registro, na comarca do município de Beberibe, de uma área de 749 ha que abrange o núcleo da comunidade e a faixa de praia. Em 1979, a comunidade iniciou uma disputa pelo direito de moradia e posse da terra. Em 1984, o especulador conseguiu usucapião para regularizar o terreno como sendo de sua propriedade,

desconsiderando a existência de uma comunidade com mais de um século de ocupação da área.

A partir disso, as famílias se organizaram, com o apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza e do então Cardeal Aloísio Lorscheider, para reagirem a tal empreitada. Houve confrontos travados com os especuladores, assim como a realização de várias ações de mobilização pela comunidade (PONTES, 2004). Uma dessas ações, resultante de uma reflexão coletiva, foi a decisão de evitar a especulação imobiliária através da regra em que os moradores só podem vender suas casas para pessoas de dentro da comunidade, e o terreno é limitado a, no máximo, 300 metros quadrados por família (CAVALCANTE, 2006).

Em 1989 foi fundada a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde com o propósito de representar os interesses da comunidade. Com isso, deu-se entrada na justiça de uma ação rescisória do usucapião concedido irregularmente. O processo ficou parado durante anos, quando foram ordenadas a perícia e apresentação de testemunhas para a Justiça Superior para dar continuidade ao processo (PONTES, 2004).

Em julho de 2000, o procurador de justiça deu o parecer favorável à comunidade, considerando que não houve compra de posse por parte do especulador e sim um ato de “grilagem despudorada, imoral, com a qual não deve concordar a justiça”. Em março de 2006, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que os moradores da Prainha do Canto Verde possuem o direito definitivo de continuar morando no local. O julgamento foi a última instância da briga judicial entre as duas partes, não cabendo mais recursos (CAVALCANTE, 2006).

3.1.2 Questões acerca do trabalho: as problemáticas ambiental e de saúde

Além da questão latifundiária, a comunidade ainda padece das conseqüências de uma crescente crise de degradação ambiental que, nos últimos anos, vem afetando todo o litoral cearense. Esta crise conduz a uma instabilidade aos povos do mar que retiram seu sustento do ambiente. Tal degradação ambiental está associada a uma série de fatores como o confronto entre a pesca artesanal, realizada por meio de jangadas, e a pesca praticada em barcos motorizados; a falta de fiscalização, o desrespeito ao defeso, a exploração dos pescadores pelos proprietários dos barcos pesqueiros, além das políticas governamentais,

estadual e federal, menos atentas à indústria pesqueira exportadora (TUPINAMBÁ, 1994; ROCHA, 2003).

Ainda podem ser ressaltados, dentro desse contexto, outros fatores que se contrapõem ao cenário de beleza e quietude das comunidades litorâneas: um trabalho árduo que provoca nos pescadores doenças, como o câncer de pele, problemas de coluna, hipertensão e glaucoma; uma considerável parcela de pescadores não possui vínculos empregatícios formais e a remuneração é feita com a divisão do que foi pescado em cada viagem, após a reserva da parte que cabe ao proprietário da embarcação (ROCHA, 2003).

Uma questão agravante está relacionada ao lixo. Há tempos esse assunto está em discussão pela comunidade e ainda não foi encontrada uma solução satisfatória. Uma vez por semana, a coleta do lixo é realizada com a utilização do carro comunitário (um toyota). O lixo recolhido é depositado em um coletor que fica na entrada da cidade, onde o carro da prefeitura, duas vezes na semana passa para recolher. Entretanto, alguns moradores vasculham esse coletor a busca de algo para possível aproveitamento e espalham o lixo no chão. O vento providencia em espalhar para pontos mais distantes o lixo recolhido. Além dessa situação, ainda existem moradores que juntam seu lixo e o depositam nas dunas, contribuindo para a poluição do lençol freático. Os representantes da comunidade (Associação dos Moradores) já têm consciência dos perigos que o lixo oferece para a própria população e para os visitantes. Ainda não foi desenvolvido nenhum projeto de coleta e reciclagem de lixo, e na possibilidade de transformar o lixo em fonte de renda para muitas famílias (MENDONÇA, 2004). Segundo o autor “falta essa questão de consciência das pessoas em relação a colocar lixo, mas a gente sabe que isso é um processo de discussão, é um processo natural dessas comunidades tradicionais (L.F, presidente da Associação)”.

Outro ponto é o problema saneamento básico que se apresenta em estado precário. Segundo Almeida (2002) e Mendonça (2004), 48,4% das famílias possuem fossa, 33,3% possuem poço a mais de 15 metros da fossa ou banheiro, 87,7% tratam a água e apenas 20,6% possuem água encanada. Nesse cenário, ocorreu entre os anos de 2005 e 2006, a implantação do projeto SODIS (SOLAR WATER DESINFECTION) que consta de uma solução de baixo custo e ecologicamente sustentável para se beber água tratada em nível doméstico. O tratamento da água ocorre por radiação solar que funciona da seguinte forma: “a água que é clara, ou seja, que é uma água límpida, ela exposta ao sol, em garrafas limpas e sem rótulos,

por cerca de 9 horas ao sol. Os raios ultravioletas eliminam todas as questões de impurezas dessa água”, como afirma A.A, presidente da Cooperativa. Em outras palavras, garrafas limpas, contendo água são expostas a energia solar para a destruição dos organismos causadores da contaminação da água. Como eles são vulneráveis as radiações solares e ao calor, isso significa que eles morrem a um aumento de temperatura e a luz UV-A (MEIERHOFER; WEGELIN, 2002).

Esses problemas fazem parte da agenda de discussões da Associação dos Moradores que está consciente, pois se trata também de um problema de saúde que pode trazer conseqüências para outras atividades econômicas, como o turismo. A Associação ainda busca maneiras de cobrar a responsabilidade do Governo do Estado em questões que vão além dos limites da competência da comunidade:

[...] a questão da urbanização do saneamento básico [...] porque a gente sabe que, não só aqui na Prainha, mas como todo Ceará existe um problema muito sério com relação a questão de água e esgoto, essa coisa toda, então a gente já tem isso discutindo porque é uma questão muito séria porque isso envolve uma questão não só local, mas também a questão de saúde. E a questão Estado, eu falo da questão Estado porque desenvolver o projeto que nós temos aqui sem ter o apoio do Governo do Estado, ou seja, é muito difícil. Quando a gente fala de saneamento básico já retira a possibilidade de uma comunidade dessa fazer por conta própria. Então quando não tem o apoio dessa entidade fica um pouco difícil. Então a comunidade tem começado a discutir algumas questões, né? de, de nós temos começado a tentar criar alguns meios que possa é, na verdade prevê pra que as pessoas que venham aqui, se sintam bem, para que o projeto é... esteja de forma consciente porque nós sabemos muito bem, que como nós temos essa questão, a água daqui (a gente) já foi detectada que não é própria para consumo humano, por isso essa é uma preocupação muito né? muito grande nossa da comunidade de se discutir alguns processos de conscientização dos moradores na preservação, ou seja, na questão de como usar essa água, como fazer para eliminar as bactérias, fazer essa coisa toda (A.A, presidente da Cooperativa).

3.1.3 Organização da comunidade

Todo esse ambiente de inquietude provocou na comunidade a idéia de que seria necessária a manutenção da organização comunitária para o alcance do objetivo maior, a garantia do direito de moradia.

Dentro dessa proposta, vários projetos comunitários são desenvolvidos na Prainha do Canto Verde, dentre eles estão: na área da saúde, inicialmente com a preocupação com a saúde neonatal e hoje com a visita sistemática à comunidade de um médico, com atendimento no Posto de Saúde, assim como visitas aos doentes mais graves; na educação, a formação do coral infantil, a instalação da Escola dos Povos do Mar/ Escola de Pesca que funcionou por dois anos; questão ambiental, a luta e mobilização em favor da implantação da reserva extrativista marinha; e na área turística, a implantação do projeto de turismo comunitário, de acordo com a concepção de desenvolvimento sustentável. Entre os objetivos da iniciativa do setor turístico, em desenvolvimento, destaca-se a vontade de desenvolver o turismo sem o controle de investidores externos, para que toda a renda gerada pela atividade permaneça na comunidade e não se abandone a atividade econômica principal que é a pesca (PONTES, 2004).

De acordo com Pontes (2004) e Mendonça (2004), a organização da comunidade pode ser comprovada pela realização de vários eventos. Um deles, que se tornou um marco na história da Prainha foi a viagem-protesto realizada em 1993, com repercussão nacional e internacional. Quatro jangadeiros a bordo de uma jangada – S.O.S. Sobrevivência, de 8 metros, juntamente com uma equipe de apoio terrestre partem com destino ao até o Rio de Janeiro. Eles tinham como objetivo, “chamar a atenção da sociedade civil, da imprensa e dos governos sobre as ações da pesca predatória da lagosta, da especulação imobiliária e do turismo predatório” (MENDONÇA, 2004, p. 83). Outros eventos são realizados e em comum a todos eles está a iniciativa de protesto como, o I Encontro do Fórum do Litoral e o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste do Estado do Ceará, em 1995.

Segundo Almeida (2002), as manifestações culturais reforçam a participação das pessoas da comunidade além de representar como vivem: pesca artesanal, expressão artística diversificada, artesanato, festas tradicionais, culinária, cabanas (encontro na praia, ao redor de pirão de peixe feito na lenha). As principais festas organizadas pela comunidade são: Semana

Santa e Festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores, a mais popular (MENDONÇA, 2004). As regatas ecológicas estão inseridas dentro do calendário das festividades da comunidade. As mesmas beneficiam a economia local, tanto quanto as festas, pois geram uma renda para os moradores com o aumento do fluxo turístico, principalmente oriundo das regiões vizinhas. Há também a mobilização dos jovens com a preparação das velas das jangadas. No dia de regata ou das festas, quem quiser trabalhar pode montar sua 'barraca' e iniciar suas atividades.

Durante a preparação e a realização desses eventos, o nível de participação dos moradores contribui a mobilização de todos “para o trabalho comunitário, estimulando o espírito de grupo e oferecendo ferramentas para o trabalho em equipe” (MENDONÇA, 2004). Segundo Almeida (2002), 48,4% das famílias participam dos preparativos das festas populares; 64% freqüentam os festejos da Semana Santa, 75% a Regata Ecológica e 80% a Festa de São Pedro.

Toda a administração das ações, assim como das questões relacionadas à especulação imobiliária e à pesca predatória, é feita exclusivamente pela própria comunidade através da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde. Essa instituição, criada em 1989, é a principal representatividade dos seus moradores em relação aos assuntos relacionados à ocupação das terras, assim como as questões de outras naturezas. Para atender as demandas, assim como melhorar o nível de discussões, os associados se distribuíram nos conselhos comunitários, divididos por tema: saúde, educação, pesca, terra e o turismo através da COOPECANTUR, Cooperativa de Turismo e Artesanato (MENDONÇA, 2004). Segue a explicação da formação dos conselhos na fala de J.A, pescador e liderança local.

Olha, aqui na comunidade, é assim, no início da organização que foi em 81 nós era um grupo, um grupo assim pequeno e esse grupo vem crescendo é...e quando chegou em 98... 88, 89 foi fundada a Associação dos Moradores e de lá a gente veio crescendo. Quando foi em 94 a gente teve que dividir o grupo, ou seja, não foi dividir o grupo mas a idéia foi dividir os temas. A gente viu que a gente tava discutindo saúde, pesca, educação, aí tava chegando o turismo, tava chegando assuntos gerais.

Teve algumas coisas boas que eu acho que, que eu acho que foi uma das coisas boas, hoje cada tema foi mais aprofundado, certo? Ou seja antes quando se discutia esses temas, se discutia isso no grupo basicamente o grupo da Associação, o grupo de frente. Você dividir os temas, tanto tinha mais espaço para se discutir como de envolver outras pessoas. Eu acho que foi uma das grandes vantagens (J.A, pescador e líder comunitário).

Ressalta-se ainda a cooperação de instituições que oferecem ajuda aos moradores no sentido de orientá-los na obtenção de rendas complementares às suas atividades econômicas principais, como também assessorá-los em projetos para captação de recursos. Entre elas, destacam-se: Instituto Terramar, uma organização não-governamental com sede em Fortaleza, que dá apoio logístico aos pescadores; e a instituição denominada Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde composta por alemães e suíços que ajudam no planejamento estratégico, na comunicação e divulgação das ações turísticas sustentáveis, assim como na captação de recursos financeiros externos (PONTES, 2004; GERAQUE, 2005; SCHÄRER, 2005a). Para melhor entendimento, a FIG. 8 apresenta as relações entre a comunidade de estudo, as instituições locais e as de apoio.

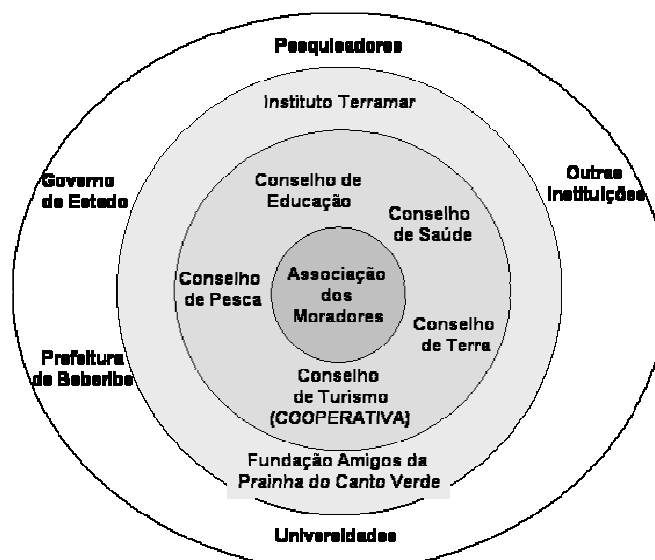


FIGURA 8 - Relações da Comunidade Prainha do Canto Verde e instituições

Fonte: elaborado pela autora, 2006.

O Conselho de Saúde iniciou suas atividades através do projeto de Mortalidade Infantil Zero (1993) que gerou resultados positivos com redução dos índices de mortalidade infantil. O Prêmio Criança 1997 foi concedido a René Schärer, morador e representante do Instituto Terramar e dos 'Amigos', pela Fundação ABRINQ às iniciativas pela luta dos direitos das crianças (ALMEIDA, 2002; MENDONÇA, 2003). A comunidade possui um posto de saúde que funciona durante a semana com duas funcionárias: uma assistente de enfermagem que realiza pequenos procedimentos médicos, além de marcar consultas médicas e dentárias, essas a serem realizadas em Parajuru, um distrito próximo; e uma pessoa responsável pelos serviços gerais. Hoje, a questão da saúde está concentrada nos atendimentos médicos

realizados uma vez por semana, quando ocorre a visita do médico plantonista do hospital de Beberibe. Durante um expediente corrido (das 7 da manhã às 2 da tarde), os moradores se encaminham ao posto de saúde, que se encontra sem manutenção, numa situação pouco recomendável para atendimentos, com invasões constantes de areia devido aos fortes ventos.

Ele tá atendendo quarenta pessoas. O horário corrido. E também tem as enfermeiras que fazem o acompanhamento das... gestantes... dos bebês. É, já foi muito, muito ruim. Na época que eu tive os meus meninos, se a gente quisesse vacinar tinha que ir pra Beberibe. Tudo que acontecia era aqui. Hoje tá muito fácil. A vista do que era...(L.F, dona de um estabelecimento comercial).

Aqui tem muito problema de urbanização. O povo aqui tem que ser orientado nas construções, se não fica assim como você está vendo. O movimento das dunas está comprometendo o atendimento no posto. Em dia de muito vento, a areia entra por todos os lugares, comprometendo a higiene (CB, médico).

Os doentes em estado grave são levados em carros particulares, ou no carro comunitário (um Toyota) para atendimentos nos hospitais mais próximos, ou no município de Beberibe, ou no município de Aracati. Doentes sem condições de deslocamento, o médico procede às visitas domiciliares. Os atendimentos deveriam ocorrer com frequência pelo Programa de Saúde da Família, segundo relato do médico CB.

Eu sou plantonista do hospital de Beberibe. Tô atendendo aqui, nas comunidades e nos distritos de Beberibe porque o PSF (Programa de Saúde da Família) não tá regularizado devido estas mudanças ocorridas na Prefeitura, o atual é o vice, pode um negócio desse?

O Conselho da Educação tem uma atuação mais contundente. Ele teve início através do projeto “Criança Construir” (1994) financiado pela Fundação Abrinq - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos . Através desse projeto, os participantes discutiram alternativas para a qualidade do ensino local. Entre as propostas para a melhoria do sistema educacional estavam a capacitação de professores, o resgate da valorização da cultura, a criação de uma proposta curricular situada no contexto da comunidade e a elaboração do Livro Nossa História (MENDONÇA, 2004). Durante este período 13 jovens receberam bolsas de estudos pela Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde para prosseguir e terminar os seus estudos de Ensino Médio na cidade de Fortaleza como compromisso de voltar e ajudar no desenvolvimento do sistema educacional da comunidade.

Outros projetos foram traçados ao longo do tempo como “Mamãe está estudando”, voltado ao processo de alfabetizar as mulheres da comunidade; o estaleiro-escola voltados à construção de catamarãs (barcos a vela). Esse projeto foi orientado por um carpinteiro naval trazido do Maranhão, Uelles Santos Rosa. A escola produziu três unidades desse tipo de embarcação, pertencentes à Associação dos Moradores, e que beneficia a comunidade nas atividades de suporte ao turismo e a pesca. No momento a produção está desativada devido à ausência de encomendas; o Arte-escola, projeto ligado a Escola Bom Jesus dos Navegantes, está voltado ao ensino do artesanato e carpintaria às meninas e meninos da Prainha, como também as mães dos alunos do pré-escolar. O ensino do artesanato é obrigatório da primeira a sexta série, da sexta em diante, de acordo com os interesses dos alunos.

Mulher, eu não tenho um total X de alunos, mas assim é... da 1ª série até a 9ª série, então assim é a maioria dos alunos. É pouquíssimo os alunos que não participam. E os meninos pequeninhos do pré-escolar pra baixo, né? menos da primeira séria, a gente tenta fazer uma oficina pras mães para que elas produzam brinquedos pra eles. Tem dado certo.

Eu acho que a intenção da gente é atingir todos os alunos, mas a gente não atinge todos os alunos porque não é todo mundo que dá pra aquela coisa, então a gente procura trabalhar aquele que quer né? E aqueles que não querem, né? é uma coisa assim, que a gente discute muito na escola esse problema porque tem muitos alunos que eles jamais vai querer fazer artesanato né? eles estão ali quase assim, naquela hora que liberou tem que ir porque se não levam falta. Mas é uma coisa assim, eu não concordo porque se eu não gosto de fazer uma coisa eu não gosto, eu não vou fazer bem, né? E aqueles que querem, querem. É tanto assim, esse último ano, 2006 que passou, a gente já trabalhou diferente, sabe? A gente, era assim, era dentro da sala de aula da 1ª série até a 5ª série, até a 6ª série. Da 6ª série pra frente era extra-classe, só ia quem tivesse interesse. Aí foi melhor, eles se dedicaram mais, o trabalho saiu mais bonito, mais em feito porque eles queriam né?

Ainda sobre os projetos relacionados à Educação estão o Tele Centro Digital e o Agroecologia. O Canto Verde Digital - CVD, que está anexado à Escola Bom Jesus dos Navegantes, tem como proposta ensinar os jovens a trabalhar os conceitos relacionados à informática, assim como uso da Internet para trabalho, pesquisa e comunicação. O centro também oferece o serviço de acesso à Internet tanto para a comunidade como para os turistas em horários compatíveis aos da Escola. O Agroecologia é um projeto, que ocorre numa área de vazante², que tem como proposta desenvolver nos participantes, habilidades no manejo da terra de forma equilibrada e sustentável. Por enquanto o projeto está na responsabilidade de um dos moradores, com produção para o consumo próprio e pequenas doações e/ou trocas na

comunidade. Todos esses projetos objetivam a capacitação, principalmente dos jovens, para o desenvolvimento e trabalho em outras atividades econômicas, já que a pesca, atualmente, não tem atraído interesse dos jovens da Prainha, ora devido à crise na pesca, em todo litoral cearense, ora devido aos perigos inerentes a essa atividade.

[...] de primeiro, quando eu comecei a pescar, que eu mais, que eu era jovem, eu saía daqui, passava três dias no mar, a gente chegava era 100, 200, 300 quilos de peixe, hoje você vai, passa 6, 7 dias no mar, quando chega é 30, 40, 50 quilo de peixe, por quê? Porque num tem, aí é ficando cada vez mais difícil (J.F, pescador).

Eu não quero meu filho no mar feito o pai dele não. O mar é muito perigoso, traiçoeiro. Você vai e num sabe se volta mais (M.H, mulher de pescador).

Os Conselhos de Pesca e Terra têm menor expressão na comunidade. Talvez isso ocorra devido ao fato das questões relacionadas à pesca e a terra afetarem a todos os moradores, daí a Associação dos Moradores acaba tomando para si as responsabilidades dos conselhos sobre esses assuntos. Hoje, os participantes se reúnem se houver necessidade de discutir algum assunto relacionado às suas competências. Um fato importante que antecedeu a formação do Conselho de Pesca foi a inauguração do Entreposto de Pesca Comunitário (1993). Como os pescadores não tinham local de armazenamento dos peixes, eles ficavam à mercê dos atravessadores, pessoas que negociavam o preço do pescador de acordo com o seu julgamento. Com a criação do entreposto, um local que funcionava como estoque do pescador, as jangadas eram inscritas e o resultado da pesca era negociado a um preço justo de mercado, beneficiando o pescador. O atravessador se viu pressionado a aumentar seu preço e praticar o valor do mercado.

Um dos problemas que nós enfrentava aqui era a. até, até em 95 era que o nosso pescado, ou seja, tanto o peixe como a lagosta, ao chegar do mar nós passava diretamente para um atravessador que ele dizia qual era o preço do dia da melhor maneira que ele achava. E a gente não ia buscar preço, ou se informar de preço lá fora. E com o trabalho que a Associação fez, com o entreposto, ou seja, um espaço onde os pescador botava seus peixes, onde tinha a preocupação de simplesmente manter uma estrutura e o grupo trabalhando, a gente deu um salto na questão da valorização do pescado (J.A, pescador e liderança local).

Então nosso peixe, a gente hoje nós somos uma das comunidade que tem o melhor preço de peixe e nós somos uma das comunidade que na questão da lagosta entre a beira da praia e a firma da exportação é a que tem a menor margem que posso até dizer de todo o litoral do Ceará, certo? Eu digo porque eu conheço, eu tenho contato com várias outras praias que pesca lagosta, todo mundo a margem é bem maior. Então isso é um crescimento. A

margem que eu digo é a diferença entre o que você compra do pescador e o que você repassa para a firma exportadora, essa margem entre a compra e a venda (J.A.pescador e liderança local).

Segundo Mendonça (2004, p. 103), os dois conselhos foram responsáveis pela criação de regimentos que orientam os moradores na “organização e o desenvolvimento da comunidade, o Plano de Manejo da Área de Pesca Artesanal - o Regulamento da Pesca Lagosta (2002) e o Plano Diretor – Regulamento para o Uso da Terra (1996)”. O primeiro regulamento está relacionado com medidas que regulam a pesca da lagosta, como a obediência ao período do defeso, horário de saída para a pesca, padronização dos materiais com a malha da cangalha³. O segundo regulamento está composto por medidas que sugerem uma organização mais responsável da ocupação do espaço, com objetivo de garantir a utilização da terra pelos nativos de forma justa, sem a inclusão de agentes externos. A Associação dos Moradores representa o Conselho da Terra nos processos judiciais (MEDONÇA, 2004). Segundo relato de L.F, presidente da Associação dos Moradores, atualmente a Associação está envolvida com a consolidação de uma das reivindicações importantes em prol do pescado artesanal e da propriedade da terra: uma área de reserva extrativista marinha e terrestre. O objetivo é a preservação do estoque de peixes, ou seja, que seja praticada uma pesca responsável com uso de equipamentos e embarcações apropriadas, assim como ratificar o direito da ocupação das terras pelos nativos e /ou moradores da Prainha.

Aqui na Prainha começamos em 2001, entramos com um pedido de uma reserva extrativista, a questão da terra ainda estava tramitando na justiça. Prevendo um futuro que a comunidade poderia ganhar e poder regularizar a posse da terra, pedimos uma reserva extrativista e aí incluímos o mar. Se nós tivermos uma reserva extrativista decretada podemos fazer uma gestão até melhor, na questão do habitat, de moradia. E no mar, melhor ainda porque é de lá que sobrevivemos (L.F).

No final de 2006, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA estiveram na Prainha do Canto Verde para proceder a demarcação da área. E no início de janeiro de 2007 foi realizada uma consulta pública entre os moradores para decidirem pela aprovação da reserva.

Então no último dia 7 de janeiro desse ano tivemos uma consulta pública que é um dos passos para decretar uma reserva, então uma consulta pública é aonde vem o pessoal do governo fazer uma consulta na comunidade, se a comunidade quer realmente uma reserva extrativista. Foi uma consulta muito boa, uma participação muito boa e agora eu acredito que até o primeiro semestre desse ano seja decretada a reserva. E aí a parte do mar entra na reserva e lá onde se vai fazer uma gestão onde a comunidade possa gerir o espaço do mar e vai servir de exemplo para o restante do litoral (L.F).

O último conselho formado foi o de turismo representado pela COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato, que funciona com a proposta de cooperativismo, mas não está formalizada.

[...] a Incubadora Tecnológica da Cooperativa (Incubadora de Cooperativas Populares) que foi ela, na verdade, que deu um horizonte muito bom, muito grande pras pessoas que são hoje cooperados e cadastrados na cooperativa e pra outras pessoas que não são, porque a gente conseguiu incubar esse processo, essa discussão de associativismo e cooperativismo aproximadamente quase 80 pessoas na comunidade pra trabalhar diretamente no turismo ou indiretamente no turismo (A.A, presidente da Cooperativa).

A idéia é que seja desenvolvido um turismo comunitário em que a comunidade possa fazer a sua gestão nos moldes de uma cooperativa de trabalho, “sem a interferência dos investidores de fora” (SCHÄRER, 2004, p. 155). A cooperativa ainda tem como atividades promover convênios com instituições para capacitar as pessoas no atendimento do turista, como nos serviços associados à atividade turística.

E a gente mantém essas parcerias, a gente inclusive, recentemente teve o apoio do SEBRAE com outras questões de, vem sempre mantendo a questão do controle de qualidade, a questão de fazer sempre oficinas, né, pra manter a, o projeto, como é, sempre fazendo com que a gente vive na verdade mantendo né o projeto funcionando, né então a gente tá sempre nesse sentido. Outras entidades que eu não lembro no momento, mas a gente tem Casa Lilás, o Institui Evaldo Lodi, tem várias ... então a comunidade em si tanto se preparou pra entrar tanto na área do turismo como na educação (A.A, presidente da Cooperativa).

Antes de iniciar as atividades da cooperativa, a população se reuniu para definir como seria o perfil do turismo desejado para o local. Essas discussões resultaram em uma pesquisa de campo realizada por um grupo de jovens na praia de Canoa Quebrada, para investigar e entender os seus acertos e erros. O resultado foi a constatação de que houve resultados positivos. Alguns deles estão relacionados à geração de emprego e renda, à

ampliação da venda do pescado (peixe e lagosta), à valorização do artesanato local (labirinto), à melhoria da educação, do sistema de saúde e da infra-estrutura básica como energia e água encanada. Os resultados negativos estavam relacionados à degradação da sociedade que passou a conviver com os problemas de drogas, prostituição, especulação imobiliária, ao aumento do custo de vida, às mudanças nos hábitos comunitários, à mudança de trabalho de alguns pescadores que trocaram a pesca pela prestação de serviços ligados ao turismo, a venda de terras para agentes externos, ao espaço reduzido na região para construção de moradias para os próprios nativos, filhos e netos, uma grande concentração de negócios em propriedade de não nativos (MENDONÇA, 2004; SCHÄRER, 2004).

Esta pesquisa serviu para orientar a formação dos planos de ação da Cooperativa, cujo foco estava voltado para um turismo em que a própria comunidade fosse gestora dos projetos e empreendimentos, e que a renda e lucro circulasse de maneira equitativa para garantir a sustentabilidade da comunidade. Essa orientação representa a missão elaborada pelo Conselho de Turismo em 1997: “Desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região” (PRAINHA DO CANTO VERDE). Ressalta-se que para as pessoas da Prainha do Canto Verde, “o turismo é uma atividade complementar da pesca, porque se a pesca acabar, a praia [...] também desaparece” (SCHÄRER, 2004, p. 156).

Além da Associação dos Moradores e dos conselhos, existem duas instituições externas que têm participação direta com o trabalho de assessoria, assistência técnica e apoio aos projetos da Prainha do Canto Verde: o Instituto Terramar, e a “Fundação” dos Amigos da Prainha do Canto Verde. O Instituto Terramar é uma ONG (organização não governamental) criada ao final da viagem-protesto SOS (1993). Devido à carência, assim como à falta de articulação e organização das comunidades litorâneas, um grupo de pessoas, entre elas engenheiros de pesca, pedagogos, psicólogos, juntamente com o René Schärer, morador da Prainha, uniram-se e iniciaram o Terramar. No ano de 1994, o Instituto conseguiu um financiamento da ICCO (Organização Interclesiásticas para Cooperação ao Desenvolvimento), uma financiadora da Holanda, que permitiu a continuidade dos trabalhos (SCHÄRER, 2005b). A atividade principal do Instituto Terramar está relacionada à promoção, organização e incentivo ao desenvolvimento extensivo no litoral do Estado do Ceará. Na Prainha, seu trabalho está associado a programas como políticas públicas e organização; desenvolvimento e tecnologia; e educação, cultura e cidadania (MENDONÇA, 2004, p. 102).

[...] o Instituto Terramar que é uma ONG, aí é um parceiro que pode mostrar pra comunidade o que seria bom, mas a comunidade decide se quer ou não. Aí essa foi sempre a linha dessas instituições, de não chegar e decidir, mas pode mostrar, dar alternativa, isso pode ser bom, você discutir com a comunidade (L.F, presidente da Associação dos Moradores).

Segundo Mendonça (2004), como resultado da atuação do Instituto Terramar, dois projetos merecem destaque:

Escola dos Povos do Mar (2000): o foco desta proposta de escola era “trabalhar conteúdos variados e relativos à pesca em que o calendário combinasse com a rotina das atividades pesqueiras” (MENDONÇA, 2004, p. 99). Esse modelo de escola abordava também questões relacionadas à cidadania, legislação ambiental, pesca sustentável. Todo conteúdo era dividido por módulos, desenvolvidos no período de dois anos, articulados com o ensino básico, oficial, de português e matemática (SCHÄRER, 2004). Quando o projeto acabou, os participantes buscaram aplicar seus conhecimentos em suas práticas diárias, dando continuidade ao que aprenderam.

[...] o Terramar foi a base de tudo. O primeiro trabalho do Terramar foi na Prainha, 4 anos de assessoria na pesca, na educação, na saúde, na luta da terra, em tudo, sabe. Em cursos, em ... tipo assim nos projetos. Foi um trabalho muito bonito que o Terramar fez aqui na escola com a capacitação dos professores, com os pescadores, foi muito bom. Eu acho que isso foi o começo de tudo, a gente só continuou o trabalho que eles começaram (A.M, artesã).

Curso de Formação de Lideranças do Litoral Cearense: Devido à ausência de lideranças autênticas entre os pescadores foi criado um curso voltado para a formação e capacitação de lideranças, sobretudo nos jovens. O curso, que tinha a duração de um ano, foi realizado entre os anos de 1999 a 2001. Três turmas foram formadas, totalizando cerca de 100 pessoas, entre homens e mulheres. No curso eram refletidas as questões relacionadas à realidade do litoral cearense. O propósito era possibilitar aos participantes o conhecimento sobre os fatos que influenciavam seus ambientes de trabalho e morada, para que eles pudessem desenvolver ações que modificassem a realidade de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida destas populações. O associativismo, cooperativismo, as questões do meio ambiente a pesca sustentável e a gestão de pequenas empresas e associações comunitárias foram os temas trabalhados (ROCHA, 2003; MENDONÇA, 2004; SCHÄRER, 2005a).

[...] o Instituto Terramar foi parceiro mesmo na questão de capacitação das lideranças para que a comunidade começasse a discutir as problemática local né?, e prevê para o futuro uma comunidade diferente de forma organizada e os resultados desses trabalhos, desses processos é hoje o nível de organização que a comunidade mantém (A.A, presidente da Cooperativa).

A “Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde” é composta por empresários suíços e alemães. Ela tem como objetivo fornecer apoio financeiro aos projetos desenvolvidos pela comunidade. Essa ‘sociedade’ foi formada por René Schärer que mobilizou sua rede de contatos, construída nos anos de trabalho como executivo da Swissair, hoje seu representante já que a fundação não se encontra presente fisicamente na comunidade.

Em quase todos os projetos, de maneira direta ou indireta, há a presença de um ator social com grande importância para a Prainha do Canto Verde: René Schärer, suíço, 66 anos, mora na Prainha há 15 anos, casado com uma nativa da região. Sua história está muito intrincada com a organização e formação política da comunidade. Ele era um alto executivo da companhia de aviação. Swissair, depois de longos anos de trabalhos, muito deles vividos em diferentes países, resolveu se dedicar a um projeto de vida que envolvia ajudar outras pessoas. Como já conhecia a Prainha, decidiu, após prévios contatos com os moradores que já estavam organizados, colaborar para o desenvolvimento da comunidade. Mudou-se com sua filha Michele em 1992.

Quando ele chegou, além do problema latifundiário, encontrou outros na área da pesca artesanal, educação, saúde, principalmente, a neonatal. Buscando uma melhor solução para todos, criou a “Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde” e ajudou a formar o Instituto Terramar, uma respeitável instituição ambientalista do nordeste. Também é líder da Fundação Avina⁴ e “fellow” (bolsista e representante) da Ashoka⁵. Através da assessoria na elaboração e implementação dos muitos projetos desenvolvidos na Prainha, René ajudou a comunidade a conquistar muitos prêmios. Entre eles estão:

- “Prêmio Criança 1997” da Fundação ABRINQ em São Paulo, em mérito ao trabalho em defesa dos direitos da criança (Educação e Saúde).
- Prêmio TO DO 99, concedido a projetos socialmente responsáveis, organizado pela ONG alemã *Studienkreis für Tourismus um Entwicklung*⁶.
- Prêmio TOURA D’OR 2000 para melhor filme documentário sobre Turismo Sustentável.

- Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável, Janeiro/2003.
- Em novembro de 2003, a Prainha do Canto Verde recebeu menção honrosa do Prêmio de Turismo para o futuro da British Airways (*British Airways Tourism for Tomorrow Awards*).
- Indicação no Guia de Turismo Comunitário, criado pela ONG Britânica “*Tourism Concerns*”⁷ dedicada a estimular o desenvolvimento do turismo socialmente responsável, divulga 180 destinos em 41 países.
- Prêmio Super Ecologia, na categoria Comunidades, em 2004.

Esses prêmios conquistados representam o reconhecimento do trabalho das pessoas no desenvolvimento de sua localidade, além de reforçar a auto-estima da população da comunidade, também servem como ferramenta de promoção da Prainha, principalmente no mercado externo. Entretanto, os mesmos esforços de divulgação não são utilizados para o mercado nacional (MENDONÇA, 2004).

4 Evidências empíricas: a análise dos resultados

4.1 Uma visão panorâmica sobre a Prainha do Canto Verde

Como já mencionado, a Prainha do Canto Verde passou nos últimos 29 anos por uma briga judicial por questão latifundiária. No transcorrer desse tempo, a comunidade foi desenvolvendo o sentimento de pertença por sua terra, fonte de sua identidade. O fortalecimento desses laços deu-se através de um esforço político cuja base foi o trabalho.

A Prainha do Canto Verde tem como principal atividade econômica a pesca artesanal, com uso de técnicas tradicionais passadas de geração para geração e embarcação adequadas (jangadas) para navegar nos ventos alísios do Nordeste. Segundo Fonteles (2004), esse tipo de pesca é a mais indicada para as condições bio-ecológicas por não agredir a fragilidade das águas do mar do ‘Nordeste Norte’, formado pelo Ceará e Rio Grande do Norte. Essa fragilidade é resultado de um conjunto de fatores desfavoráveis a uma produção pesqueira intensa. São eles: o deslocamento dos ventos alísios no Nordeste, a pobreza da plataforma da zona tropical, que por sua vez provoca a “desnutrição” da água, os períodos de pesca limitados a “tempos de pouco vento” e os riscos concernentes ao trabalho no mar – doenças na pele, ficar a deriva, afogamento e outros. Diante disso, emergiu dessa comunidade a prioridade da preservação da pesca como alicerce do seu modo de vida. Com as constantes crises na pesca, por razões múltiplas, a comunidade deparou-se com a necessidade de desenvolver uma série de projetos que sustentasse a atividade econômica principal.

Nesse cenário foram criadas, ou são criados, vários arranjos de trabalho com propósito de garantir a sustentabilidade local. A idéia é de reunir a produção artesanal da pesca com outros tipos de produção para gerar renda para essa população (FONTELES, 2004). Todos esses projetos têm como propósito a melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade, ao mesmo tempo em que se busca a preservação e manutenção da identidade cultural local. Dentre desses projetos estão a Associação dos Pescadores, os Conselhos (Pesca, Terra, Educação, e Turismo), a Escola Bom Jesus dos Navegantes, o Posto de Saúde, o estaleiro-escola, a escola de pesca com currículo voltado para as necessidades do pescador, a agroecologia orgânica, Canto Verde Digital e a cooperativa do turismo (que funciona de maneira cooperativa).

Pela histórica relação que o cooperativismo possui com o desenvolvimento local e seu potencial de geração de renda através do trabalho associado, a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde a Cooperativa de Turismo e Artesanato (COOPECANTUR), responsável por organizar as atividades locais relativas ao turismo entre todos os moradores. Apesar da descontinuidade e lentidão do poder público em incentivar o cooperativismo, a comunidade tem encontrado seu caminho para influir nas políticas públicas, como por exemplo, a criação do curso de formação para lideranças do litoral cearense, ação desenvolvida juntamente com o Instituto Terramar, uma ONG sem fins lucrativos, que capacitou cerca de 100 pessoas no período entre os anos de 1999 a 2001 (ROCHA, 2003).

4.2 Campo de pesquisa: a voz da comunidade

A partir das 15 entrevistas realizadas em profundidade na comunidade, seguiu-se o processo de análise descritiva tendo como base a identificação de elementos e atributos de capital social, protagonismo comunitário e desenvolvimento local. Através das diferentes perspectivas coletadas sobre a Prainha do Canto Verde, há a possibilidade de se desvelar as características do modo de vida de sujeitos ou grupos da Prainha do Canto Verde, sua forma de organização, as regras e a estrutura no desenvolvimento de atividades econômicas, no intuito de garantir a conservação dos elementos naturais e culturais.

As falas dos moradores da comunidade pesquisada, homens e mulheres que exercem diferentes funções, possibilitaram conhecer suas percepções, expectativas e avaliação sobre suas decisões, suas responsabilidades e comprometimentos em relação ao desenvolvimento da comunidade. Para efeito de organização, as declarações dos atores sociais, sujeitos da pesquisa são apresentadas segundo as categorias de cada dimensão de análise.

Ao final são apresentados quadros referentes às dimensões, contendo as principais idéias dos entrevistados conforme as categorias de cada dimensão. Vale ressaltar que algumas categorias apresentam-se repetidas ou têm características semelhantes entre si. No texto, elas são apresentadas de uma só vez, dentro da dimensão considerada pela pesquisadora como a mais relevante para pesquisa.

4.2.1 Dimensão Capital Social

A base para a análise desta dimensão são as teorias sobre o Capital Social de Coleman (1990), Bourdieu (1980), Fukuyama (1996) e Putnam (1996). A dimensão Capital Social foi dividida em quatro categorias: confiança, cooperativismo / associativismo, civismo e projetos.

4.2.1.1 Categoria ‘Confiança’

As declarações que se seguem apresentam as reflexões sobre esses temas. O primeiro deles, a categoria confiança, independente da pergunta ter sido feita, está presente em quase todas as falas.

Mas quando você trabalha em grupo, a confiança tem que existir, se não existir aquele grupo não vai dar, não adianta eu trabalhar com A. A aqui e aí estar desconfiando dele e por trás é.. fazer alguma coisa que vai derrubar ele, puxar o tapete dele. Nós trabalhamos aqui é uma coisa que tem funcionado muito bem, não sei a que se dá isso, mas a confiança é muito grande (L. F).

O comprometimento em administrar os interesses da população está relacionado com o grau de confiança que as pessoas depositam nos representantes da Associação dos Moradores e da COOPECANTUR, como fica evidenciado na declaração de A. A, presidente da Cooperativa:

[...] quando se trata de associação, a pessoa que vai assumir um cargo como presidente, como tesoureiro ou outras funções requer não só de confiança da comunidade, mas também de dedicação, né? [...] então é assim, a gente é visto com bons olhos na comunidade, o L (*se referindo ao atual presidente da Associação*) vem como ex-tesoureiro da associação, eu sou atual tesoureiro da associação, outras pessoas, o B., o Sr. Z.R, todos assim hoje, têm na verdade orgulho da questão de organização da comunidade justamente por conta disso, por a comunidade confiar. Então isso é muito importante quando se trata de confiança financeira, quando se trata de trabalhar com projetos, trabalhar com comunidades com associação, então é assim a gente, na verdade, tem dado conta desse recado. Lógico, sempre a gente tem problemas porque nem tudo é perfeito [...], mas o interessante é que hoje a gestão é muito confiável.

No entanto, a confiança interpessoal parece comprometida, quando determinados assuntos entram em pauta. É o caso da ocupação de terras. Alguns moradores discordam com os termos que limitam o processo de compra e venda das terras e, sem consultar a Associação dos Moradores, instituição representativa da comunidade, fecham negócios. As declarações de

J.F.L, ex-pescador, responsável pela área da vazante (projeto agroecologia) e I.F, atendente de enfermagem, evidenciam que a discordância em relação à questão da terra põe em risco o nível de compartilhamento de normas e valores:

Confiança...é, num tem nem tanto, né? Porque você sabe que trabalhar com, com ser humano é muito difícil. [...]às vez a gente chama o companheiro e ele tá nem aí, quer nem saber, quer saber de destruir, de chegar uma pessoa de fora, pegar e vender o pedaço de terra, é o interesse de muita gente daqui é assim, rapaz, não tem organização, tem o apoio de organização, mas não é todo mundo organizado, tem muitas pessoas que a gente não confia (J.F.L).

A gente confia sempre num nativo, que a gente vê que a gente confia, mas quando passa para outras pessoas, aí a gente já [...] pois é, como esse cidadão que vendeu. A gente não pode confiar né? [...] eu tinha visto o pessoal olhando, depois eu ouvi falar que o rapaz tinha vendido. Quando foi na semana passada ele andou na casa da minha mãe e comentou que tinha vendido mesmo por R\$ 1.000. Aí até o L. me falou assim, que a gente vai procurar saber mesmo se isso é verdade, aí a gente vai chamar ele para a gente conversar (I. F).

I.F, atendente de enfermagem, se referindo ao próprio nativo, reconhece que as resoluções tomadas dentro do conselho, muitas vezes são desobedecidas:

[...] na maioria a gente confia. Quando a gente decide as coisa no conselho e depois a gente passa, a gente acha que eles vão aceitar a proposta e até acabam aceitando, mas têm partes que não entendem por isso não aceita algumas decisões que o conselho.

Outra abordagem sobre o tema está relacionada à questão da violência, fenômeno que na história recente da Prainha tem se tornado motivo de grande preocupação da comunidade:

É o seguinte, você sabe que todo lugar que ele vai desenvolvendo, com movimento, né? aparece coisa, principalmente na época de hoje, aparece coisa que a gente fica preocupado, né? Porque você sabe, aqui nunca tinha acontecido de uma pessoa chegar a fazer um roubo, e hoje tá acontecendo já. Aconteceu um mês atrás, com uma senhora que ela é de fora. Ela é alemã. Aí, ela sempre vem aqui na comunidade fazer entrevista, né? Desde o começo da organização, que ela começou a aparecer ali através do René, né? Ela vive fazendo visita. E esse mês passado, ela tava lá naquela casa redonda acolá, saiu de casa pra fazer o jantar, quando, no detalhe, roubaram um gravador que ela tinha, umas coisinhas aí do trabalho dela, né? Quer dizer, uma coisa que ninguém via (J.F.L, ex-pescador).

Assalto já teve aqui de noite em algumas casa, que às vezes é gente até daqui, sem-vergonha, eu digo mesmo é assim, que aqui não tem essas grandes precisão, mas aqui é tranqüilo. E a gente luta pela melhora, a gente sabe que o lugar crescendo, não tem como não acontecer essas coisa, pena que não é como nos antepassados que a gente dormia com a porta aberta (D.V, dona de casa, Conselho de Educação).

Em relação ao trabalho, tanto nas atividades de pesca, como em outras atividades econômicas, a confiança se apresenta de variadas formas:

É assim, a gente faz as peças. Às vezes o Beto viaja, vai para uma reunião, vai para um seminário, aí ele leva algumas peças e vende lá. O René também sempre leva...prá Suíça às vezes quando ele vai a gente manda (A.F, artesã).

O povo daqui recebe muito bem as pessoas que vem de fora e eles falam pros amigos porque confiam na gente. Os amigos vêem porque confiam nos amigos deles e ninguém quer perder isso, né? (J.F, dono de pousada).

Mas é assim, o que eu... como pescador eu acredito que nós temos que avançar na questão da organização dos pescadores da seguinte coisa: se eu acho e outros companheiros acham a gente tá se discutindo isso hoje, os pescadores, ou qualquer uma categoria, pra você organizar, você precisa ter credibilidade (J. A, pescador e líder comunitário).

Ainda na questão do trabalho, a declaração de J. A, pescador e líder comunitário, revela que a comunidade apresentou em seu passado um nível de maturidade nas relações interpessoais; mas atualmente, as pessoas da comunidade, de muitas maneiras, têm se tornando individualistas e não conseguem entender que os interesses pessoais devem estar subordinados aos interesses da coletividade.

Nós tivemos alguns problemas, tanto problema de pessoas que não fizeram uma boa administração, quem tava trabalhando com o peixe, como nós tivemos também, que eu considero é. é. Algumas coisas que não devia acontecer que é essa questão de você começar a separar, aqueles que querem trabalhar de forma organizada pensando sempre no melhor daqueles que querem aproveitar, que querem entrar que querem aquele espaço pra se aproveitar.

Nós tivemos uma fase que a gente dava pra ter acumulado um pouco do capital de giro. A gente começou fazer uma espécie de... Que a gente chamava de retorno. Prestava conta e no final do mês o que sobrava devolvia para os pescadores de forma de retorno. E isso causou o que? Principalmente na mudança do cruzeiro para o real. O que causou isso. Causou que a partir do momento que se mudou, que o real estabilizou e que a margem ficou pouca entre a diferença da compra e a venda, a diferença da compra e da venda, né? Os pescadores ficaram dizendo 'e cadê o retorno, não tem mais retorno' então algumas pessoas começaram a 'então é porque já estão desviando' mas aí ele não conseguiu entender que mudou o sistema no país que a, é a margem, aquele lucro acumulava porque a diferença tava muito grande entre a compra e a venda e o objetivo era de diminuir essa diferença e quando nós tava diminuindo, essa margem naturalmente, essa sobra ia deixar de existir.

O capital social em Coleman está relacionado à capacidade das pessoas de trabalharem juntas, de se associarem em grupos e organizações, em torno de objetivos comuns. Fukuyama (1996) afirma que a capacidade de associação está relacionada diretamente ao grau com que as pessoas de uma determinada comunidade compartilham normas e valores, ao mesmo tempo em que se mostram inclinadas a subordinar interesses individuais aos de grupos maiores. Das normas e valores compartilhados surge a confiança. Para Putnam (1996), a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação.

Na avaliação da Prainha do Canto Verde, quanto às evidências encontradas no local, é percebido que mesmo pelo fato de ser uma comunidade pequena, na qual todos se conhecem, a confiança, a que resulta do convívio íntimo entre as pessoas tem declinado, diminuindo sua contribuição para reforçar regras de reciprocidade. Esse fato tem importantes implicações relacionadas tanto à mobilização do capital social, como às atividades econômicas, tendo consequência para o desenvolvimento local.

Quando a confiança se encontra no estágio em que não ocorre intercâmbio contínuo, “no qual os atos individuais tomados em conjunto normalmente beneficiam todos os participantes” (CABREIRA, 2002, p. 82) a comunidade fica comprometida na geração de condições para impedir o oportunismo e resolver os problemas da ação coletiva (FRANCO, 2001).

A Prainha do Canto Verde é uma comunidade tradicional, onde a unidade familiar e o grau de parentesco encontram-se presente nas atividades econômicas, na valorização do espaço, assim como da sua ocupação por gerações futuras.

A reserva, eu acho que é um segmento da resistência de luta da terra. É uma afirmação da posse da terra pelos moradores. Eu acho que é uma coisa que eu acho que só vem fortalecer no sentido da gente poder ter mais garantia do nosso espaço e poder de uma forma organizada e também lutar por alguns ganhos em termos de projetos em termos de alguma coisa que a, através da reserva nos oferece, a oportunidade de trabalho (J. A, pescador e líder comunitário).

Fukuyama (1996) afirma que a forma mais óbvia de encontrar pessoas que confiem uma nas outras, ou de se construir organizações econômicas, é a família. O autor ressalta que

Se o familismo não for seguido de uma forte ênfase na educação existente [...], ele pode levar a um asfixiante emaranhado de nepotismo e estagnação congênita. O familismo, quando demasiado forte, por outro lado, pode se impor à custa de outras formas de sociabilidade. Daí a desconfiança existente entre indivíduos não-aparentados em sociedades familísticas [...] (FUKUYAMA, 1996, p. 356).

Percebe-se que muito do que é afirmado pelo autor foi constatado na comunidade da Prainha do Canto Verde. Outro ponto relevante está relacionado às regras sociais, aquelas nas quais as pessoas costumam acatar para serem aceitas nos coletivos que as estabeleceram. Essas regras possibilitam o fortalecimento da confiança social, em que as pessoas criam a expectativa de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro (FUKUYAMA, 1996; PUTNAM, 1996; CABREIRA, 2002). Dentro da mesma abordagem Coleman (1990) afirma que o capital social se constrói através das obrigações mútuas, normas sociais e relações de confiabilidade. Na história da Prainha do Canto Verde, os registros da luta, da ocupação do espaço, das formas de organização (Associação e conselhos) propiciaram ações que reforçaram as conquistas alcançadas pelos moradores. Nos dias atuais, essas práticas têm perdido a força da unidade e há uma concreta dispersão de interesses entre as pessoas da comunidade, demonstrando o abalo na confiança que existe entre eles.

4.2.1.2 Categoria ‘Cooperativismo / Associativismo’

Faz parte da história evolutiva do homem recente registros que os seres humanos se ajudavam uns aos outros em momentos de perigo. Apesar disso, a cooperação entre as pessoas não é uma regra. Fukuyama (1996) afirmava que as sociedades com forte centralização política, as pessoas tinham dificuldades de se aproximarem, assim não criavam laços de afetividade e por consequência, encontravam obstáculos para ajuda mútua. Putnam (1996) reforça essa idéia. Para o autor quanto menos hierarquizada for uma sociedade, mais forte é a chance de cooperação e, quanto mais vertical sua estrutura menor será a probabilidade dessa ocorrência.

Na Prainha do Canto Verde a questão da cooperação apresenta-se de várias formas. A primeira vem da organização da comunidade, ainda em 1989, quando eles formaram a Associação dos Moradores devido à questão latifundiária, depois em relação à pesca. Além dos conselhos e de todos os projetos que foram administrados pela comunidade, outras ações foram destacadas pelos entrevistados. Uma delas está relacionada à união das

pessoas em relação aos eventos relacionados à briga judicial que a comunidade travou pela questão das terras com a imobiliária Henrique Jorge:

A gente teve assim uma questão da casa que foi queimada, uma creche que foi derrubada também e aí a comunidade se uniu e construiu essa casa em mutirão. No caso da vazante na, plantação de subsistência do M. e da família, que derrubaram também, a comunidade também se mobilizou e levantou (A. A, presidente da COOPECANTUR).

Outro ponto está relacionado à atividade econômica principal, a pesca. O trabalho na pesca artesanal requer participação e colaboração de todos. Há, entre os que trabalham com a pesca, funções que precisam ser executadas de maneira cooperada e sequenciada para dar continuidade no que fazem. É o trabalho de rolagem das jangadas, ou ajudantes que vão para a pesca, além da solidariedade na manutenção das embarcações, por exemplo. Em troca, há sempre uma divisão do pescado. Há também a doação de peixes para a família do pescador que, por alguma doença, ou outro motivo, não conseguiu ir ao mar.

Saía pra Fortaleza, deixava o meu filho na praia, às vezes pedindo peixe a um, às vezes a outro, que dava, que tinha uns companheiro... Que ele não ia pedir, mas os companheiros chegavam lá, dava, né? Já sabia minha origem que era, né? E, pra quê? Pra lutar em bem desse povo que tinha nessa comunidade, pra falar com o pessoal do Centro de Defesa, falar lá, lá na Arquidiocese pra que fosse feito um movimento da nossa luta da terra (J.F.L ex-pecador).

Outro exemplo declarado na fala de I.F (técnica de enfermagem), relaciona-se às categorias confiança e solidariedade.

Foi em janeiro de 2006 eu fui demitida com a entrada do novo prefeito. Aí quando as pessoas da comunidade souberam, Ave Maria! Eles ficaram apavorados, porque não queriam me perder né, e também não aceitava que viesse outra pessoa de fora, porque faz muito tempo que eu trabalho aqui e as pessoas conhecem os meus trabalho.

Aí assim, o conselho de saúde se reuniu com a comunidade e aí a gente passou o que estava acontecendo. As pessoas se manifestaram, fizeram um abaixo-assinado, chamaram o Secretário de Saúde. Foi que o Posto abriu. Eu comecei a trabalhar como voluntária, eles diziam que não deu dia me contratar logo, só depois com uma entrevista que ia haver com todo pessoal. Eu disse que queria ficar mesmo como voluntária.

A presença da ação voluntária em uma comunidade é um indicativo de um estoque de capital social que se desenvolve através de regras de reciprocidade. Os estoques de capital social nos estudos de Putnam (1996), como confiança, normas, sistemas de

participação e cadeias de relações sociais, tendem a ser cumulativo e a reforçar-se mutuamente. Isto é, quanto mais se confia, quanto mais se participa, maior é a oferta de confiança e participação na comunidade, sendo maior o estoque do capital social. Caso contrário, quanto menor a confiança, a participação, a ajuda mútua, menor é a quantidade de capital social gerado.

A comunidade também reforça seu capital social através de reuniões e eventos. Na Prainha, as decisões são tomadas em grupos de trabalho representados pelos conselhos de educação, saúde, pesca e turismo. Nas decisões que envolvem assuntos de interesse geral, como é o caso da questão da terra, é convocada uma assembléia geral para a discussão com os participantes. Conforme os relatos, os moradores reúnem-se com frequência, confraternizam-se e têm suas celebrações, como é o caso das regatas de jangadas que movimenta a Prainha do Canto Verde, assim como as comunidades vizinhas, afetando diretamente à economia local. Além disso, as pessoas têm o hábito de se unir para realização de projetos. Dentre os vários projetos, comentados no capítulo anterior, muitos deles são implantados em parcerias com outras instituições, como é o caso do Instituto Tramar, a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde, a Prefeitura de Beberibe, SEBRAE (Serviço de Apoio às micros e pequenas Empresas), AVINA, ASHOKA, entre outros. Esses projetos foram realizados na Prainha através do trabalho cooperativo realizados através de várias estratégias cooperativas sistêmicas - unipartite, bipartite e tripartite (MONTEIRO, 2003).

[...] nós tivemos sempre o Instituto Terramar que sempre nos apoiou, nós tivemos o próprio Sebrae que a gente colocou vários cursos, a própria universidade que tem nos ajudado bastante (J. A, pescador e líder comunitário).

[...] o Instituto Terramar foi parceiro na questão de capacitação dos professores para que a comunidade começasse a discutir as problemáticas locais e prevê para o futuro uma comunidade diferente de forma organizada e os resultados desses trabalhos, desses processos é hoje o nível de organização que a comunidade mantém (L.F, presidente da Associação dos Moradores).

[...] tem o refeitório lá, foi projeto dos Amigos, aquela sala dos computadores, tudo foi projeto vindo de fora. [...] o prefeito fez essas salas de aula, o prefeito deu o material e a comunidade caiu com a mão-de-obra, sabe? [...] e a gente construiu, que foi construído assim, como se diz, em mutirão (A.F, artesã).

Ressalta-se que por mudanças políticas ocorridas no segundo semestre de 2006, quando o vice-prefeito substituiu o prefeito eleito, as relações com a Prefeitura de Beberibe

não estão no nível de satisfação esperado. A prefeitura está realizando o trabalho básico, como a coleta de lixo ou a visita médica, mas não está atendendo às demandas da comunidade.

Eu acho que é tanto por isso que o Prefeito despreza sabe, porque ele acha que a Prainha não precisa tanto da ajuda da Prefeitura. Porque nós não temos muito o apoio da Prefeitura (A.F, artesã).

O que Putnam (1996) denomina de regras de reciprocidade e participação cívica, na Prainha do Canto Verde estão concretizadas através de associação, conselhos, parcerias com outras instituições por meio das estratégias cooperativas que propiciam níveis de ações quando se faz necessário o esforço do grupo na busca de soluções na comunidade.

4.2.1.3 Categoria ‘Civismo’

Para Putnam (1996, p. 102), a participação cívica na comunidade está relacionada à “busca do interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais”. O mesmo autor ainda afirma que o que mantém uma comunidade cívica unida são as “relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações de autoridade e dependência” (*op.cit.*).

A compreensão dos moradores da Prainha do Canto Verde sobre sua própria realidade encontra-se em conflito. Percebe-se uma insatisfação nas declarações quanto às informações, consultas e avaliações nas tomadas de decisão. Quando abordam a organização da comunidade no tempo passado, a descrição é sempre positiva.

[...] normalmente as decisões eram decididas em uma assembléia com 70 ou 80 pessoas da comunidade. Então nunca foi uma decisão uma só pessoa de 2 pessoas. Agora sempre é. (J. A, pescador e líder comunitário).

A prestação de contas para nós que não sabemos de conta, isso aqui no ano tal foi gasto tanto, sobrou tanto, tem tanto, entrou tanto, mas aí tem que tem que especificar tudinho. Se não desse em uma reunião, faz outra, mas você presta conta de tudinho. A gente sabe que entrou, mas com o que gastou? Tem que dizer para nós como a associação fazia, está aqui o recibo de tudo... eu sei que isso aí é difícil (D.V, mulher de pescador).

No turismo, eu também nunca mais participei, eu disse que ia dá um tempo, enquanto não fizeram aquela avaliação do grupo, do turismo eu disse que não participava. Porque eu acho que trabalhando você se avalia não é não? (M.H, mulher de pescador).

eu gosto da decisão do pessoal daqui, porque quando a gente está assim numa dificuldade, eles não são pessoas de ficarem assim parados e dizer “ela que se vire”, não, eles estão ali, chegam junto, fazem reunião, se manifestam sabem? (I.F, atendente de enfermagem).

Outra questão presente nas falas dos entrevistados é o interesse pelas questões públicas. Diversas estratégias de cooperatividade foram e são experimentadas pela comunidade e entre elas estão a criação da Associação dos Moradores, a divisão das questões de interesse público em grupos de temáticos (terra, educação, turismo, pesca) de trabalho, denominados pela comunidade de conselhos; a participação da comunidade nas escolhas de novos líderes, através do consenso; a participação dos moradores na consulta pública, como a ocorrida em janeiro de 2007, para aprovação da reserva extrativista (mar e terra).

Então no último dia 7 de janeiro desse ano tivemos uma consulta pública que é um dos passos para decretar uma reserva, aonde veio o pessoal do governo fazer uma consulta na comunidade, se a comunidade quer realmente uma reserva extrativista. Foi uma consulta muito boa, uma participação muito boa e agora eu acredito que até o primeiro semestre desse ano seja decretada a reserva (L.F, presidente da Associação).

A participação jovem também é ressaltada. Há em processo de elaboração, um projeto voltado ao protagonismo comunitário juvenil, em que jovens serão capacitados nos conceitos de desenvolvimento e gestão de pequenos empreendimentos na comunidade. Essa estratégia está voltada para elevar o nível de empregabilidade entre os jovens e para retê-los na comunidade, pois os mesmos saem da Prainha em busca da formação escolar ou de trabalho.

Nós precisamos pensar no que fazer com esse povo, porque a ociosidade fica muito grande. Eles terminam o ensino médio e ficam sem fazer nada, porque a comunidade não oferece nenhuma alternativa pra eles, né? Aí eu e o René, a gente tá agindo na elaboração de um projeto que é *Geração Muda Mundo*, é um trabalho com os jovens que a gente tá tentando financiamento pra ver se melhora as expectativas deles (M.F, diretora da escola).

Na Prainha do Canto Verde, embora existam conflitos na sociabilidade, as lideranças são reconhecidas como responsáveis por todos, e as pessoas, de uma certa forma, mantêm-se unidas por relações horizontais de reciprocidade e cooperação. De acordo com as idéias de Putnam, pode-se inferir que a comunidade tem virtude cívica, mas que não está isenta de divergências de opiniões, até mesmo porque os participantes de uma comunidade cívica são agentes ativos, que não se omitem, mas também são prestativos e confiantes.

4.2.1.4 Categoria ‘Projetos’

Essa última categoria da dimensão Capital Social, que não se concretiza satisfatoriamente se as outras categorias não estiverem presentes na comunidade, representa a capacidade do local de atrair investimentos. No caso da realidade da Prainha do Canto Verde, a quantidade de projetos e programas que elaborados e implementados com e para a comunidade, representa o quanto esse local se desenvolveu.

Todos os projetos têm como propósito a melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade, ao mesmo tempo em que se busca a preservação e manutenção da identidade cultural local. Dentre esses projetos, já comentados no terceiro capítulo, estão a Associação dos Moradores, os conselhos, a Cooperativa de Turismo e Artesanato, a Escola Bom Jesus dos Navegantes, Projeto de Mortalidade Infantil Zero, o estaleiro-escola - Escola dos Povos do Mar com currículo voltado para as necessidades do pescador, o ‘Criança Construir’, o turismo comunitário, o agroecologia orgânica, o Tele centro Canto Verde Digital, o Arte-escola, a reserva extrativista e o mais recente ‘Geração Muda Mundo’.

A quantidade de projetos e programas idealizados teve um agente mobilizador inicial, René Schärer, 65 anos, morador da Prainha há quinze anos. Antes, ele trabalhou como executivo da Swissair, e neste período teve a oportunidade de morar em diversos lugares no mundo. Foram mais vinte anos de construção de uma rede de relacionamentos que lhe permitiu a formação de um grupo a ‘Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde’, compostas por amigos e conhecidos no exterior (Suíça e Alemanha). É um dos fundadores do Instituto Terramar, e participa em várias instituições como a AVINA e ASHOKA. Essas características apresentadas desse agente convergem para o pensamento de Bourdieu (1980, p.67) que considera que o estoque de capital social que um indivíduo possui está subordinado a “extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital econômico [...] é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado”.

Vale ressaltar que o conceito de Bourdieu (1980) para o capital social é limitado, pois a durabilidade e o tamanho do estoque que está à disposição, só podem estar presentes em determinadas circunstâncias, em que os indivíduos beneficiados pertencem ao grupo do

agente mobilizador do capital social. Em relação à esse aspecto, o próprio René tenta limitar sua atuação, possibilitando que a própria comunidade trace seus destinos:

Não tenho função na organização, só na assessoria nas comunidades. Atualmente não tenho mais nenhum cargo, mas no início já algumas eu fui membro da diretoria da associação. Mas hoje, não. Então as organizações locais independem de mim (R.S, assessor da comunidade).

Nas declarações dos informantes desta pesquisa a figura de René Scharer esteve presente como responsável por iniciar esse movimento em prol do crescimento, não só da Prainha, como de outras áreas litorâneas.

Porque antigamente a gente não tinha essas reuniões, não tinha uma pessoa que conhecesse, não tinha nada, por isso que não tinha essas coisas. Mas hoje cada vez desenvolvendo mais. Porque tem pessoas que conhecem, que sabem fazer um projeto, que sabem organizar, como o René (M.H, merendeira).

O seu René é uma pessoa boa, vai no estrangeiro, arruma projeto, agora eu acho que parou mais (D.V, mulher de pescador).

um dia chegou uma carta, dele, mandando dizer que queria ajudar a comunidade e tal, aí, escrevemos novamente pra ele. Expliquei como era nossa situação aqui, qual era o nosso interesse, que nós queríamos, aí ficou de vir, veio novamente (J.F.L, ex-pescador).

Antes quem começou com esse projeto, e por sinal eu admiro muito, a Prainha hoje está mais desenvolvida do que antes e foi através do senhor René. Com a continuação do seu René as próprias pessoas da comunidade começaram a fazer e hoje eles mesmo estão fazendo (I.F, atendente de enfermagem).

Coleman (1990) afirma que o capital social está diretamente associado aos aspectos de uma determinada estrutura social que possibilita certas ações comuns dos atores sociais dentro desta estrutura. Putnam (1996), assim como Fukuyama (1996) atribuem o estoque do capital social presente em uma comunidade aos níveis de confiança, cooperação, intensidade na vida associativa e reciprocidade. Na análise da Prainha do Canto Verde, percebe-se que a mobilização do seu estoque de capital social ainda está orientada para o seu desenvolvimento; entretanto, a comunidade deve estar atenta para o estímulo e fortalecimento do estoque de capital social existente, com a intenção de evitar que a capacidade dos moradores de cooperarem na realização de seus objetivos sociais não seja fragilizada. O QUADRO 3 sintetiza as declarações analisadas sobre as Dimensões do Capital Social.

QUADRO 3
Dimensões do Capital Social

Ator Social	Dimensões do Capital Social			
	Confiança	Cooperativismo / Associativismo	Civismo	Projetos
L.F	Mas quando você trabalha em grupo, a confiança tem que existir, se não existir aquele grupo não vai dar. Nós trabalhamos aqui, é uma coisa que tem funcionado muito bem, não sei a que se dá isso, mas a confiança é muito grande.	[...] um cara que está com a casa perdendo para o mar, vai alguém da família ou amigos que vai lá e ajuda. A comunidade em si é muito solidária nesse sentido, né?	[...] tivemos uma consulta pública que é um dos passos para decretar uma reserva, onde veio o pessoal do governo fazer uma consulta na comunidade, se a comunidade quer realmente uma reserva extrativista.	Os projetos nascem das idéias dos conselhos e essas idéias nascem das necessidades da comunidade.
J.A	Os pescadores ficaram dizendo 'e cadê o retorno, não tem mais retorno' então algumas pessoas começaram a dizer 'então é porque já estão desviando' mas aí ele não conseguiu entender que mudou o sistema [...].	Por isso que hoje, apesar de nós ser uma comunidade tradicional, mas eu acho que hoje o nosso crescimento em termo de estrutura, de moradia tá um pouco desmantelado porque a gente não teve essa ajuda da Prefeitura.	[...] nunca foi uma decisão uma só pessoa de 2 pessoas. Agora sempre é.	[...] com o projeto do turismo comunitário, a gente hoje tá vendo que o turismo é uma das atividades que tem importância na economia do lugar.
A.A	[...] hoje a gestão é muito confiável. Então não tem nenhuma de um querer trapacear o outro porque não tem a mínima condição mesmo.	Existe também uma solidariedade muito grande entre os pescadores que chegam com peixe. Então eles ficam nesse trabalho de solidariedade, de voluntarismo próprio para melhorar a questão de qualidade de vida.		O nosso projeto de turismo tá muito voltado ao desenvolvimento sustentável, uma das questões que a gente tem aqui é pensado e já discutido pela comunidade é questão do saneamento básico, né?
I.F	Confio... Confio, pelo menos na luta da terra, a gente tem um grupo de pessoas lá que trabalham muito bem.	Mas as pessoas que interessam vale a pena a gente trabalhar com eles, porque eles ajudam muito a gente.	[...]eles não são pessoas de ficarem assim parados, eles estão ali, chegam junto, fazem reunião, se manifestam sabem?	Eu penso em fazer esse projeto e dar renda para esse jovem, e até para pessoas da comunidade que eu vejo que tem vontade de trabalhar, tem interesse de ser uma pessoa... mas não tem como

Fonte: baseado no modelo de CABREIRA, 2002.

4.2.2 Dimensão Protagonismo Comunitário

A abordagem do protagonismo comunitário da Prainha do Canto Verde está apoiada nas teorias de Coleman (1990) e Bourdieu (1972, 1994). A teoria do ator racional de Coleman defende como são racionais as ações dos indivíduos em diversas situações. O autor argumenta a obtenção dos máximos resultados a custos mínimos no sentido de satisfação material e pessoal. Na teoria do senso prático de Bourdieu (1994, p. 42) “os sujeitos são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (...), o *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação”. Bourdieu nega que as ações dos indivíduos sejam resultados de um planejamento consciente. O autor acredita que as ações resultam das demandas da vida cotidiana, de acordo com o *habitus* do indivíduo. A proposta dessa pesquisa é aliar essas duas teorias, por entender que as mesmas são complementares na perspectiva de se compreender as ações de uma coletividade.

Desta maneira, a dimensão ‘protagonismo comunitário’ é representada por quatro categorias: senso compartilhado de emancipação, engajamento comunitário, voluntariado e participação política. Cada um deles será tratado individualmente, sabendo que esses assuntos são transversais a outras categorias das outras dimensões.

4.2.2.1 Senso compartilhado de emancipação

A história de R.S na comunidade está muito associada ao início da organização dos moradores na Prainha do Canto Verde. Por muitos anos, ele exerceu um papel importante, sobretudo na atração de investimentos estrangeiros com objetivos sociais. Em sua declaração, informa que sua atuação está mais branda e que a comunidade encontra-se capacitada em discutir suas questões, em elaborar e executar suas ações.

Já tive algumas funções na comunidade. Mas hoje, não. Então as organizações locais independem de mim. [...] Tem vários grupos e vários níveis de desenvolvimento. É nós temos na comunidade a Associação dos Moradores, o conselho de educação da escola e a COOPECANTUR, a cooperativa de turismo e artesanato. E temos grupos informais, como o grupo de pescadores, o conselho de pescadores, o conselho de saúde que são menos ativos [...]. Então geralmente esses projetos iniciavam muito na Associação quando tudo era concentrado, iniciavam muito em minha função. Mas agora já nascem da iniciativa desses grupos (R.S, assessor de projetos).

Na fala de L.F, presidente da Associação dos Moradores, explica que os assuntos pertinentes à comunidade são discutidos inicialmente entre os participantes dos conselhos. Depois de amadurecida a idéia, ela é exposta ao restante da sociedade nas assembléias gerais. Percebe-se que os participantes desses conselhos ocupam posições relativas na mobilização dos recursos, na elaboração e execução dos projetos, e são responsáveis por sua gestão.

E o outro papel do conselho é dar alternativa, para uma mudança de alguma coisa, dar uma alternativa. Por que quer fazer isso? Ou se há uma necessidade de uma alguma coisa nova na comunidade. Você tem que mostrar que tá querendo aquilo, porque aí quando você for para uma assembléia você tem argumento pro restante das pessoas, dos moradores. Porque não adianta você levar uma questão para a assembléia se não tem um amadurecimento, pelo menos do conselho, daquela idéia, daquele projeto que tá ainda em discussão. Então tudo isso é... por isso que os conselhos têm uma função muito importante na comunidade.

Em 2006, a comunidade conseguiu o direito definitivo de continuar morando no local. Essa conquista reforçou a auto-estima das pessoas, pois representa o esforço de 28 anos de luta pela terra, pela ocupação do espaço. A questão da terra é a comum unidade (NEUMANN; NEUMANN, 2004a) que fortalece o senso de identidade e emancipação. É a principal questão que os une. Diante disso, a organização dá continuidade a ações que ratifiquem o direito das terras. É o caso do projeto para a criação de uma área reservada, mar e terra, para preservar, por um longo período, o estoque de pesca e o local de morada.

A reserva eu acho que é um símbolo da resistência de luta da terra. É uma afirmação da posse da terra pelos moradores. Eu acho que é uma coisa que só vem fortalecer no sentido da gente poder ter mais garantia do nosso espaço e poder, de uma forma organizada, lutar por alguns ganhos em termos de projetos em termos de alguma coisa que através da reserva nos oferece, a oportunidade de trabalho (J. A, pescador e líder comunitário).

Prevendo um futuro que a comunidade poderia ganhar e poder regularizar a posse da terra, pedimos uma reserva extrativista e aí incluímos o mar. Se nós tivermos uma reserva extrativista decretada podemos fazer uma gestão até melhor, na questão do habitat, de moradia. E no mar, melhor ainda porque é de lá que sobrevivemos (L.F, presidente da Associação dos Moradores).

Vale ressaltar que os projetos desenvolvidos na comunidade, na maior parte das vezes, independem das instituições públicas ou privadas. Os grupos de moradores assumem papéis nas decisões e na elaboração da solução, deixando de ser apenas beneficiários de programas sociais (NEUMANN; NEUMANN, 2004a).

Olha, o colégio novo que foi feito, o que a Prefeitura pode dar, porque a comunidade já tem isso de perguntar com o que você pode ajudar, se não tem, a gente tem que correr atrás, com ou sem o aval da Prefeitura, a gente junta força para poder fazer (L.F, presidente da Associação).

Eu acho que é tanto por isso que o Prefeito despreza sabe, porque ele acha que a Prainha não precisa tanto da ajuda da Prefeitura (A.F, artesã e dona de pousada comunitária).

4.2.2.2 Engajamento comunitário

O engajamento comunitário está associado ao grau de empenho de um grupo por uma causa importante a todos. No caso da questão pela posse da terra, todos os que foram entrevistados mostram-se empenhados em garantir a conquista do direito da ocupação do espaço.

[...] assim na época da questão da terra, quando a gente tinha conflito, todo mundo ia lá, derrubava a cerca, sabe? É uma comunidade assim, que se passar alguma coisa com um, todo mundo sabe, né? todo mundo toma as dores, todo mundo unido (A.F, artesã).

Quando é assim uma coisa para decidir, um exemplo, hoje vai haver uma reunião, vai ter uma assembléia-geral para a gente decidir isso da terra, aí pronto, sai todo mundo, o centro enche e eles decidem mesmo (I.F, atendente de enfermagem).

O mesmo empenho não ocorre quando são abordadas outras temáticas. Alguns entrevistados reclamam da dispersão e do pouco interesse, quando o problema envolve a pesca, saúde e educação. Esses temas são discutidos apenas entre os participantes do conselho. Ao que parece, na análise de alguns declarantes, é que as pessoas não conseguem identificar a relação entre esses assuntos, como se um não afetasse o desempenho do outro.

Hoje nós temos pessoas que faz parte da educação, que ele não dá importância para a problemática da pesca, para a problemática do turismo e vice-versa também. Tem gente da questão da pesca que não dá importância para educação, então, esse, a gente cresceu pelo um lado (J. A, pescador e líder comunitário).

Outro ponto que foi destacado está associado à manutenção das atividades. As pessoas envolvidas diretamente no trabalho empenham-se com objetivo de não comprometer sua continuidade.

A gente trabalha aqui (no posto de saúde) com o que tem. Se falta desinfetante e a gente não vai sair daqui até a prefeitura, até a secretaria pedir, aí ela traz da casa dela, quando falta uma vassoura, eu só vejo ela comprando vassoura aqui (I.F, atendente de enfermagem).

Eu continuo aqui o trabalho na vazante com meus meninos. Até aqui no início, veio um pessoal, começou a trabalhar, mas quando o mar começa a dar peixe, principalmente na época da pesca da lagosta que eles acham que dá mais dinheiro, eles desaparecem tudinho, aí eu fico só, o projeto não anda (J.F.L, ex-pescador).

[...] se vai haver um evento na escola, se divide os gastos, os professores contribuem com isso...se pede na comunidade isso, tem os amigos lá fora que a gente vai atrás... Eu, pelo menos assim, eu acho que a gente tá caminhando com as nossas próprias pernas (M.F, diretora da escola).

A comunidade também se engaja em programas que integram outras comunidades como é o caso da Cooperativa Bodega constituída por 41 grupos de produtores com envolvimento de 36 comunidades de 11 municípios (FOLDER BODEGA). A Prainha possui uma unidade da Bodega, onde os grupos produtivos local comercializam o artesanato, além de outros produtos provenientes das outras regiões. Como afirma Neumann e Neumann (2004a), esses equipamentos reforçam a melhoria da renda local, garante autonomia e resgata a auto-estima das pessoas.

4.2.2.3 Voluntariado

O voluntariado está também presente na organização de trabalho da Prainha do Canto Verde. A construção da escola, o trabalho com o ensino das artes, a preocupação em continuar atendendo as necessidades locais, entre outros pontos, estão presentes nas vozes dos informantes da pesquisa.

[...] a gente resolveu montar o projeto, a gente trabalhava já voluntário na escola, dando oficinas, a escola comprava material, a gente ia atrás de doações, de tecidos de retalho e aí a gente começou. Aí depois que entrou o projeto, é um agrado sabe? Não é... cinco reais a hora (A.F, artesã).

E todos são voluntários. Ninguém tem salário, a Associação é uma entidade de fins não lucrativos, então o que acontece, então quando se trata de pessoas de ir pra uma entidade dessas, ela pensa duas vezes se ela quer ficar de 8 da noite até 10 horas da noite discutindo os problemas da comunidade, sem ganhar nada (AA, presidente da COOPECANTUR).

[...] o posto a abriu. Eu comecei a trabalhar como voluntária. Eu disse que queria ficar mesmo como voluntária, e assim eu trabalhei dois meses não foi? Depois fui contratada. (I.F, atendente de enfermagem).

As ações voluntárias é uma categoria de cooperação. Quando as pessoas se dispõem a trabalhar sem trocas financeiras, são motivadas por um desejo de fazer o bem comum (NEUMANN; NEUMANN, 2004a). Assim, elas aumentam significativamente os estoques de capital social (PUTNAM, 1996) e contribuem para a melhoria da qualidade de vida de todos da região (MONTEIRO, 2003).

4.2.2.4 Participação política

Conforme Schmidt (2003), o tema da participação está vinculado às categorias de comunidade cívica e compromisso cívico de Putnam. A primeira delas está associada às obrigações dos cidadãos com a coletividade, que ocorrem através de sentimentos de solidariedade, de confiança e das redes de associações. Já o compromisso cívico se apresenta no engajamento dos cidadãos pelo bem comum (PUTNAM, 1996). Nas vozes dos atores sociais da Prainha do Canto Verde apontam o envolvimento coletivo, como é o caso do engajamento nas escolhas de seus representantes, na Associação, nos conselhos, nas reuniões de prestação de contas, nos grupos de pressão.

Tem um conselho gestor, onde tem representantes de todas as comunidades, de todos os grupos. Aí a gente acabou participando. Fomos convidados desde o início da cooperativa em si. Aí teve eleição entre os representantes e acabei ficando fazendo parte do conselho administrativo da Bodega. (M.S, conselheira da BODEGA).

Nessa regata, não teve apoio da Prefeitura, não teve nada. Já tirou a foto do cartaz de protesto? É uma forma que a gente encontrou de mostrar que aqui não recebeu patrocínio ou apoio da prefeitura, recebeu nada (J.F, pescador e dono de pousada comunitária).

Eu nunca mais participei da reunião (conselho de turismo), eu disse que ia dá um tempo, enquanto não fizeram aquela avaliação eu disse que não participava (D.V, mulher de pescador).

[...] decisões que o conselho não pode deliberar se chama sempre assembleias gerais e aí tem uma participação muito grande dos moradores. Aqueles que não fazem parte dos conselhos, mas indiretamente fazem, eles são moradores e têm o direito de opinar (L.F, presidente da Associação).

Mas há vozes discordantes em relação ao nível de envolvimento nas questões que deveriam importar a todos, sobretudo as decisões voltadas a sustentabilidade do desenvolvimento.

Mas por que o pessoal do conselho é diferente, porque são mais preocupados, porque trabalham mais. Porque é o seguinte, a grande comunidade não decide, acabam os conselhos decidindo só porque a comunidade não está participando (C.F, conselho de saúde).

Não sei... eu acho que são mais caseiros, ou não querem estar assim muito em reunião, eles fala “é só reunião e reunião...”. mas é muito bom a gente participar de reunião porque é assim que a gente consegue as coisa. Eles acham que não decide nessas reuniões, que perde tempo e não decide as coisas. Eles são mais de participar de assembléias gerais, porque na assembléia geral é a comunidade toda... (C.F, conselho de saúde).

[...] e a gente sempre convida, diz que tal dia vai haver reunião do conselho porque é bom a comunidade participar para ficar sabendo. Eles dizem “mas vocês falam, conversa e depois a gente aceita”. (I.F, atendente de enfermagem).

Gente vamos numa linha certa, participando, saber o que está acontecendo, ou se você tiver fora, você não está exercendo a participação. As coisas, tanto faz como tanto fez, eu acho isso muito errado (D.V, mulher de pescador).

J.F, dono de uma pousada comunitária faz uma reflexão das suas ações e de outros companheiros perante o grupo:

Às vezes eu acho que eu podia ajudar mais. Tem as outras pessoas também que é ligada a algum conselho, a algum grupo, precisam ajudar a fazer outra coisa, tem que fazer alguma coisa para que as coisas ande. É fundamental estar participando para estar informado do que está acontecendo na comunidade.

Na Prainha do Canto Verde, a participação política aparece de várias formas. Há participação mais efetiva dos moradores em torno de questões como a posse da terra, por exemplo. Em outros casos, a participação acontece nos grupos informais na resolução de problemas pontuais. Outra forma averiguada está relacionada aos projetos elaborados na comunidade. Segundo Schmidt (2003), quando mais cooperação social existir em uma comunidade, maior será sua participação política. Percebe-se que há o estoque do capital social, mas a comunidade ainda tem desenvolver mecanismos de participações regulares e inibir práticas centralizadoras que inibem a participação mais efetiva dos moradores.

Quando as ações dos indivíduos são resultados de discussões e elaborações em grupo, em que estas mobilizam recursos e talentos locais para atrair novos recursos, estamos diante da teoria do ator racional defendida por Coleman. Essas ações mobilizadoras de

recursos, muitas vezes traduzidas em projetos, acontecem com frequência na Prainha do Canto Verde. Já na teoria do senso prático de Bourdieu, o homem não faz escolhas baseadas em reflexões. Na verdade, ele atua de acordo com as ocorrências da vida prática, que demandam por soluções para os problemas de acordo com o seu *habitus* (AQUINO, 2000). Há muitas ações na comunidade realizadas em função dos problemas que ocorrem em áreas específicas, como é o caso da questão da movimentação das dunas móveis em período de maior intensidade de ventos, ou do avanço do mar que ameaça os moradores e comerciantes à beira mar. Neste estudo, ao que parece, as idéias de Coleman (1990) e Bourdieu (1972, 1994) tanto se conciliam, como ajudam na compreensão de diferentes momentos protagonizados por essa comunidade. O QUADRO 4 evidencia algumas idéias representativas das categorias analisadas das Dimensões do Protagonismo Comunitário.

QUADRO 4
Dimensões do Protagonismo Comunitário

Ator Social	Dimensões do Protagonismo Comunitário			
	Senso compartilhado de emancipação	Engajamento comunitário	Voluntariado	Participação política
L.F	[...] tem uma discussão dentro dos conselhos. Cada conselheiro tem seu ponto de vista, tem suas opiniões e chegam a um consenso... dentro do conselho. E se do conselho vai partir pra uma assembléia geral, o conselho se prepara antes pra poder levar a idéia.	Aqui na Prainha começamos em 2001, entramos com um pedido de uma reserva extrativista, a questão da terra ainda estava tramitando na justiça.	Os professores têm a renda dele dentro da sala de aula, mas dentro dos conselhos o trabalho deles é voluntário.	Mas poder de decisões da comunidade, aí é somente a comunidade. As instituições não participam das decisões
J.F.L	Por que o nativo ainda tem voz. Se não tivesse voz, não tinha futuro nenhum, né?	Sobre a luta da terra, ainda hoje eu faço parte dum grupo que a gente trata de organizar cada vez mais sobre o movimento de moradia, essas coisas.		[...] eu faço participação em encontro, quando o pescador faz encontro com o movimento sobre a, a pesca, sobre a organização da lagoa.
C.F		Teve uma época que faltou o nosso aparelho de pressão. A gente se reuniu e fizemos uma rifa.	A I. trabalhou muito tempo como voluntária na escola Arte-Escola	São as pessoas do conselho que mais se preocupa. Porque a comunidade no geral, a maioria não gosta de participar de reunião...
M.S	A gente precisa de recursos...a gente fez um projeto que encaminhou para os Amigos da Prainha do canto Verde e a gente teve a felicidade de receber o recurso.	A gente participa da cooperativa Bodega, onde a gente vende o nosso artesanato.	Meu trabalho atual na escola é voluntário.	

Fonte: baseado no modelo de CABREIRA, 2002.

4.2.3 Dimensão Desenvolvimento Local

As análises dessa dimensão foram abordadas segundo os pensamentos de Franco (2000), Amaral Filho (2001), Barbieri e Lange (2001), Casaroto Filho e Pires (2001), Ferraz (2001), Irving (2002), Andion (2003), Beretta e Curini (2003), Manfredini e Lopes (2005), Milani (2005), Moraes (2006) e Souza (2006), conforme já apresentados. Em comum, eles evidenciam que a noção do desenvolvimento local apresenta vários significados que permite

que indivíduos pertencentes a um dado local ou região tenham condições de criar um espaço de interação, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é comum a todos.

A dimensão ‘desenvolvimento local’ será abordada segundo suas categorias: principais resultados, ações para continuidade e planejamento para o futuro. Estas categorias complementam os que já foram analisados nas outras dimensões.

4.2.3.1 Principais resultados

O desenvolvimento na Prainha do Canto Verde é resultado de mecanismos diferenciados de gestão associações, ou ainda de estratégias de cooperatividade sistêmica que articulem os governos, instituições e organizações não-governamentais com os seus atores. Souza (2006) cita como indicativos de estratégias de desenvolvimento local, as cooperativas de produção e comercialização de artesanato e/ou produtos agrícolas, cooperativa de pesca e comercialização, projetos turísticos não predatórios, discussões de problemas em grupos de trabalho, capacidade de atrair investimentos, entre outros. Nesse sentido, a comunidade tem em seu processo a articulação dos seus esforços na promoção do seu desenvolvimento e apresenta os resultados nas vozes de alguns declarantes.

[...] primeiramente a terra, por que Ave Maria! Eu acho que isso era um problema para a comunidade inteira... eu acho que já tinha gente quase ficando desesperado, porque a gente pensava que ia perder. A escola também, com a Internet e tudo. Por que nas outras comunidades aí fica assim um sentindo inveja da nossa comunidade por ter Internet e tudo (C.F, serviços gerais, conselho de saúde).

a gente também conseguiu para aquelas famílias carentes banheiros, o projeto, que por sinal estão até construindo, começará essa semana, estão construindo cisterna, banheiro para pessoas da comunidade e carente que não tinha banheiro, aí a gente conseguiu, estão construindo esta semana (I.F, atendente de enfermagem).

O Instituto Terramar foi parceiro na questão de capacitação dos professores para que a comunidade começasse a discutir as problemáticas local e prevê para o futuro uma comunidade diferente de forma organizada e os resultados desses trabalhos, desses processos é hoje o nível de organização que a comunidade mantém (A. A, presidente da COOPECANTUR).

Em relação à Prainha, melhorou muito a educação que mudou muito nesses oito anos porque a comunidade teve uma liberdade de, de melhorar junto com o professor. Em relação à saúde, se implantou aqui o PSF, saúde da família, que não tinha antes. Carro da comunidade para emergência que antes não tinha. Foi liberado um carro da própria comunidade, se houver

emergência se leva até o hospital. O nosso turismo é um turismo diferente, turismo voltado para o desenvolvimento local, para as pessoas do local.

R.S, assessor de projetos e representante do Instituto Terramar e outras instituições como a Avina e Ashoka na região apresenta outros resultados em seus relatos:

No início, 12 a 13 anos atrás, então a grande necessidade era controlar a comercialização da pesca. Essa era fundamental, se não mudava isso, qualquer outro trabalho não teria dado resultado. Precisava primeiro mudar as regras do jogo para que a renda possa aumentar.

[...] o projeto da Arte-escola, ele nasceu realmente, um grupo dentro da Cooperativa que levou para um seminário de avaliação uma proposta de fazer um projeto para introduzir o artesanato na escola, né? Então esse projeto já nasceu aqui, não nasceu lá em cima. O Telecentro (CV Digital) também foi uma necessidade, um reivindicação já da comunidade, era uma necessidade de comunicação. Mas já esse foi feito um projeto dentro da escola.

O projeto agroecologia veio em função de uma oportunidade que a gente não tinha pensado em entrar nesta questão aí porque não tínhamos experiência, mas esse nasceu em função de uma parceria. Um colega da ASHOKA trabalha com essa área de agroecologia, e achou que ali havia condições para o trabalho, viu uma possibilidade de financiar esse projeto. Aí se procurou um grupo que já estava trabalhado com a agricultura. Aí se sentou com eles e se montou o projeto.

Outras pessoas apontam para outros resultados. Como a criação da área reservada, que é uma solicitação feita desde 2001 e que agora está em vias de concretizar.

Aqui na Prainha começamos em 2001 [...]. Se nós tivermos uma reserva extrativista decretada podemos fazer uma gestão até melhor, na questão do habitat, de moradia. E no mar, melhor ainda porque é de lá que sobrevivemos (L.F, presidente da Associação).

[...] nós queria fazer só do mar, mas aí os pessoal que trabalha com nós, como advogado, o da arquidiocese, aí o pessoal que nós mandamos o projeto pra eles, eles acharam que o melhor ter uma área reservada do mar e da terra, pra que a terra tenha lei (J.F.L, ex-pescador).

A percepção dos resultados pelos próprios moradores possibilita a valorização de suas habilidades e experiências, fazendo com que se sintam como parte do processo de desenvolvimento de sua região. Os resultados são demonstrativos do engajamento e do protagonismo dos moradores em ações para o desenvolvimento local (NEUMANN; NEUMANN, 2004).

4.2.3.2 Ações para continuidade

Manfredini e Lopes (2005) enfocam que o desenvolvimento local é resultado de um trabalho em grupo, com orientações de ações em longo prazo. Isso pode significar que é preciso pensar em ações que sustentem os esforços desempenhados na cooperação, participação e engajamento das pessoas nas conquistas alcançadas, para que possam almejar os resultados de longo prazo.

Na Prainha do Canto Verde, a continuidade é uma preocupação constante e esteve presente nas reflexões de alguns atores. Algumas declarações apontam para importância da formação como imprescindíveis na continuidade de suas ações tanto para garantir o que já conseguiram, como para estarem preparados em conseguir muito mais.

E aí eu digo que é um conjunto de coisas, né? Primeiro tem que investir muito em formação. Essa formação é, que a gente pode chamar também de educação, mas essa formação de consciência, dessa importância, que se a gente acredita em felicidade, se a gente acredita em mundo melhor, a gente tem que construir (J. A, pescador e líder comunitário).

Não adianta eu imaginar aqui, pensar uma idéia e não consultar aqui os companheiros ou fazer uma reunião ou discutir ou não tentar botar alguma coisa na prática, não discutir pra chegar alguma conclusão. Eu só sou capaz de começar a pensar em algumas idéias a partir do momento que eu tô trocando experiências com outras pessoas em outras comunidades em evento, tô estudando, tô lendo, tô vendo alguma coisa isso eu chamo de educação e capacitação ao mesmo tempo.

Olha, os projetos dão continuidade naturalmente. Sempre fazemos um projeto pensando em longo prazo. Mas projetos não é coisa de eternamente. Então pensamos que durante aquele período do projeto de 1 ou 2 anos, as pessoas se capacitem ou tomem consciência de que quando terminar o projeto elas têm que começar a se movimentar com suas próprias pernas (L.F, presidente da Associação).

A criação da reserva extrativista marinha e terrestre, em fase adiantada de conclusão, renova energias dos moradores. Ela representa a garantia de determinadas conquistas, como o direito de ocupação das terras, a possibilidade de reconstruir o estoque do pescado na região e o desenvolvimento de novos empreendimentos locais.

[...] com essa reserva agora é que nós vamos correr atrás. A reserva, a intenção da reserva é a demarcação de uma área, para que essa área seja respeitada, determinado tipo de pesca, apetrecho de pesca, com o que pode

pescar. A idéia é a única maneira que nós temos de resgatar a pesca com a reserva (J.F, dono de pousada comunitária).

A reserva assim, por exemplo, de terra, de moradia, né? Porque se nós não reserva, nós não vamos ter pros nossos netos, pros nossos bisnetos. Aí se nós não reservar, aonde eles vão morar? (M.H, mulher de pescador e merendeira).

Há também controvérsias, opiniões que podem auxiliar nas reestruturações dos recursos para atingir os objetivos sociais.

Olha a gente começou a fazer alguns trabalhos, certo? Não era um trabalho especificamente promovendo a valorização ou o resgate ou de memória, mas era um trabalho que ajudava bastante que era a chamada Feira de Ciências. Era um trabalho feito na escola onde eles escolhiam um tema, principalmente nos períodos da regata que trabalhava as questões de alguns temas, sempre usavam temas ambientais e teve alguns temas que era a questão de resgate da memória da comunidade, certo? Então você via ou pelo menos sentia que a escola tava na comunidade. Nos últimos anos houve um esfriamento. Já tá com 2 anos que não acontece a Feira de Ciências (J. A, pescador e líder da comunidade).

Tem que ter organização, comunicação. Eu gosto sempre assim do trabalho... não é que a gente seja os melhor, eu gosto que a gente se organize. Trabalhar com a organização, embora que a gente erre... é muita gente, é muita cabeça. Eu tiro porque eu tenho 15 filhos e cada uma tem uma natureza, cada um pensa diferente. Trabalhar com um bocado de gente, trabalhar no meio do grupo é difícil também (D.V, mulher de pescador).

As ações de continuidade, como ressalta Moraes (2003) fazem parte dos empreendimentos e da gestão sustentável dos fatores potenciais da comunidade. No processo dessas ações, as pessoas incorporam conhecimentos e experiências que podem servir para atender as necessidades locais ou para solucionar problemas futuros. Segundo Franco (2000), o desenvolvimento de uma localidade não compreende apenas ao acesso à renda, mas também ao conhecimento, possibilitando que as pessoas da comunidade possam influenciar nas decisões políticas/administrativas.

4.2.3.3 Planejamento para o futuro

Pensar sobre o futuro significa pensar em ações de longo prazo que possam tanto sustentar os resultados alcançados, como possibilitar o aproveitamento de novas oportunidades. Planejar o futuro pressupõe uma avaliação sobre os resultados e o que está em

processo de realização. A avaliação, segundo Neumann e Neumann (2004b), é um instrumento de aprendizagem coletiva sobre o valor do trabalho que está sendo feito, tanto auxilia na identificação das dificuldades encontradas, como nas novas formas desenvolvidas para tornar o trabalho mais produtivo. Assim, as pessoas tornam-se aptas a elaborar ações futuras em benefício da comunidade.

As declarações das pessoas entrevistadas na Prainha do Canto Verde convergem quando o assunto é sobre o futuro. As reflexões são interessantes e incluem uma reavaliação dos processos já consolidados, novos projetos, expectativas de empregabilidade e geração de renda.

Esse futuro só vai se através dessa área reservada que nós estamos interessados, estamos fazendo, né? Se o governo apoiar, aí eu tô pensando que a comunidade vai ter um pouco de organização, vai ter mais respeito, porque vai ter as leis, né? Tanto dentro do mar como na terra, que é área de reserva... (J.F.L, ex-pescador).

[...] eu não conversei sobre isso aí, sobre a reserva, como é que ela vai ajudar. Se tivesse assim que a própria comunidade, a associação pensar num projeto e que o jovem que também sei engajasse. A reserva também é um emprego né? (DV, mulher de pescador).

Eu acho que a Associação dos Moradores deve se sentar e pensar no meio da Associação e a Cooperativa de se integrar para fazer uma organização só. Apesar de ter bom número de pessoas jovens que possam participar da gestão ainda é muito pouco para dividir em três grupos, associação, conselho de educação e cooperativa. Aí você acaba tendo pessoas participando em vários grupos. Então a gente tem que pensar em alguma forma para integrar para ter uma ação mais efetiva (R.S, assessor de projetos).

Segundo J. A, pescador e líder comunitário, a preparação do futuro passa pelo momento presente. E nesse momento é preciso pensar em formação de novas lideranças para que eles fortaleçam o trabalho da comunidade e ampliem as possibilidades:

[...] mas o que eu sei é que precisa fazer alguns processos de fortalecimento de organização das comunidades e, quando eu digo fortalecer as comunidades, você começa a fortalecer as comunidades a partir do momento que você começa formar e dar oportunidade a outras lideranças a se desenvolver.

Outro ponto ressaltado sobre o planejamento do futuro são as dificuldades que a comunidade tem de enfrentar no tempo presente quando uma série de atividade que precisam ser efetivadas.

A Associação está pensando em reestruturar para ver se dava para mudar um pouco enfoque dos moradores para a incluir a parte de desenvolvimento local. Essa é uma discussão que está muito lenta por sobras de problemas, por sobras de outras coisas para fazer como o ordenamento do zoneamento.(R.S, assessor de projetos).

[...] tem um bocado de jovem que eles podem ser o futuro de amanhã. Eles podem ser preparados, vai depender dos pais e da própria comunidade e da escola. Porque hoje você prepara um jovem e se aqui não tiver um trabalho, eles vão fazer o que? E se tivesse como os jovens se engajar naquele trabalho e ganhe o seu dinheiro, com certeza ele vai pensar no futuro, se ele não pensar o futuro, com certeza ele vai seguir outro caminho errado. Porque aqui tem trabalho, tem em Beberibe... era bom que tivesse assim pertinho uma fábrica que os jovens se empregassem lá, ou então se voltasse aqui um posto melhor quem empregasse (D.V, mulher de pescador).

O planejamento orientado para o futuro, com desenvolvimento local includente e sustentável, é um processo interativo que envolve procedimentos de ‘baixo pra cima e de cima para baixo’, uma visão compartilhada, e arranjos colaborativos (SACHS, 2004). No QUADRO 5 estão organizadas as idéias em relação à Dimensão do Desenvolvimento Local.

QUADRO 5
Dimensões do Desenvolvimento Local

Ator Social	Dimensões do Desenvolvimento Local		
	Principais resultados	Ações para continuidade	Planejamento para o futuro
A.A	Tem muita família aqui usando a água do projeto SODIS.	E no turismo não é só projeto para o turismo, mas projetos atrelados à questão do desenvolvimento local.	Eu acho que daqui para frente é só se organizar mais, agora tem só que esperar os turistas chegarem... as dificuldades estão aí, mas a gente tem passado.
D.V	Melhorou na educação, na saúde, porque nós não tinha saúde aqui, nós tinha que ir para o Beberibe, a gente ia de pé, e passava 3 dias para ir para o Cascavel também. Era muito difícil. A morada melhorou e piorou. Piorou por causa do mar que tá invadindo tudo.	A reserva pode ajuda muito no desenvolvimento da comunidade em muitos sentidos, mas só com os próprios nativos com o a gente acha muito e importante isso.	Agora com a reserva do mar a nossa Prainha vai melhorar bastante. Eu acho que vai melhorar muito para os nossos netos, para os bisneto. Vai crescer muito aqui.
J.F.L	Aqui era um lugar que, num mês, morria 2, 4 crianças, porque não tinha bom tratamento, também não tinha, acompanha-mento do médico nem nada, né? Hoje já tá bem melhor. Se não tiver com uns quinze anos ou mais, que ninguém vê morrer uma criança aqui...	Com a reserva talvez tenha trabalho. Então já era um trabalho, não dá para empregar todo mundo porque no Brasil nem todo mundo é empregado, mas de qualquer maneira...	A reserva pode ajudar porque vai abri novas oportunidades de trabalho, né? Como por exemplo, ela vai precisar de agentes ambientais. Isso é uma oportunidade para os jovens, os mais velhos também.
L.F	Nós ganhamos vários prêmios de desenvolvimento sustentável, ganhamos prêmio na Alemanha, prêmios na Unicef.	Uma das questões que o desenvolvimento tem dado continuidade nos trabalhos daqui na comunidade é a história da renovação das lideranças local.	A gente está preparando essa geração para assumir as lideranças dentro da escola.

Fonte: baseado no modelo de CABREIRA, 2002.

4.3.O protagonismo comunitário da Prainha do Canto Verde na mobilização do capital social orientado para o desenvolvimento local.

As categorias de cada dimensão se intersectam, e se complementam. Desse modo, as dimensões de análise parecem convergir em elementos comuns. Isso pode significar que a adequada mobilização do capital social através do protagonismo comunitário reforça o desenvolvimento local. Por sua vez, o desenvolvimento possibilita uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, tornando-as mais capacitadas, pelas experiências e aprendizagem, a atrair mais recursos e desenvolver mais talentos locais. Há, portanto, uma relação de consequência-causa entre essas dimensões de trabalho.

Segundo Neumann e Neumann (2004a), os investimentos que a comunidade deve fazer no capital social inclui planejamento de formas para promover o engajamento e o protagonismo de seus moradores em ações para o desenvolvimento local. Conforme Coleman (1990), o capital social é produtivo, e quanto mais reforçado, por meio da confiança, norma, redes sociais, mais tendem a ser cumulativo (PUTNAM, 1996; FUKUYAMA 1996).

O capital social se desenvolveu na Prainha do Canto Verde desde os primeiros anos da chegada dos primeiros moradores. No início, eles tiveram que cooperar tanto para a construção das primeiras moradias, que eram feitas de palha, como para enfrentar as ações da natureza como o vento e a força das águas. Logo em seguida, com apoio de algumas organizações, como é o caso do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza, os moradores se uniram em torno da questão do direito de ocupação de terra, um ponto de convergência para a mobilização de todos. Depois criaram uma associação cujo propósito era envolver os moradores nas discussões e decisões sobre o destino da comunidade. Dessa associação surgiram os conselhos ou grupos de trabalho e várias outras organizações sociais como escola, posto de saúde, cooperativa do turismo, entre outros.

Hoje, a estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde tem a Associação do Moradores, como instituição representativa da comunidade, suportada pelas atividades desenvolvidas nos conselhos ou grupos de trabalhos (saúde, educação, pesca, terra) e pela COOPECANTUR - Cooperativa de Turismo e Artesanato. Trabalhando diretamente na comunidade, dentro de uma cooperatividade sistêmica do tipo bipartite, existem duas instituições, o Instituto Terramar e a Fundação Amigos do Canto Verde que ajudam na atração dos investimentos para o desenvolvimento local. Essas organizações criam espaços que possibilitam os atores sociais a fortalecer o sentimento de pertença, de valorização das habilidades e experiências com as quais podem contribuir, de empoderamento para que eles assumam um papel ativo e criativo na construção do seu futuro (NEUMANN; NEUMANN, 2004a; SACHS, 2004).

De acordo com as declarações dos informantes da pesquisa, os membros da comunidade participam de alguma forma nas reuniões da Associação de Moradores, dos conselhos, principalmente, os de educação e de turismo, considerados mais produtivos, e das reuniões informais que ocorrem entre grupos de interesse para resolverem problemas

pontuais. Isso é um bom indicativo de participação. Quando as pessoas demonstram interesse pelo bem coletivo, procuram informações relacionadas às questões locais, elas estão reforçando o seu senso de autonomia e da capacidade de influenciar politicamente. Dessa forma ocorre a conversão do capital social em participação política (SCHMIDT, 2003), categoria do protagonismo comunitário.

Vale ressaltar que nessa participação, o importante está na forma em que ela ocorre. Na realidade, o senso de emancipação compartilhado, o engajamento entre as pessoas, a confiança, a ação recíproca edificam o sentimento comunitário. A participação dos Moradores da Prainha do Canto Verde no processo de tomada de decisões mostrou-se fragilizada, como demonstrado nos depoimentos e nos quadros 2, 3 e 4. Há engajamento em determinados grupos, mas alguns de seus participantes afirmam não receber informações sobre as decisões. Por tal motivo sentem-se excluídos das discussões e acabam se afastando dos conselhos.

[...] tá parado no tempo é essa questão da discussão porque nosso turismo é um turismo comunitário socialmente responsável, então normalmente todas as discussões dos problemas, do que está bom era uma coisa que era discutida num grupo maior e a gente tinha um pouco de... de frequência dessas discussões, ou seja, normalmente nós sentava uma vez por mês e fazia todas as discussões (J. A, pescador e líder comunitário).

Eu não faço parte do conselho mais não, sou sócia né, participo de reunião, discussão da Associação. Só não vou muito assim na escola porque eu era do conselho aí saí. Quando você vive dentro de uma coisa, fica cobrando, as pessoas ficam achando que você está chato, eu acho que tem que dar o tempo é melhor (D.V, mulher de pescador).

É compreendido que determinadas decisões específicas possam ser deliberadas nos conselhos ou na Associação. Caso contrário, se tudo tivesse que ser debatido entre os membros, dificultaria a agilidade dos processos de solução. No entanto, essas decisões segundo alguns depoimentos, não estão sendo partilhados com toda a comunidade, para que essa tome conhecimento do que foi estabelecido.

O que eu acho mais errado é que falta comunicação com os outros. Eu sempre já relatei isso. Precisa nós saber. Falta um pouco de comunicação nos grupos, mais integração, ter assim todo mundo junto numa reunião (D.V, mulher de pescador).

Neste cenário podem ser refletidos três pontos: i) há possibilidade dos moradores da Prainha do Canto Verde de potencializar a sua participação política devido ao estoque existente de capital social consolidado sobretudo nas lutas em prol da ocupação das terras; ii)

entretanto, é necessário criar formas de restabelecer a confiança e o espírito cívico, além de criar oportunidades de participação dos moradores nos assuntos de interesse coletivo; iii) o protagonismo comunitário deve atuar no estímulo e fortalecimento do capital social que é uma condição necessária e suficiente para se instalar um processo de desenvolvimento incluyente, sustentado e sustentável (SCHMIDT, 2003; SACHS, 2004; SOUZA, 2006).

A Prainha pode ser considerada uma comunidade cívica no modelo apresentado por Putnam (1996) já que a mesma possui relações horizontais de reciprocidade e cooperação, apesar dos níveis diferenciados de liderança apresentados na comunidade. São vários os assuntos que os mantêm unidos, como a pesca predatória, a educação das crianças e dos adultos, a saúde da população, o turismo comunitário como atividade promissora. Mas o mais forte deles é a posse da terra, da utilização e do uso do espaço. A esse respeito, alguns moradores não concordam com a regra da não venda de terras para quem não é nativo, ou ainda como o modelo de turismo que objetiva a preservação da identidade cultural de sua população. Eles acreditam que as regras estabelecidas inibem a possibilidade do desenvolvimento, aquele relacionado aos aspectos econômicos (AMARAL FILHO, 2001).

Nenhuma comunidade está livre da controvérsia. As pessoas podem discordar e é saudável diversidade na mobilização do capital social. Entretanto, a comunidade pode atenuar essas discordâncias, concentrando esforços para que os moradores, crianças, jovens e adultos, sejam incluídos no processo de desenvolvimento, aquele em que as necessidades são atendidas através da contribuição dos talentos e recursos da própria comunidade. Novamente retornar-se a questão da confiança. Essa tem que ser fortalecida para que os moradores passem a acreditar nas decisões dos seus líderes e no espírito cívico. Acreditar que os benefícios serão disponibilizados para todos na comunidade de maneira igualitária, e se existir critérios para o acesso a esses benefícios, esses deverão ser apresentado de forma direta e objetiva a todos os interessados (NEUMANN; NEUMANN, 2004a; SOUZA, 2006). Como afirma Souza (2006), o desenvolvimento local é um processo que leva em consideração o bem-estar das pessoas, a preservação e ampliação da base ambiental e a incorporação de novas e melhores tecnologias para se obter os melhores resultados.

5 Evidências Imagéticas

Considerando que “fotografar não é apenas refletir a realidade, é também reflexionar sobre ela e nela refletir-se” (ACHUTTI, 2004, p.71), nesse trabalho, a interpretação das imagens assumiu duas perspectivas. O modo documentário, onde a informação da imagem que pode ser apreendida é descrita, e que também serve de “fonte de dados sobre outros universos e sobre o contexto histórico no qual a fotografia foi criada” (BITTENCOURT, 1998, p.2000); o modo reflexivo de interpretação (BITTENCOURT, 1998) do contexto social do ambiente de registro das imagens fotográficas, delineado pelo dialógismo (HARTMANN, 2004) que revelam a comunidade.

Com a ajuda dos dados registrados no ‘diário de campo’ e das falas dos interlocutores, a narrativa imagética foi construída. No processo de sua montagem, o pesquisador selecionou signos que se ajustaram aos padrões de significação buscados, acrescentando à imagem dimensões múltiplas de outros significados, só possíveis de ser percebidos em todas a sua complexidade quando a imagem literal se alia à imagem simbólica (BITTENCOURT, 1998).

5.1 Prainha do Canto Verde de ontem



Essas imagens foram cedidas por René Schärer . Estas fotografias compõem o livro ‘Nossa História’ desenvolvido pelas crianças da comunidade.









5.2 A Prainha do Canto Verde

5.2.1 A comunidade





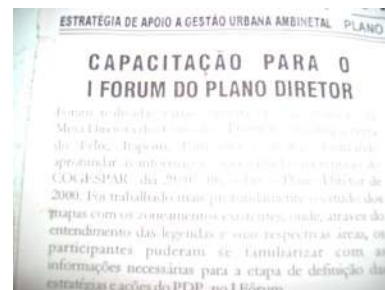
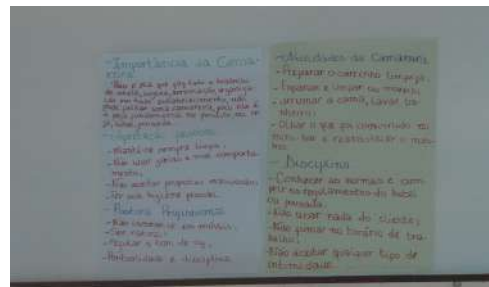












5.2.2 A pesca





5.2.3 Educação





5.2.4 Saúde



5.2.5 Turismo comunitário





5.2.6 Retratos









5.2.7 Casas





5.2.8 Fatos, formas e cores







Considerações Finais

A proposta desta dissertação era conhecer como é exercido o protagonismo da Prainha do Canto Verde na mobilização do seu capital social para o desenvolvimento local. Através das análises das falas e das imagens fotográficas utilizadas nessa investigação, foram constatados os elementos: senso de comunidade presente na Prainha do Canto Verde, a capacidade identificar os problemas, pensar coletivo em torno das propostas de solução, a forma como se organizam, planejam e direcionam seu futuro. Desta forma, há fortes evidências da existência e mobilização do capital social na comunidade. Essas evidências encontram-se presentes no seu histórico de luta e resistência pela terra, na participação na Associação e conselhos (grupos de trabalho), na capacidade de criar e consolidar parcerias com instituições dispostas a cooperarem, de criar estratégias para captar recursos financeiros, na elaboração de projetos, nos trabalhos voluntários, na ajuda mútua. Estas ações fortaleceram o capital social ao longo da história. Ressalta-se que o capital social é produtivo (COLEMAN,1990), aumenta na medida em que é utilizado e diminui pelo desuso.

Desta forma, mesmo que os moradores demonstraram ter a percepção da importância das regras de reciprocidade, do espírito cívico, da confiança, da cooperação e da participação para o fortalecimento de suas ações e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento, as suas práticas apresentam-se carentes de coerência. Alguns entrevistados declararam que as reuniões da Associação, onde são discutidos os grandes temas, estão escassas; outros assumiram a não participação, ou por não estar de acordo com as decisões, ou por se sentir inibido, ou por não perceber ganhos (sociais, financeiros); também houve comentários sobre a ausência de avaliação dos projetos implementados, da comunicação e das celebrações dos resultados; outros reclamaram da continuidade das atividades depois que o projeto finaliza. Percebe-se que os índices de confiança, cooperação, participação na vida comunitária estão em baixa, evidenciando também uma diminuição no estoque do capital social.

Os resultados auferidos na comunidade, como a conquista do direito definitivo de continuar morando no local, a melhoria na saúde (baixos índices de mortalidade infantil), a melhoria na educação (formação dos professores, arte-escola, telecentro digital), melhoria nas moradias, o preço justo do pescado e a prática do turismo comunitário, foram evidenciados

nas falas dos moradores entrevistados. Isso demonstra que, de fato, ocorreu o desenvolvimento na Prainha do Canto Verde, que de fato, os moradores assumiram o papel de protagonistas de seus destinos, na promoção do desenvolvimento local.

O atual processo de desenvolvimento na Prainha do Canto Verde, a despeito da mobilização do capital social existente, apresenta-se comprometido. Nesse sentido, um dos pressupostos dessa pesquisa era reconhecer que a existência de capital social, por si só, não é condição suficiente para garantir desenvolvimento. É necessário, além do capital social, que a localidade possua uma estrutura econômica preexistente, uma localização favorável aos mercados, recursos naturais, economia de aglomeração e capacidade de inovação, entre outros (SOUZA, 2006).

Para compreender a dinâmica que ocorre na Prainha do Canto Verde é necessário elencar os elementos que a caracterizam. A comunidade apresenta ainda um baixo nível de escolaridade. A principal atividade econômica local, a pesca artesanal, encontra-se em crise devido às diversas práticas predatórias praticadas no litoral cearense pela indústria pesqueira, dessa forma, não possui uma estrutura econômica sustentável. As outras atividades, como o turismo comunitário e o artesanato, ainda não são produtivas. Também existem as pessoas que discordam das alternativas de criação de renda, como o modelo de turismo comunitário criado pelo grupo. Além disso, por sua posição política na questão da posse da terra, a Prainha não se apresenta como uma região atrativa para investimentos econômicos dentro da prática do atual modelo de turismo implantado no estado, conseqüentemente, o local dispõe de um limitado estoque de recursos financeiros.

Sob essas condições, torna-se difícil promover uma emancipação com sustentabilidade econômica, social e política (MENDONÇA, 2004). Mesmo com as diversidades, a comunidade consegue reunir esforços, seus recursos e talentos em busca de soluções voltadas à melhoria de vida de seus moradores. Ao longo da construção de sua história, os nativos e moradores aprenderam a não esperar por soluções oficiais.

Mesmo com todas as diversidades, o desenvolvimento atual da Prainha é resultante da sua capacidade constante de inovação, ocorrida por meio das suas formas de organização voltadas para discutir seus problemas, de elaboração de projetos, de buscar fontes de financiamento e implementar as soluções. Reconhece-se a dimensão intangível do

desenvolvimento (DALLABRIDA, 2006) pelas inter-relações entre os atores sociais e as instituições na potencialização dos talentos e recursos (materiais e imateriais) existentes no local orientados à melhoria da qualidade de vida, do bem-estar das pessoas, do ambiente social, cultural e econômico saudável. Ao que parece, esta é a busca dos protagonistas dessa comunidade.

Diante das reflexões dos entrevistados, percebe-se que a comunidade vive hoje um momento de aprendizado, de ajustes e melhorias. Às imagens positivas do futuro compartilhadas pelos moradores, principalmente em relação a reserva extrativista, demonstram a vontade latente de realinhar suas ações na direção do desenvolvimento desejado.

No entanto, algumas indagações merecem ser apresentadas para reflexões futuras. Uma das questões que se coloca do que foi abordado é: como a comunidade distinguiria quais seriam as associações que possibilitariam o desenvolvimento de relações horizontais de respeito, confiança, solidariedade e ajuda mútua entre os moradores? Esta questão está relacionada ao fortalecimento e a mobilização do capital social através do grau de associações que permitam o surgimento de redes entre os indivíduos da comunidade, instituições e empresas.

Outro ponto é a emancipação. Os projetos na Prainha, muitos deles, dependem da ajuda financeira de agentes externos. Esta questão pode estar relacionada a investimentos na educação, na formação das futuras lideranças, da capacitação profissional para que esses atores sociais consigam criar estratégias para garantir tanto as conquistas, a sua independência, assim como garantir a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Outro ponto fundamental está relacionado à apropriação do capital social ou de seus resultados. Como afirmam Riedl e Vogt, (2003), o capital social é um bem público, pertencente a um dado local. Desta forma, é possível utilizá-lo para o uso em benefício próprio, individual ou de um pequeno grupo? Essa prática não levaria ao seu desaparecimento, já que ela afetaria diretamente nas relações de confiança, civismo, trazendo como consequência um baixo engajamento comunitário e participação política? Essa questão está associada ao decréscimo da circulação desse tipo de capital na Prainha do Canto Verde, e

isso pode acarretar entraves no desenvolvimento local, por que o capital social, em geral, é condição favorável para que o desenvolvimento ocorra.

A resposta à questão de pesquisa é de que a comunidade, mesmo apresentado algum tipo de dependência, ora em relação aos financiamentos de agentes externos, ora com os assessores de projetos, exerce seu papel de protagonista por meio de suas estratégias de cooperação na mobilização do capital social. Ressalta-se ainda que as decisões tomadas pelos grupos participantes nas discussões na Associação ou nos conselhos resultam na mudança de vida das pessoas dessa comunidade.

Um aparte deve ser feito, em relação ao método fotoetnográfico. As imagens foram, ao longo dessa pesquisa, instrumentos constantes de interpretação. O seu uso, ampliou a percepção do campo, permitindo outras possibilidades de significação dos fenômenos sociais da comunidade em estudo. Ressalta-se que nessa pesquisa, optou-se por trabalhar de maneira colaborativa com o texto escrito e o visual por entender que são polissêmicos e complementares (MOREIRA LEITE,1998).

Limitações da Pesquisa

A presente pesquisa consta da análise de um caso específico e por tal motivo emergem certas limitações que devem ser apresentadas.

O primeiro ponto que merece destaque é que as análises realizadas na Prainha do Canto Verde não podem ser generalizadas, mesmo porque, a comunidade possui características únicas, além do capital social e do protagonismo dos seus moradores que podem influenciar o desempenho do desenvolvimento local.

O segundo ponto está relacionado ao processo de coleta de dados, através de entrevistas e uso de fotografia. No caso das entrevistas, tentou-se seguir uma metodologia de transcrição fiel. No caso da fotografia, cerca de 700 imagens foram registradas, e selecionadas as que estavam mais associadas às dimensões da pesquisa. Os dois casos estão sujeito a algum grau de subjetividade, tanto por parte dos entrevistados quanto por parte do pesquisador na sua interpretação final.

O último ponto está em qualificar o capital social, por ser um fator intangível, que não pode ser facilmente observado ou quantificado. A proposta desse estudo foi buscar avaliar as suas evidências e resultados, na forma de atributos, atitudes, comportamentos, projetos, conquistas e expressões da comunidade.

Referências Bibliográficas

ABREU, Paulo Silva Belmonte de. **Projeto de pesquisa do núcleo de estudos o sobre população de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRS/PUCRS, 1997.

ACHUTTI, L. E. Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.

_____. **Fotoetnografia da biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial, 2004.

ALBANDES-MOREIRA, L. A. **Notas de aula**. Mestrado Acadêmico em Administração. Disciplina de Métodos Qualitativos aplicados à Administração. UECE, Ago-Nov, 2005.

ALBANDES-MOREIRA, L.A.; BATISTA-DOS-SANTOS, A. C. **Qualidade, Subalternidade, Subjetividade e Organização: O Testemunho de um Trabalhador e a Compreensão Crítica de um Sistema de Gestão pela Qualidade**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004, 1 CD.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do Cpdoc**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

ALMEIDA, Henrique Luís de Paula e Silva de. **Indicadores de qualidade de vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe / CE**. 2002. 220f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional e endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 26, n.3. jul./set. 1995.

_____. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n.23, p.261-286, jun./ 2001.

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.37, n.5, p.1033-1054, set/out. 2003.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. Cooperativismo: uma resistência à exclusão. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano 2, n.19, 2002. Disponível em <www.espacoacademico.com.br/019/19andrioli.htm>. Acesso em: 19 nov. 2005.

AQUINO. Jackson Alves. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais**. Vol.2. nº 2, 2000.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ARAÚJO, Adriana Silva et al. Artesanato, cidadania e desenvolvimento local: as experiências de Divinópolis e do salão de encontro em Betim – MG. In: **Anais do X Colóquio Internacional do Poder Local**. Salvador, dezembro, 2006.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

BAQUERO, Marcello. **Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa**. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

BARBIERI, José Carlos; LAGE, Allene Carvalho. **Conceitos, problemas e pontos de partidas para políticas de desenvolvimento sustentável**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25., Campinas, 2001. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001, 1 CD.

BARTHES, Roland. **A câmera clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

BERETTA, S.; CURINI, L. “Il ruolo della famiglia nel generare capitale sociale: un approccio di economia política”. In: **VIII Rapporto CISF sulla famiglia in Itália**, Milano: S. Paolo, 2003, p. 290-339.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BITTENCOUT, Luciana Aguiar. **Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz (orgs.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

BODEGA: o Nordeste Vivo e Solidário, **folder de divulgação**.

BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre (1972). **Esboço de uma teoria da prática**. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994, p. 46-81

_____. (1980). **O capital social – notas provisórias** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 67-69.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BRUSCO, S.; SOLINAS, G.- “Partecipazione necessaria e partecipazione possibile”, In: **L’impresa al plurale. Quaderni della partecipazione**, n. 3/4, Milano: Franco Angeli, p. 411-428, 1999.

CABREIRA, Zaira. **Capital social como fator de sustentabilidade aos programas de desenvolvimento local, reflexões sobre uma prática**: a experiência do Sebrae em Lagoa dos Três Cantos. 2002. 120p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CARUSO, Raimundo C. **Aventuras dos jagadeiros do nordeste**. Florianópolis: Panam Edições Culturais, 2004.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTILHO, D. S. B. de. **Capital social e políticas públicas**: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS/IEPE/PGDR, 2001. Dissertação (mestrado).

CAVALCANTE, Marcos. Moradores ganham direito de permanecer na terra. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 16 mar. 2006. Ceará.

CAVEDON, Neusa Rolita; FACHIN, Roberto Costa. **Homogeneidade versus heterogeneidade cultural**: um estudo em universidade pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 24., Florianópolis, 2000. **Anais...** Florianópolis, ANPAD, 2000, 1 CD.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Recursos metodológicos e formas alternativas no desenvolvimento e na apresentação de pesquisas em Administração**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25., Campinas, 2001. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001, 1 CD.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Fotoetnografia**: a união da fotografia com a etnografia no descortinamento dos não-ditos organizacionais. Revista Organização & Sociedade. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, v.12, n.35, Outubro/Dezembro, 2005, p. 13-27.

CAVEDON, Neusa Rolita; CABALLERO, Indira Nahomi Viana; SANTOS, Rafael Derois. **As contribuições da antropologia visual para os estudos de culturas organizacionais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (ENEO), 1., 2006, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: ENEO, 2006, 1 CD.

CNPQ, Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Resolução Normativa 020/2003 - Anexo II**. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.cnpq.br/bolsas_auxilios/termoconcessao/>. Acesso em: 18 dez. 2005.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Harvard University Press, 1990.

COLLIER Jr., John; COLLIER, Malcolm. **Visual anthropology**: photography as a research method. Albuquerque: University of New México Press, 1986.

CONCEIÇÃO, Raimundo Nonato. **Recifes artificiais recriam o habitat dos peixes e a pesca.** (entrevista). In: CARUSO, Raimundo C. **Aventuras dos jangadeiros do nordeste.** Florianópolis: Panam Edições Culturais, 2004.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. **Migração e a (re)construção do capital social.** In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

CUNHA, L.A.G. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial.** R. RAÍGA, n.4, p. 49-60. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO. **Anais...** São Paulo, 2000.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.) **Capital social: teoria e prática.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

FARIA, Valdeir Martins de; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania, Desenvolvimento Local e Redes Sociais: Um Estudo em Minas Gerais. In: **Anais ENANPAD**, Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 29. Brasília, 2005. **Anais...** Brasília, ANPAD, 2005, 1 CD.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz (orgs.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

FERRAZ, Serafim Firmo de Souza. Competências profissionais, mercado de trabalho e desenvolvimento local. In: **Anais ENANPAD**, Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 25. Campinas, 2001. **Anais...** Campinas, ANPAD, 2001, 1 CD.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONTELES, Antônio Adauto (entrevista). **Ópera, jangada, pesquisa, preços mínimos e o pescador artesanal.** In: CARUSO, Raimundo C. **Aventuras dos jangadeiros do nordeste.** Florianópolis: Panam Edições Culturais, 2004.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 6. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FRANCO, Augusto de. **Além da Renda.** Brasília: Instituto de Política, 2000.

_____. **Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy.** Instituto de Política, 2001.

FUKUYAMA, F. **Confiança, as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Os desafios da nova geração. In: **Revista de Economia Política**. Vol. 24, n. 4 (96) outubro-dezembro 2004, p. 483 – 486.

GAROFOLI, G. “Lo sviluppo locale: modelli teorici e comparazioni internazionali”, **Meridiana**, n. 34/35, 1999.

GEDIEL, José Antônio (Org.). **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

GEERTZ. Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GERAQUE, Eduardo. **Turismo sustentável**: versão artesanal. Revista Host. Set,2005. Disponível em <www.revistahost.com.br/publisher/preview.php?edicao=005&id_mat=310> Acesso em: 21 de ago. de 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOLPHIM, A. **Fotografia como Recurso Narrativo**: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, jul./set., 1995.

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias – Relações de domínio. In: **Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GURHAN, Milton. **A fotografia eficiente e as ciências sociais**. In: ACHUTTI, L.E (org.) Ensaios (sobre o) fotográfico. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998 *apud* HARTMANN, L. **Revelando Histórias**: os usos do audiovisual na pesquisa com narradores da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. Campos Revista de Antropologia Social, Curitiba - PR, v. 5, n. 2, p. 65-86, 2004. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campo/article/viewPDFInterstitial/1621/1363>>. Acesso em set. de 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARTMANN, L. **Revelando Histórias**: os usos do audiovisual na pesquisa com narradores da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. Campos Revista de Antropologia Social, Curitiba - PR, v. 5, n. 2, p. 65-86, 2004. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campo/article/viewPDFInterstitial/1621/1363>> Acesso em set. de 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha. *et al.* Um passeio no espaço e no tempo: o desvelar da identidade da cidade de Fortaleza através da antropologia visual. In: **Anais do X Colóquio Internacional do Poder Local**. Salvador, dezembro, 2006, 1 CD.

IRIGARAY, Helio Arthur Reis; ROCHA-PINTO, Sandra Regina da. Manda Quem Pode, Obedece Quem Quer: Respostas Estratégicas de uma Cooperativa Popular. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPAD**, 30, Salvador, 2006. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006, 1CD.

IRVING, Marta de Azevedo. **Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento local**. Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE . Salvador. ano IV, n. 7.p. 69-74. dez / 2002.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; TREZ, Alberto Paschoal. **O Capital Social e a Sobrevivência das Cooperativas de Trabalho**. In: In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 29, Brasília, 2005. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3.ed. Cotia, São Paulo: Ateliê Editora, 2002.

KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Leuven-London: Leuven University Press/MIT Press, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LOPES, Idevan César Rauén. **Aspectos sobre a legalização das sociedades cooperativas**. In: GEDIEL, José Antônio (Org.). **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

LOTTA, Gabriela; MARTINS, Rafael. Capital social: uma alternativa para análise política de educação em Icapuí. In: **I ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (EnAPG)**, 1., 2004, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: EnAPG, 2004, 1 CD.

LUNELLI, João Paulo. **Razões do desenvolvimento sócio-econômico distintivo de Colônia Nova, distrito do município de Aceguá – RS**. 2001. p. 180. Dissertação (Mestrado em Administração). - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANFREDINI, Cíntia; LOPES, José Rogério. **Participação Comunitária em Projetos de Desenvolvimento Local: um estudo no Bairro dos Marins, Piquete/SP.** In: **Anais ENANPAD**, Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração. Brasília, setembro, 2005.

MEDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo e participação comunitária: 'Prainha do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não secou?'** 2004. 192. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP, 2004.

MEDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE).** Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.14, 2004. Disponível em: <www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/14/mendonca>. Acesso em: 21 nov. 2005.

MEIERHOFER, Regula; WEGELIN, Martin. **Desinfecção solar da água: guia de aplicações do SODIS.** Manual em português. Dübendorf: SANDEC (Water & Sanitation in Developing Countries) no EAWAG (Swiss Federal Institute for Environmental Science and Technology), 2002.

MILANI, Carlos R.S. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia.2002-2005.** Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm>. Acesso em: março, 2006.

MONTEIRO, João de Paula; MONTEIRO, Claudia. **Cooperação passo a passo: como inovar em desenvolvimento aplicando a cooperação.** Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

MONTEIRO, João de Paula. **Cooperação: saiba o que é cooperatividade sistêmica para um novo tipo de desenvolvimento.** Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003.

MORAES, Jorge Luiz Amaral. **Capital social e desenvolvimento regional.** In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. **Texto visual e texto verbal.** In: FELDMAN-BIANCO, Bela; MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz (orgs.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

NEUMANN, Lycia Tramuja Vasconcellos; NEUMANN, Rogério Arns. **Repensando o investimento social: a importância do protagonismo comunitário.** São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento Social, 2004a.

NEUMANN, Lycia Tramuja Vasconcellos; NEUMANN, Rogério Arns. **Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais – ABCD.** São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento Social, 2004b.

NEVES, Ledy Consuelo. **A casa do mágico**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

PANTOJA, Enrique. **Exploring the concept of social capital and its relevance for community-based development**: the case of coal mining áreas in Orissa, Índia. The World Bank Social Development Family Environmental and Socially Sustainable Development Network, 1999. Disponível em: <<http://poverty.worldbank.org/library/view/4344>>. Acesso em julho de 2006.

PARÉS, Luis Nicolau. **Algumas considerações em torno da Antropologia Visual**. Coluna. Edição dez-jan 2000/2001. Disponível em: <www.antropologia.com.br/colu/colu3.html>. Acesso em 23 mar. 2006.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Rodas de conversa – encontros de educação comunitária participativa sobre afetividade e sexualidade**: guia para organização. Curitiba: Anapac Editora, 2001.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **O olhar do estrangeiro**. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PONTES, Erica Silva. **Análise das paisagens litorâneas como ferramenta para o turismo sustentável**: o caso da Prainha do Canto Verde-Ce. 2004. Dissertação em andamento (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

PRAINHA DO CANTO VERDE, **folder de divulgação**.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

RIBEIRO, José. da S. **Antropologia Visual**. Da minúcia do olhar ao olhar distanciado. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

_____. **Notas para um debate em antropologia visual**. Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura, ano 3/4, n. 3/4, 2005a, p. 45-67.

_____. **Para uma etnografia ou antropologia digital**. Universidade Aberta. CEMRI – Laboratório de Antropologia Visual. Maio, 2005b.

RIEDL, Mário; VOGT, Olgário Paulo. **Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência do capital social**. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ROCHA, Simone Saviolo. **O turismo na comunidade de pescadores na Prainha do Canto Verde (CE), na perspectiva da antropologia filosófica de Martin Burber**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/9/benchmark/bench.pdf> Acesso em: 13 nov. 2005.

RULLANI, E. “**Intelligenza terziaria e reti professionali il nuovo motore dello sviluppo**” In: Il terciario motore di sviluppo dell’economia: le sfide per il management, FENDAC, Milano, Giugno 2003.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: **Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SCHÄRER, René. **Sonhos de pesca de um suíço que vive numa prainha cearense**.(entrevista). In: CARUSO, Raimundo C. **Aventuras dos jangadeiros do nordeste**. Florianópolis: Panam Edições Culturais, 2004.

_____. **Prainha do Canto Verde: um resort de turismo diferente**. Revista Swisscan, nº 41, Jun. 2005a, p. 15-17.

_____. **Não só deu o peixe como ensinou a pescar**. Revista Entrevista, 15 ed. Fortaleza, p. 32–49, dezembro, 2005b.

SCHIMIDT, João Pedro. **Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul**. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SECRETARIA EXECUTIVA DA REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA NETO, Pedro Quaresma de. et al. **Cooperativismo como organismos equalizador da renda**. In: ENCONTRO ANUAL DO EGEPE, 1., 2000, Maringá, **Anais...** Maringá: EGEPE, 2000, 1 CD.

SIMSON, Olga de Moraes Von. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1998.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, José Dalmo de. **Do capital social ao espaço econômico: o salto necessário**. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

THOMAS, Vinod. **O Brasil visto por dentro**: desenvolvimento em uma terra de contrastes. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa na educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUPINAMBÁ, Soraya Vanini. **Do tempo da captura à captura do tempo - terra e mar**: caminhos da sustentabilidade. 1994. 168 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Pesca) – Faculdade de Engenharia de Pesca, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

NOTAS

¹ Os anglicismos foram mantidos porque não pareceu valer a pena cunhar outros termos.

² Planícies alagáveis por onde escoam as águas em períodos de chuva.

³ Armadilha utilizada pelos pescadores artesanais na captura da lagosta.

⁴ Fundação Suíça pelo meio ambiente apóia ações de educação ambiental na escola pública.

⁵ Organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no trabalho e apoio aos empreendedores sociais.

⁶ *Institute for Tourism and Development* (Instituto de Turismo e Desenvolvimento): organização não governamental envolvida em debates públicos sobre turismo, oferece treinamentos e seminários para pessoas empregadas no turismo, organiza concursos internacionais, e realiza pesquisa e consultoria na área.

⁷ *Tourism Concern* é uma organização que luta pela ética do mercado turístico. Trabalha com as comunidades dos destinos turísticos com o objetivo de reduzir os problemas ambientais e sociais relacionados com a atividade.

APÊNDICE

APÊNDICE 1
Roteiros para entrevista – Moradores da comunidade / Líderes da comunidade

Perguntas para qualificação dos sujeitos da pesquisa (Roteiro 1, 2 e 3)

ITENS	QUESTÕES
Identificação	Nome / Idade / Estado civil / Filhos / Naturalidade / Função assumida na comunidade / Tempo

DIMENSÕES DE CAPITAL SOCIAL (1)	
Grau de confiança	Que exemplos lhe fazem lembrar a possibilidade de um clima de confiança entre as pessoas da comunidade?
Grau de associativismo (as condições sociais como são tratadas pela comunidade)	Com relação à vida na comunidade, como você percebe: <ul style="list-style-type: none"> · O trabalho que é realizado em grupo quando necessário · Exemplos de ações / situações em que há o envolvimento da grande parte da comunidade? A que atribui este envolvimento? Ele é contínuo, permanente ou não? Como são tratadas as situações adversas pela comunidade?
Grau de civismo / participação	Com relação à vida nessa comunidade como você percebe: <ul style="list-style-type: none"> · A participação nas decisões · As questões políticas, de um modo geral e como são tratadas pela comunidade · O processo de sucessão municipal · As decisões que impactam em toda comunidade · O grau de interesse dos cidadãos em relação aos planos de trabalho governamentais.
Nível de projetos	Como vocês tem pensado o futuro da comunidade? Como são planejadas as relações futuras com relação as potencialidades locais.

DIMENSÕES DO PROTAGONISMO COMUNITÁRIO (2)	
Senso compartilhado de emancipação	<p>Como é o seu dia-a-dia na comunidade da Prainha do Canto Verde?</p> <p>Como o trabalho é encarado pelas pessoas que compõem a comunidade, o que é buscado através dele?</p> <p>Como organizam os recursos?</p> <p>Como é visto o fator tempo “tempo é dinheiro”, qual a sua posição em relação ao assunto?</p>
Engajamento comunitário	<p>Qual o seu posicionamento relativamente a competitividade / solidariedade / cooperação dos indivíduos que compõem a sociedade local?</p> <p>As instituições e as empresas que formam / participam a comunidade, como se apresentam em relação a: apoio nas ações, flexibilidade, rapidez nas decisões?</p> <p>Quais os trabalhos na comunidade são gerados com ajuda uns dos outros: de que maneira ocorre essa ajuda?</p>
Voluntariado	<p>Como você participa nas atividades da comunidade?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio pedagógico – aulas, teatro, música, palestra; ▪ Apoio administrativo – controle, lançamento de dados, registros; ▪ Captação de recursos – contatos com empresas, distribuição de carnês, organização de eventos.
Participação política	<p>Fale sobre como são tomadas as decisões sobre as atividades econômicas (pesca artesanal, cooperativa de trabalho, turismo comunitário) da Prainha do Canto Verde. Qual sua participação na tomada de decisões?</p>

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL (3)	
Principais resultados	<p>Fale-me um pouco sobre a histórica da organização da comunidade.</p> <p>Como está o desenvolvimento da Prainha se compararmos às comunidades vizinhas? A que razões poderíamos atribuir o desenvolvimento que a comunidade apresenta?</p> <p>Quais foram os resultados que vocês tiveram nesses últimos 15, 10 anos? (Pontos: Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde; pesca artesanal; saúde; educação; tecnologia).</p> <p>Na sua opinião o que contribuiu para o desenvolvimento diferenciado “distintivo”, que a comunidade da Prainha do Canto Verde obteve, nestes últimos 20 anos de sua existência?</p>
Ações para a continuidade do desenvolvimento local	<p>Como os talentos e habilidades das pessoas da comunidade ajudam no alcance dos objetivos dos projetos voltados para desenvolvimento da comunidade?</p> <p>Como o Sr(Sra) vê a participação dos aspectos educação e instrução no desenvolvimento da comunidade, que contribuição eles trouxeram?</p> <p>Como é feito o controle dos projetos? Como é realizada a manutenção dos resultados dos projetos? Quem são os responsáveis?</p> <p>Que papel representa a família na comunidade?</p> <p>E os filhos como são vistos, tratados e direcionados para conviverem na sociedade?</p>
Planejamento para o futuro	<p>Como você vê o futuro da Prainha?</p> <p>A educação, saúde, a pesca, a tecnologia, os projetos (resultados e manutenção).</p> <p>[Como é vista a participação no sistema econômico e social local, qual a sua efetiva influência?]</p>

APÊNDICE 2
Roteiro das Imagens

PERCEPÇÕES	IMAGENS
Percepção da vida na comunidade	Empresas locais, comércio informal; cenas do mar: alegria, cenas do mar: trabalho; educação, saúde, artesanato, ecodesign, trabalhos complementares
Percepção do trabalho cooperativo	Cenas do mar: alegria, trabalho (pesca, roladores, negociação, pescado) e o sofrimento; Estratégias cooperativas; Educação: CVD Digital, Estaleiro escola, regatas (festa)
Percepção em relação às condições sociais	As pessoas que mobilizam o capital social; empresas locais; cenas do mar: a pesca como atividade principal; turismo comunitário; projeto agro-ecologia orgânico; contrastes.
Percepção com relação às questões políticas	Comércio informal; a pesca; estratégias cooperativas; ações da comunidade; os projetos

ANEXO

ANEXO 1

Universidade Estadual do Ceará - UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Curso de Mestrado Acadêmico em Administração – CMAAd

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente termo, a signatária, **Raquel Viana Gondim**, aluna do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará, em fase de pesquisa de campo, compromete-se a manter todas as suas fontes de informação em total anonimato.

Neste sentido, compromete-se a (1) impedir a identificação do entrevistado nos termos da redação final de artigos e/ou relatórios, (2) destruir todo material recolhido por intermédio de qualquer estratégia metodológica, como fitas de gravação de entrevistas, depois da sua publicação dos artigos e relatórios, e somente manter em arquivo as transcrições destas em texto sem possibilidade de identificação. Os desenhos serão mantidos sem a identificação do entrevistado.

Fortaleza, _____ de _____ de _____

Pesquisadora

ANEXO 2

Universidade Estadual do Ceará - UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Curso de Mestrado Acadêmico em Administração – CMAAd

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, sendo conhecedor(a) do tema e metodologia utilizados pela estudante do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará, **Raquel Viana Gondim**, consinto em participar da pesquisa conduzida pela referida estudante.

Entendo que toda e qualquer informação prestada por mim no decorrer da pesquisa pode ser utilizada na escrita de artigos ou relatórios referentes ao mestrado cursado. Entendo também que as entrevistas podem ser gravadas.

É acertado entre mim, signatário deste termo, e a pesquisadora, que todas as possibilidades de identificação enquanto respondente ou entrevistado devem ser impedidas e que o material coletado será destruído após a publicação de artigos e relatórios.

Fortaleza, _____ de _____ de _____

Assinatura: _____